



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG  
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E  
CONTEMPORANEIDADE-PPGRÉC**

**MARIA CRISTINA NASCIMENTO DE SOUZA**

**IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS, EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS LÉSBICAS EM  
JEQUIÉ – BA**

Jequié  
2020



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG  
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E  
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC**

**MARIA CRISTINA NASCIMENTO DE SOUZA**

**IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS, EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS LÉSBICAS EM  
JEQUIÉ – BA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, do Órgão de Educação e Relações Étnicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza

Jequié  
2020

S729i Souza, Maria Cristina Nascimento de.  
Identidades étnico-raciais, experiências e vivências lésbicas em Jequié –  
Ba / Maria Cristina Nascimento de Souza.- Jequié, 2020.  
127f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações  
Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da  
Bahia - UESB, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza)

1. Identidade lésbica 2. Lesbofobia 3. Etnia/Raça 4. Discurso religioso  
I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II. Título

CDD – 325.1

**MARIA CRISTINA NASCIMENTO DE SOUZA**

**IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS, EXPERIÊNCIAS E  
VIVÊNCIAS LÉSBICAS EM JEQUIÉ-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

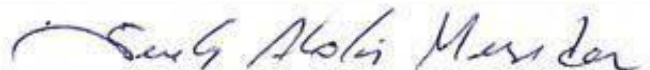
Linha de Pesquisa 2: **Etnias, Gênero e Diversidade Sexual**

Aprovado em 15 de dezembro de 2020.

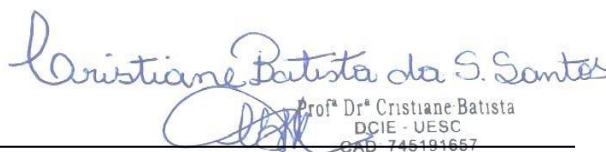
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza (UESB)  
Orientador



Profa. Dra. Suely Aldir Messeder (UNEB)  
Examinadora Externa



Profª Drª Cristiane Batista  
DCIE - UESC  
CAD 745191667

Profa. Dra. Cristiane Batista da Silva Santos (UESC)  
Examinadora Interna



Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Fernandes  
(IFBA) Examinador Interno

**JEQUIÉ  
2020**

Dedico o título de Mestre à Professora Maria Izabel, minha mãe, meu primeiro amor. Minha referência e exemplo de ser Mulher. Com as minhas ternas expressões de Gratidão e Amor por ter- me ensinado o valor de Respeitar às diferenças. Minha Mestre!

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão eterna ao meu Pai Celestial, Deus de Amor e Bondade por essa existência e a Espiritualidade Maior por fazer ecoar a voz que me guia para o caminho reto do bem.

Agradecimentos especiais às lésbicas participantes desta pesquisa pela confiança em dividirem suas histórias e suas intimidades comigo: Maslouva, Marcela, Tina, Sandra, Daniela, Rafa, Sakura e Souza, sem vocês eu não chegaria até aqui. A Maria Cruz, por receber-me com tanto carinho e acreditar na força desta pesquisa, meu respeito a todas, protagonistas desta viagem.

Chegar até aqui me faz recordar Cora Coralina ao falar sobre a vida: “fiz a escalada da montanha da vida removendo pedras e plantando flores.” Escrever minha história fez-me acreditar que podemos mais do que imaginamos, escolhi superar as adversidades com o que há de melhor de mim, não trouxe dores. Nesse trajeto eu não estava sozinha, aliás, nunca estive. Tive o carinho e ajuda de tantas pessoas que não ousou mencionar nomes, cada um com seu significado particular de importância, costume chamá-las de Anjos. São pessoas amigas, familiares e anônimas sem às quais eu não alcançaria tantas conquistas. Gratidão é a palavra que resume meu melhor sentimento que emana da minha alma a esses “Anjos” que encontrei no meu caminho.

Gratidão eterna aos amores da minha vida, crias da minh'alma, Izabella Christine que é 'Bella', a Iuri Vinicius que é 'Vini' e a Larissa que é 'Lara', filha do coração. Seguimos juntos construindo pontes. Aos meus 'pequenos' José Vicente e Bento, netos amados, sopro de Deus em minha vida. O Jorge, pai presente e alegria no abraço a cada retorno em casa. Somos, somamos e amamos, minha 'família' é assim: somos muitas(os) de muitos amores, consanguínea e do coração, de muitas cores e crenças, de muitas igualdades e diferenças. O meu reconhecimento a vocês pelo respeito aos meus propósitos de vida. Família é assim, 'receita perfeita', tudo junto e misturado, é 'prato' que emociona. Vocês fazem parte da minha história!

Agradecimentos particulares à turma 2016 do curso de Extensão em Gênero, Raça e Diversidade Sexual e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (GEPGS/UESB), nossas discussões contribuíram para me (re)pensar e desejar buscar elementos que justificassem esse estudo, nas pessoas de Beatriz/Bia e Roniel, por motivarem essa conquista. Carregarei vocês sempre comigo.

À turma de Mestrado 2018, muitas histórias compartilhadas. Agradeço aqueles que contribuíram na construção das minhas memórias emocionais na academia entre bolos, biscoitinhos, chazinhos e muitos cafés junto aos artigos, livros, apresentações, seminários e muita troca de experiências desde o Caruru ao bolo de 15 metros e a viagem para o Recôncavo baiano, quantos momentos felizes de aprendizado. Aos caronas de estrada, Aduino e Viviane, com retorno garantido de Jequié/Vitória da Conquista, vivências partilhadas que marcaram a volta pra casa. Às parceiras do vinho chileno, da cervejinha e do feijão, as amoras Elma, Vanessa, Eva, Lucineide, Rose, Edneide e Helga, a todas vocês o meu carinho.

Agradecimentos à Academia, por me proporcionar um ensino público de qualidade. Ao corpo docente de professoras(es) que contribuíram para o alargamento dos meus conhecimentos (des)construindo conceitos e (re)construindo uma outra forma de aprender. Ao ODEERE, por me abraçar nas minhas convicções por uma sociedade mais igualitária, na pessoa da professora PHD Marise de Santana.

À banca avaliadora de qualificação, pelas contribuições de leituras as quais trouxeram novos caminhos na pesquisa que potencializaram nossas discussões enriquecendo meu saber e principalmente pelo incentivo de me fazerem continuar enquanto pesquisadora com olhos de que se importam, as professoras Doutoradas Cristiane Batista, Suely Messeder e ao professor Dr. Alexandre Fernandes. A vocês, minha admiração.

Um agradecimento especial à socióloga feminista professora Dra. Mary Castro, por me instigar na busca diária de um saber científico comprometida com a dignidade humana.

Ao celebrar o fim desta trajetória me veio à mente a fala de Isaac Newton: “se conseguimos ver mais longe hoje, foi por estar de pé sobre ombros de gigantes.” Para tanto, a minha gratidão eterna ao meu orientador professor Dr. Marcos Lopes, por ter-me escolhido por sua orientanda e por contribuir com meu crescimento pessoal e intelectual. Sua forma de ensinar é um exemplo de generosidade em compartilhar com amorosidade seu saber e suas experiências de vida. Fui afetada com seu jeito de tornar simples as relações de ensinar e aprender com a(o) outra(o) desde o primeiro momento que nos conhecemos, está em sua presença é aprendizado. Tua suavidade e parcimônia contagiam os espaços que você transita. Sou muito afortunada por ter nessa viagem um mentor tão especial que me fizera uma desbravadora confiante rumo ao meu desconhecido. Todo meu amor e admiração.

Eu não sou livre enquanto alguma mulher for  
prisioneira, mesmo quando as correntes dela  
forem muito diferentes das minhas.

Audre Lord



## RESUMO

Esta é uma pesquisa que tem como objetivo geral analisar os discursos de etnia/raça, gênero e sexualidade que atravessam as vivências e experiências de lésbicas da cidade de Jequié-Bahia. Os objetivos secundários são: a) analisar os atravessamentos de gênero na construção identitária das lésbicas e as regulações do “armário” na produção de suas vivências e b) identificar os marcadores étnico-raciais que se entrelaçam na construção das identidades das lésbicas participantes da pesquisa e como interferem na produção da lesbofobia que acometem as sujeitas da pesquisa. É um estudo que se amparou na vertente pós-crítica, pós-estruturalista e nos estudos decoloniais, preocupando-se em questionar, borrar e problematizar as verdades tidas como absolutas e universalistas. Como caminho metodológico, foi realizado um grupo focal constituído de três encontros com oito lésbicas contactadas por meio das redes sociais e de ativistas de uma organização LGBT de Jequié-BA. Das oito participantes da pesquisa, seis nasceram em Jequié, uma em Ubatã e uma em Itagi, cidades do interior baiano. Todas possuem residência em Jequié. Quanto às questões étnico-raciais, duas se declaram brancas, três pretas, duas mestiças e uma parda. Suas idades compreendem entre 21 a 30 anos. Sobre a religião, três se declararam católicas, uma espírita, uma evangélica, uma agnóstica e duas não têm religião. As participantes da pesquisa nos relataram que, além de nomeações apontadas em outras pesquisas como sapatão e caminhoneira, elas se reconhecem, em geral, como lady ou bofe. A lésbica lady é mais aceitável pela sociedade, pois está em conformidade com o alinhamento sexo-gênero-sexualidade, com a compreensão de mulher e de feminilidade pensada e construída em nossa sociedade. Já a lésbica bofe apresenta performances masculinizadas e, portanto, é mais discriminada ao transgredir a cisheteronormatividade. As primeiras vivências de nossas interlocutoras enquanto lésbicas foram atravessadas por medo, insegurança e lesbofobia. Três das lésbicas que participaram deste trabalho ainda se reconhecem como não assumidas em virtude, mormente, das tensões experienciadas em suas famílias, no entanto, mesmo algumas que estão fora do armário, buscam a discrição em determinados momentos e contextos. Com base na perspectiva interseccional e na decolonialidade, percebemos os processos de marginalização que se intensificam para as lésbicas negras de classe popular e lidas como bofes diante do pensamento colonial, branco, cristão e cisheteronormativo que ainda persiste na contemporaneidade, sendo (re)atualizado. Daniela nos narra várias situações de assédio, olhares acusatórios e lesbofobia nos locais de trabalho e em outras instâncias sociais em que convive. Destacamos também o quanto o discurso religioso judaico-cristão, entendido como um marcador étnico-racial da branquitude, afeta a construção identitária das lésbicas partícipes da pesquisa, inclusive algumas delas evidenciam a lesbofobia intrafamiliar advinda desse discurso e se autoculpabilizam por conta de sua sexualidade, embora questionem alguns dos discursos dessas religiões sobre a lesbianidade. Após essa maior aproximação com realidades invisibilizadas e silenciadas de um grupo de lésbicas, afirmo que este estudo é mais um convite ao debate contemporâneo necessário para contestar a heterossexualidade compulsória e reivindicar outras existências como as das lésbicas em suas múltiplas possibilidades.

**Palavras-chave:** Identidade lésbica. Lesbofobia. Etnia/Raça. Discurso religioso.

## ABSTRACT

This is a research that aims to analyze the discourses of ethnicity / race, gender and sexuality that cross the experiences of lesbians in the city of Jequié-Bahia. The secondary objectives are: a) to analyze the crossings of gender in the identity construction of lesbians and the regulations of the cabinet in the production of their experiences and b) to identify the ethnic-racial markers that intertwine in the construction of the identities of the lesbians participating in the research and how they interfere in the production of lesbophobia that affect the subjects of the research. It is a study that was supported in the post-critical, post-structuralist and decolonial studies, concerned with questioning, blurring and problematizing the truths considered to be absolute and universal. As a methodological path, a Focus Group was made up of three meetings with eight lesbians contacted through social networks and activists from an LGBT organization in Jequié-BA. Of the eight survey participants: six were born in Jequié, one in Ubatã and one in Itagi, cities in the interior of Bahia. All have residency in Jequié. As for ethnic-racial issues, two declare themselves white, three black, two mestizo and one mixed race. Their ages range from 21 to 30 years. Regarding religion, three declared themselves Catholic, one spiritualist, one evangelical, one agnostic and two have no religion. The research participants told us that, in addition to nominations pointed out in other surveys such as dyke and truck driver, they generally recognize themselves as lady or bofe. The lesbian lady is more acceptable to society, as it is in accordance with the sex-gender-sexuality alignment, with the understanding of women and femininity thought and built in our society, the lesbian bofe presents masculine performances and, therefore, is discriminated against when transgressing cisheteronormativity. The first experiences of our interlocutors as lesbians were crossed by fear, insecurity and lesbophobia. Three of the lesbians who participated in this work still recognize themselves as not assumed due, mainly, to the tensions experienced in their families, however, even some who are out of the closet, seek discretion in certain moments and contexts. Based on the intersectional perspective and decoloniality, we perceive the marginalization processes that intensify for black lesbians of the popular class and read as bullies in the face of colonial, white, Christian and cisheteronormative thinking that still persists in contemporary times, being (re) updated. Daniela narrates to us various situations of harassment, accusatory glances and lesbophobia in the workplace and other social instances in which she lives. We also highlight the extent to which the Judeo-Christian religious discourse, understood as an ethnic-racial marker of whiteness, affects the identity construction of lesbians participating in the research, including some of them showing the intrafamily lesbophobia arising from this discourse and self-blaming because of their sexuality, although they question some of the speeches of these religions about lesbianity. After this greater approximation with invisible and silenced realities of a group of lesbians, I affirm that this study is yet another invitation to the contemporary debate necessary to contest compulsory heterosexuality and claim other existences such as lesbians in their multiple possibilities.

**Keywords:** Lesbian identity. Lesbophobia. Ethnicity/race. Religious discourses.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Sudoeste Baiano .....	17
Figura 2 – Depoimentos de mulheres lésbicas.....	52
Figura 3 – Documentário <i>Eu resisto</i> .....	52
Figura 4 – Tema Identidade Étnica .....	54
Figura 5 – Trecho do vídeo <i>Ventre Livre de Fato</i> .....	55
Figura 6 – Documentário <i>LGBTs no Regime Militar: As Lésbicas Feministas</i> .....	56
Figura 7 – Lesbofobia é diferente de Homofobia .....	57

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações e teses encontradas no banco de dados da BDTD e da CAPES ...	34
Quadro 2 – Perfil geral das participantes do grupo focal .....	45

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GAMI	Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes
GEPGS	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLS	Grupos de Lésbicas e Simpatizantes
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
JUEC	Juventude Unida em Cristo
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
ODEERE	Órgão de Educação e Relações Étnicas
ONG LBTSOL	Organização Não Governamental de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros da Cidade Sol
PPGREC	Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade
SEI-BA	Sistema Eletrônico de Informação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DE UM <i>CONTINUUM</i> LÉSBICO E O MEU POSICIONAMENTO NA PESQUISA.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>AS AVENTURAS NA CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS DA PESQUISA.....</b>	<b>37</b>
<b>2.1</b>	<b>A escolha pelas perspectivas pós-crítica e pós-estruturalista .....</b>	<b>40</b>
<b>2.2</b>	<b>A trajetória investigativa construída por meio do grupo focal .....</b>	<b>42</b>
<b>2.3</b>	<b>Os encontros, desencontros e reencontros com as lésbicas .....</b>	<b>43</b>
<b>2.4</b>	<b>Descrição do planejamento e desenvolvimento do grupo focal .....</b>	<b>49</b>
<b>2.5</b>	<b>Análise do discurso em Foucault .....</b>	<b>58</b>
<b>3</b>	<b>AS IDENTIDADES LÉSBICAS: OS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E AS REGULAÇÕES DO ARMÁRIO .....</b>	<b>62</b>
<b>3.1</b>	<b>Ladies, bofes e outras possibilidades de ser lésbica .....</b>	<b>67</b>
<b>3.2</b>	<b>As primeiras vivências como lésbicas: as tensões entre o armário e o segredo aberto.....</b>	<b>78</b>
<b>4</b>	<b>AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS ÉTNICO-RACIAIS DE UM GRUPO DE LÉSBICAS E OS ENFRENTAMENTOS AOS DISCURSOS DA BRANQUITUDE E CISHETERONORMATIVOS.....</b>	<b>91</b>
<b>4.1</b>	<b>“Ela é negra, usa tranças, se veste como um menino praticamente e, quando a gente sai, o olhar é visivelmente voltado para ela”: interseccionando sexualidade, raça, classe e gênero.....</b>	<b>96</b>
<b>4.2</b>	<b>“A igreja católica te condena, a igreja evangélica te condena”: o discurso religioso judaico-cristão afetando a construção da identidade lésbica .....</b>	<b>106</b>
<b>5</b>	<b>E AGORA? O QUE ESSA PESQUISA DEIXOU DE RASTROS E QUE NOVOS CAMINHOS TOMAR?.....</b>	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICE A - Formulário de Identificação .....</b>	<b>124</b>
	<b>APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>125</b>

## 1 A CONSTRUÇÃO DE UM *CONTINUUM* LÉSBICO E O MEU POSICIONAMENTO NA PESQUISA

Às vezes dizem: você é lésbica porque ainda não achou um homem que te pegasse de jeito, mas não é assim. Já tive relação sexual com homem, não gostei, não me identifiquei. Ser lésbica não é doença!  
**(DANIELA, 21 anos, lésbica, negra, possui o Ensino Médio, professora de capoeira).**

Este é um trabalho que nos convida a (re)pensar e (des)construir conceitos e definições objetivando o reconhecimento das diferenças, o questionamento das normas e a problematização da hegemonia heterossexual, ou seja, desejo de “pensar fora da caixa”. Para tanto, uma pesquisa acadêmica de vanguarda, a pioneira em debater e trazer para as discussões as lésbicas de Jequié no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC).

Quando participei da seleção para o ingresso no PPGREC, fui questionada na Banca: “Como você não é ativista e membro da comunidade lésbica, sua orientação sexual não vai atrapalhar sua pesquisa?” Refletindo e ocupando o *lugar de fala*<sup>1</sup> de alteridade<sup>2</sup> na minha relação com as pesquisandas, pensei: “Como *somos* todas mulheres, independente da orientação sexual, é possível estabelecer um diálogo profícuo entre nós, porquanto, historicamente estamos em uma identidade relacionada à subalternidade e à dominação. Estou aqui para me repensar”!

Na contemporaneidade as mulheres têm quebrado paradigmas. Somos nós que escolhemos fazer, estar e ser o que queremos porque o lugar de mulher é onde ela quiser e desejar. Rompendo com o sistema da colonialidade do poder do gênero que busca fixar e forjar produções estabelecidas para mulheres e também para alguns homens.

Diante do contexto das diversidades de gênero, classe, raça e sexualidades, tenho a intenção de provocar, com base nas ideias decolonial e antirracista, o posicionamento eurocêntrico patriarcal, presentes em muitas sociedades como forma de dominação e opressão do ser mulher.

<sup>1</sup> Para Ribeiro, o lugar de fala é uma “teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder” (RIBEIRO, 2017, p.40), mantendo o lugar de silenciamento estrutural dos grupos minoritários.

<sup>2</sup> No estudo da antropologia, a alteridade é o conceito que define a existência do indivíduo a partir da relação com o outro. A alteridade é a diferença entre o indivíduo dentro da sociedade e o indivíduo como unidade. Esses dois conceitos só podem existir em função um do outro.

O pensamento decolonial<sup>3</sup> insurge com a perspectiva de transgredir e questionar ao que “está posto” como verdade inquestionável do gênero, possibilitando as(os) sujeitas(os) ampliar suas diferenças em “maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com” (WALSH, 2013, p. 19).

A fala inicial da interlocutora Daniela é provocativa ao questionar que não é a “pegada de jeito” de um homem que modifica a sua orientação sexual, visto que ela é direcionada afetivamente pela atração e desejo por mulher e não por homem. Assim, as lésbicas transgridem a heterossexualidade compulsória ao se relacionarem afetivo e sexualmente com outras mulheres e tencionarem as relações de poder.

Para entendermos o termo “decolonialidade” é necessário questionarmos os discursos institucionalizados em nossa cultura advinda do processo de colonização. De acordo com a educadora Catherine Walsh, a ideia das pedagogias decoloniais implicam em:

metodologías producidas en los contextos de lucha, marginalización, resistencia; pedagogías como prácticas insurgentes que agrietan la modernidad/colonialidad y hacen posible maneras muy otras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir y vivir-om. (WALSH, 2013, p. 19).

Este é um debate que surge nas academias com o intuito de emancipar grupos que foram colonizados, (des)construindo o discurso discriminatório nas instituições que monopolizam o poder e o saber. Segundo a professora Luciana Ballestrin (2013) em uma entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU, a expressão “decolonial” não pode ser confundida com “descolonização”.

O primeiro diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do Século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

Na pós-modernidade as relações são construídas nas diversidades, derrubam os muros dos preconceitos e nos provocam a pensar as diferenças, e quem diz o que é ou não diferente e com base em que referências. Assim, respondendo as minhas inquietações de pesquisadora aprendiz, a socióloga Heleieth Saffioti afirma que:

Conceber o ser social como permeado pela *oposição simples* implica o congelamento das partes envolvidas, impedindo-as de se relacionarem. Já que

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma de uma elaboração cunhada pelo grupo Modernidade/Colonialidade nos anos 2000 e que pretende inserir a América Latina de uma forma mais radical e posicionada no debate pós-colonial. Entrevista de Luciana Ballestrin concedida ao site IHU On-Line: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5258-luciana-ballestrin>, Edição 431, 04 nov. 2013.



não é a oposição que define o *eu* em relação ao *outro*, há espaço, nas relações sociais, para similitudes e diferenças. (SAFFIOTI, 2004, p. 163, grifo da autora).

Logo, por efeito do exposto, problematizo como questão direcionadora da pesquisa: **quais os discursos de etnia/raça, gênero e sexualidade atravessam as vivências e experiências de lésbicas da cidade de Jequié – Bahia?**

O objetivo geral que norteia minha investigação é analisar os discursos de etnia/raça, gênero e sexualidade que atravessam as identidades étnicas, vivências e experiências das mulheres lésbicas da cidade de Jequié – Bahia. Tendo como objetivos específicos: a) analisar os atravessamentos de gênero na construção identitária das lésbicas e as regulações do armário<sup>4</sup> na produção de suas vivências e b) identificar os marcadores étnico-raciais que se entrelaçam na construção das identidades das lésbicas participantes da pesquisa e como interferem na produção da lesbofobia que são vítimas, pois é uma violência não casual que acometem as sujeitas da pesquisa.

Retomando as lembranças de família, minhas relações sociais foram construídas por meio das semelhanças e diferenças com as *outras* e os *outros*. A minha trajetória de vida foi marcada pela presença de muitas mulheres fortes e frágeis, mas corajosas que desafiaram sua própria existência enquanto ser mulher. Assim, tive várias referências. Contava minha mãe que nasci de dez meses, e que devia dormir muito em sua barriga, por isso não queria sair de lá. Hoje, tenho a certeza que não queria sair dela, por isso quase tiveram de me tirar forçadamente.

Nasci em Jequié no ano de 1965, num momento histórico de lutas pela Democracia brasileira. Sou fruto de uma geração de um sistema opressor que aprendeu a reivindicar seu lugar e espaço por meio da resistência. Recordar as minhas memórias emocionais é sentir que vim ao mundo para conquistar e superar as adversidades, me tornando uma mulher forte e determinada que escolhera ser feliz a cada época da minha existência.

Assim, me construí numa cidadezinha do interior baiano às margens do Rio de Contas, lugar de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica numa terra muito quente que seria alcunhada de Cidade Sol.

---

<sup>4</sup> Para Sedgwick, “o “armário” como um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores” (SEDGWICK, 2007, p. 19).

Figura 1 – Mapa do Sudoeste Baiano



Fonte: SEI-BA 2003- Org: Altamar Amaral Rocha - UESB

Jequié é um município brasileiro do estado da Bahia. Está a 365 km de Salvador, no sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata. Em 2019 a cidade tinha uma população estimada em 155.966 habitantes.

De volta ao passado, minha mãe foi meu primeiro amor, era uma mulher à frente do seu tempo, que me ensinou a viver com coragem. De família humilde, minha mãe escolheu a escola como o caminho para melhorar de vida. Tinha o diploma de magistério e sua dedicação como educadora era tão intensa que mesmo depois da aposentadoria continuava ser a Professora Maria Izabel. Incentivava a leitura e o conhecimento. Assim, me apropriei desse universo.

Para os moldes da época, era elegante e refinada. Era deveras uma mulher linda. Tinha uma alegria sincera, sorria sempre, buscava cuidar dos mais carentes que lhe eram próximos. Tinha uma força interior que contagiava a quem podia desfrutar de sua presença. Casou-se aos vinte e um anos, muito jovem, mas só depois da formatura é que disse o tão esperado sim ao meu pai. Pariu a maior parte das filhas e filhos em casa com parteiras, somando-se doze ao todo, seis mulheres e seis homens. Apenas oito ‘vingaram’, como dizia minha avozinha Ercília.

Nossa educação foi construída a partir do respeito de não passar na sala quando tínhamos visitas até os momentos do diálogo aberto à mesa. Falávamos sobre tudo, desde os assuntos de

família até sobre sexo. Como erámos quatro meninas e quatro meninos, assuntos não faltavam. Aprendíamos muitas coisas juntos, sobretudo a de respeitar as pessoas, independente de sua condição social, cor ou religião. Então, eu vivia em uma família grande de muitas irmãs, irmãos e muitas(os) outras(os) que minha mãe e meu pai acolhiam. Viviam conosco nossa avozinha e a tia Trinda. Vinham primas e primos ‘passarem uns tempos’ em meio à agitação familiar.

Minha avozinha tinha ficado cega, proveniente de uma cirurgia de catarata mal sucedida. Foi a responsável por nos ensinar a rezar, cuidava de todas(os) com o mesmo amor e dedicação. Era a nossa contadora de histórias. Viúva, tivera quatorze filhos, apenas quatro resistiram. Enfrentara tempos difíceis. Dona Fia, assim era conhecida, tinha sempre um conselho para cada situação e seu colo era o melhor lugar do mundo.

Erámos católicos, participávamos das missas dominicais, das quermesses e também mantínhamos a tradição da mesa dos sete meninos e meninas no Caruru em devoção ao São Cosme e São Damião. E quando nos abatíamos, íamos à casa da Dona Amélia, uma benzedeira que depois de ‘passar’ o ramo com suas orações, sempre receitava um chazinho ou um banho de folhas para passar o mal-estar.

A casa não era muito grande e estava sempre cheia. Para organizar e colocar em ordem a parte doméstica, tivemos o maior presente que poderíamos termos ganhado, Cleonice. Moça simples de 1,50m, negra, de coração bom e generoso. Veio morar conosco porque queria independência para sair de casa. De família humilde, conviveu desde muito pequena com a violência em casa. Hoje, aposentada e proprietária de uma casa que recebeu de herança de mainha<sup>5</sup>, preferiu ficar pelo elo construído há quase cinquenta anos. Cléo costuma dizer que a família dela é a nossa. Em nossa relação íntima tem muito amor e gratidão por ter-nos escolhido. Não sei ao certo quem foi adotado nesta história.

Desde criança tenho encanto pela leitura. Como os livros eram meu mundo e não tinha muito espaço em casa para ser dividido, restou-me encontrar a tranquilidade encima da casa, no telhado pra fazer um lugar só meu. Era um mundo particular que não me cansava de estar. Deixei-me seduzir pelo conhecimento. Passei por muitas literaturas e me usei nos idiomas e autodidata, aprendi o espanhol e o inglês. Ah, como eu desfrutava daqueles instantes de encantamento com minhas leituras!

Já era tão normal que, quando mainha chegava ao final da tarde da escola – ela trabalhava quarenta horas por semana – perguntava por todos pelo nome dos oito e quando

---

<sup>5</sup> Termo regional característico do nordeste Brasileiro. *Mainha* ou *Painho* – é maneira carinhosa de se relacionar com a mãe ou pai.

chegava ao meu, ela já sabia a resposta de Cléo – de eu estar estudando em cima do telhado. Um dia daqueles, ouvi minha mãe dizer: “será Mestra do conhecimento.” Minha mãe só não sabia que não seria fácil chegar até aqui ou talvez soubesse que não me faltaria coragem para vencer os desafios e determinação para alcançar tantas conquistas.

Minha mãe assumiu a Escola Estadual Professor Firmo Nunes por quatorze anos como diretora, que virou um espaço de convívio familiar para nós e crescemos naquele ambiente. Participávamos dos eventos escolares e festejos do São João da escola.

Daquele espaço lembro-me da professora Maria Cruz, uma mulher enigmática para mim. Suas alunas e alunos adoravam-na. Tocava violão e cantava como ninguém, tinha uma presença muito forte e marcante. Aos meus olhos, uma mulher bonita e alegre. Usava sempre calças compridas, camisas e sapatos fechados. Tinha um cabelo preto bem curto, não me recordo de vê-la com batom. Intrigava-me seu jeito ‘diferente’ das demais professoras que eu conhecia. Maria Cruz, como era conhecida, fugia do modelo esperado para as mulheres.

Presumivelmente, como a Maria Cruz tinha sinais adscritivos<sup>6</sup> de identidade masculina, era colocada em um lugar mais complicado de ser e existir. No privado coletivo eram chamadas mulheres “macho e fêmea ou sapatão<sup>7</sup>”, embora em suas presenças prevalecesse o rechaço silencioso. O que me faz pensar, quantas vezes nos deparamos com uma ‘Maria Cruz’ em um dado momento em nossa vida e de ter-nos causado estranhamento? Isto porque as pessoas diferentes sempre foram elementos da diferença social, visto que, nossa cultura não nos educa para respeitar as diferenças, ao contrário, somos motivados, muitas vezes, aprender o crime de ódio dentro das nossas casas, escolas e igrejas, como o racismo e a lesbofobia.

Um dia perguntei para minha mãe o porquê da diferença da Maria Cruz, sua resposta fora: – “existiam mulheres que gostavam de mulheres e não de homens e a Maria Cruz era uma delas”. Sua resposta foi tão simples que pude compreender sem outros questionamentos. Pela primeira vez tive a percepção de que existiam outras formas de amar das que eu lia na Bíblia e ouvia na igreja, ou seja, substituindo o pensamento de que a mulher tinha nascido para ser a companheira do homem e o homem da mulher.

Minhas lembranças não alcançaram outras lésbicas do meu convívio, embora tenha recordado de ter visto outras mulheres com as características semelhantes à Maria Cruz, evidenciando para mim que existiam outras mulheres que gostavam de mulheres assim como tinham homens que gostavam de homens.

---

<sup>6</sup> Registro; aquilo que acrescido, adicionado, inscrito ou registrado.

<sup>7</sup> Associada a uma suposta alusão do masculino. Apelido atribuído por suposta preferência de calçados masculinos.

Estávamos vivenciando as décadas de 1970 e 1980, momentos de restrições e vigilâncias no Regime da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), e falar sobre sexualidade feminina era subversão ainda mais se envolvesse a questão da lesbianidade. Para Bruna Santiago Franchini (2017), nessa perspectiva histórica, as mulheres eram educadas para serem recatadas, boas donas-de-casa e submissas, logo, exploradas nas funções reprodutivas pela opressão pautada na hierarquização de sexo e de gênero.

Porém, na arena social de disputas de poder, emergiam no cenário feminino aquelas que transgrediam e insurgiam nas questões de sujeição ao machismo e ao patriarcado, culminando com a ‘segunda onda’<sup>8</sup> do movimento feminista que se caracterizou por uma fase de luta por direitos reprodutivos e discussões acerca da sexualidade. Baseado no contexto político da época, Luana Farias Oliveira (2017) afirma que o movimento lésbico brasileiro teria origem em meio à ditadura militar. E que as lésbicas foram “isoladas politicamente pela esquerda, pelo movimento homossexual – hoje LGBT – e pelo movimento feminista” (OLIVEIRA, 2017, p. 7), porquanto cada grupo social divergia significativamente em defender seus próprios interesses, relegando as lésbicas um lugar cada vez mais distante de representatividade social e política.

Para tanto, as lésbicas “unem-se em torno das pautas da redemocratização e do combate à lesbofobia” (OLIVEIRA, 2017, p. 7). Restritas aos espaços dos guetos, isso vai se modificando com os movimentos sociais nas décadas de 1970 a 1990, com o fortalecimento e a expansão do movimento lésbico em prol da sua visibilidade, já que historicamente os gays colocavam suas pautas em primeiro lugar e desconsideravam as das lésbicas.

Diante do explicitado, para Oliveira (2017), a Ditadura foi uma época de “caça às bruxas” para a lesbianidade. Cassandra Rios, pioneira em literatura de ficção lésbica, teve 36 dos seus 50 livros publicados rasgados e censurados por aliciamento dos jovens, se referindo à lesbianidade. Houve também a “Operação Sapatão” no dia 15 de novembro de 1980, comandada pelo delegado de polícia José Wilson Richetti cujo alvo era as lésbicas que frequentavam os bares LGBT em São Paulo. Ao final da “operação”, ocasionou a prisão de duzentas lésbicas, segundo a Comissão da Verdade<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> As mulheres de cada momento histórico tinham demandas diferentes. Assim, uma das formas de agrupar mulheres em determinada “onda” do feminismo é de acordo com suas demandas. Outra forma de identificar as “ondas” é cruzando os ideais defendidos pelas mulheres denominadas feministas com seus momentos históricos.

<sup>9</sup> “Comissões da Verdade” ou “Comissões da Verdade e Reconciliação” são organismos oficiais temporários, criados para investigar abusos de direitos humanos cometidos pelo Estado, ou por grupos envolvidos em conflitos armados, ao longo de um determinado período de tempo no passado.

Dado o contexto histórico de perseguições às lésbicas, a identidade lésbica deveria ser o silêncio e o disfarce. Naquele período dos anos 1970 e 1980 não se podia falar sobre mulheres que gostavam de mulheres. A palavra sapatão era muito utilizada como forma de gradação para inferiorizar as lésbicas.

Voltando no tempo à tardezinha das sextas-feiras, a professora Maria Izabel nos levava em seu *chevette*<sup>10</sup> para a Praça Rui Barbosa, no centro da cidade para provarmos os quitutes da única baiana de acarajé do centro da cidade. Era uma algazarra sair com aquela meninada.

Era também o momento de socializar com todas e todos que passavam na praça incluindo dois jovens rapazes que tinham ‘algo’ de diferente, demonstravam muita alegria e eram encantadores. Eram moços falantes e divertidos, e muito gentis. Vinham sempre ao nosso encontro cumprimentar a Professora Maria Izabel que recebia a todas(os) sempre com um sorriso. Ficavam pouco, mas sempre deixavam alguns sorrisos para trás. Não me recordo o nome daquelas pessoas.

Esses momentos eram tão espontâneos que um dia meu pai chamou-lhe a atenção dizendo: “Lia, Lia, cuidado com as más línguas!” E ela ria. E na semana seguinte era tudo igual outra vez. Embora, talvez, meu pai não tivesse a intenção, mas existem “*falas*” que são uma aprendizagem de regulação e que, às vezes, (re)produzimos sem nos darmos conta de que construímos discursos preconceituosos e discriminatórios.

Naqueles momentos aprendi com minha mãe o respeito às diferenças. Eu estava internalizando o sentido da empatia e hoje mais do que isso, de como as normas sociais nos afetam, inferiorizam e marginalizam aquelas(es) vistas(os) como diferentes.

Jequié não fugia ao conservadorismo do machismo e o gay era relegado, nas pequenas cidades, para ocupar os espaços de profissão de cabeleireiros ou decoradores. E a sociedade jequeense não escapava do paradigma de absorver a mão de obra dessas pessoas pela criatividade, requinte e *glamour*<sup>11</sup>.

Assim, eram pessoas contratados para realizarem recepções de casamentos, festas sociais e comemorações dos festejos públicos. Os carnavais de época nos bailes dos clubes sociais e o desfile do carnaval tinham o toque e a participação efetiva daqueles jovens. Recordo-

---

<sup>10</sup> Chevette foi um automóvel lançado pelo General Motors no ano de 1973, sendo fabricado pela montadora Chevrolet no Brasil.

<sup>11</sup> Glamour tem sua origem na palavra “grammar”, palavra de origem escocesa que significa uma qualidade extraordinária em um determinado indivíduo, fazendo com que ele pareça muito atraente. Conceito de Atração, charme pessoal; encanto, magnetismo.

me que todos aguardavam a apresentação de um bloco cheio de plumas e paetês, fantasias e muito brilho, *'As Avançadas'*, um luxo para a época!

Quando a imagem do gay tem um reconhecimento social, podemos admitir que existisse uma intencionalidade de atributo artístico para tirá-lo da margem. O “excêntrico” parecendo o “normal” (SOARES, 2013, p. 146). Rosângela Soares esclarece que “os produtos da indústria cultural podem ajudar a fornecer modelos de identidades pelos quais os indivíduos se inserem socialmente” (idem, p. 147). Transitar no espaço artístico, esse era talvez o único lugar que gays e travestis poderiam estar. Parecia que a arte permitia isso. Era o lugar de transgressão da época.

Falando agora sobre o meu pai, Seu Jorge, ele se construiu como homem simples, honesto e trabalhador, transformando-se em um comerciante. Ensinava-nos a respeitar e acolher a todas(os) que chegassem a nossa casa. Tinha o carisma que até hoje se mantém. Atualmente, continua com o mesmo sorriso quando cumprimenta as pessoas que transitam pela calçada de sua residência. Lembro-me que nas festas juninas e natalinas, sempre abatia da sua criação de porcos dois dos maiores para distribuir com os mais necessitados. Ele nos ensinava o sentido da solidariedade. Compartilhávamos da alegria de acompanhá-lo sempre que podíamos.

Meu pai também fazia fretes e lotação nas horas vagas, afinal éramos muitas(os) para ‘dar conta’. Filhas e filhos aprenderam a dirigir desde muito pequenos. Aos dez anos de idade eu já dirigia. Nos finais de semana viajavamos para trabalhar nas feiras livres de outras cidades vendendo roupas. O trabalho sempre nos honrou e a postura familiar era emancipatória, pois os atos de trabalhar e dirigir em tenra idade nos deslocava para um amadurecimento pouco visto na década de 1980.

Dirigir me dá muito prazer, principalmente quando tenho que trafegar pelas estradas. Experimento uma sensação muito boa de liberdade. Entretanto, percebo que para os discursos machistas dizer que “mulher no trânsito é risco constante” também é uma forma de regulação que tenta manter a mulher distante de tornar-se independente no seu direito de ir e vir.

Lembro-me de minha mãe dizendo “minhas filhas, estudem, trabalhem, sejam fortes, para que vocês não se tornem dependentes!” E assim nos construímos seguindo seu conselho e as quatro filhas da Professora Maria Izabel se tornariam mulheres independentes. Assim como todos os ensinamentos, vivências e observações contribuíram para a construção de minha história de vida. Em dias atuais, minha prática sucede uma forma de reafirmação da mulher independente que busca suas realizações profissional, familiar, afetiva e social.

Retornando ao passado, me vejo na escola, na biblioteca municipal e nas brincadeiras de rua com a molecada. Não tinha brincadeira de menino e de menina em nossa casa. Apenas brincávamos pelo simples fato de querermos nos divertir. Jogar pião e gude aprendemos com

mainha. Jogar dama e sinuca com painho, o que era uma prática de vanguarda para a educação feminina. Jogar bola no futebol, baleado, corrida de salvar, pique, cabra-cega, esconde-esconde e cozinhar nas panelas de barro com a meninada não tinha distinção do que era para o feminino e o masculino.

Guacira Lopes Louro trata essas questões como “demarcações de fronteiras” e as representações das construções de gênero como discursos que produzem as diferenças. Para a autora “a questão deixa de ser, neste caso, a “identificação” das diferenças de gênero e sexualidade, percebidas como marcas que preexistem nos corpos dos sujeitos e que servem para classificá-los”. (LOURO, 2013, p. 48).

Em nossa casa não existiam atribuições de homens e mulheres, de criança e adulto. Quando viajávamos assumindo o volante de um carro para trabalhar nas feiras livres e recebia de painho instruções de como trabalhar e conduzir o dia até a hora de retornarmos para casa, erámos meninas que fazíamos coisas de gente grande.

Trabalhávamos e tínhamos obrigações de ter o cuidado com a mercadoria, com o dinheiro e com o carro. Essas eram tarefas que necessitavam de esforço físico intenso e percepção lógica. Erámos felizes, tudo era bom e víamos beleza e prosperidade para nossas vidas.

Isso nos remete a Silvana Vilodre Goellner quando faz alusão às atribuições ao corpo da mulher que foi e é um discurso político de controle:

Por muito tempo as atividades corporais e esportivas (a ginástica, os esportes e as lutas) não eram recomendadas às mulheres porque poderiam ser prejudiciais à natureza de seu sexo considerado como mais frágil em relação ao masculino. Centradas em explicações biológicas, mais especificamente, na fragilidade dos órgãos reprodutivos e na necessidade de sua preservação para uma maternidade sadia, tais proibições conferiam diferentes lugares sociais para mulheres e para homens onde o espaço do privado – o lar – passou a ser reconhecido como o domínio da mulher, que nele poderia exercer, na sua plenitude, as virtudes consideradas como próprias de seu eixo tais como a paciência, a intuição, a benevolência, entre outras. (GOELLNER, 2013, p. 33).

Agora me pego pensando que por muito tempo foram atribuídas às mulheres funções para corpos frágeis, como querem os discursos conservadores. Entretanto, as histórias de muitas mulheres sempre foram marcadas pela superação da força física para manutenção da sua família. Silvana Goellner fala sobre a importância do papel da mulher na história frente às tarefas desempenhadas quando:

Carregar peso, limpar, fazer longos percursos a pé, atuar nas colheitas, manejar maquinário pesado e lançar-se ao vazio num voo de trapézio eram atividades rotineiras de um grande número de mulheres que nem por isso



deixaram de serem mulheres ou sucumbiram frente às exigências de força física. (GOELLNER, 2013, p. 35).

Nas horas de lazer, tínhamos os momentos de irmos às matinês<sup>12</sup> nas tardes de domingo. Lembro-me quando fomos assistir *Romeu e Julieta*. Fiquei em choque. Não pela história em si, mas me apaixonei pela pessoa que tinha escrito aquele romance que eu nem sabia dizer e muito menos escrever o nome *Shakespeare*<sup>13</sup>. Fiquei deslumbrada. No dia seguinte estava na biblioteca para conhecer aquele tal *Shakespeare*. A partir dali, fiz de uma mesa no canto do salão meu cantinho predileto para leitura. Em casa tinha muitos livros, mas eu queria conhecer os clássicos da nossa literatura. Eu tinha encontrado o meu lugar.

Tornei-me adulta aos quinze anos ao descobrir que estava grávida. Minha vida começava a ter um novo sentido, eu estava ‘grávida’! Amei com todas as minhas forças um ‘grãozinho de areia’ desde o momento que li o resultado de laboratório, que era positivo. Imediatamente desejei que fosse uma menina que sonhei. Sabia também que não seria fácil, mas o sentimento que me invadia valeria a pena qualquer coisa que viesse acontecer. Engravidar nos anos 1980 sendo mãe adolescente e solteira significava conviver com a reprovação e a discriminação social e muitas vezes na própria família.

Ser a chamada “mãe solteira” foi a minha escolha, não desejava um casamento para satisfazer as convenções vigentes e meus pais me acolheram e protegeram. Eram anos 1980 em Jequié, cidade do interior que a falação já se fazia natural de tudo que fosse uma transgressão aos “bons costumes”. Mas eu continuava filha da Professora Maria Izabel e do Seu Jorge e isso fazia toda a diferença. Fui mãe aos dezesseis anos e com a mesma idade fui à formanda do curso técnico de magistério mais nova da turma e aos dezessete anos já estava trabalhando numa sala de aula. Logo fui convidada para trabalhar como professora numa escola municipal e depois de dois anos, já trabalhava nas duas maiores escolas da cidade.

Busquei vencer os desafios que me impunham. Aprendi na adolescência a ressignificar as adversidades que me encontrava porque implicava uma responsabilidade que até então eu não tinha pensado, uma gravidez. Ser mãe adolescente numa sociedade pudica afeta consideravelmente a construção tanto de gênero quanto da sexualidade de uma jovem. Tive que me adaptar às mudanças quanto a minha percepção de mundo. Amadureci muito rápido e acabei pulando a adolescência.

---

<sup>12</sup> Atividades de entretenimento (espetáculos, exibição de filmes, festas, reuniões, etc.) que se realizam no período da tarde; vespéral ou matinada.

<sup>13</sup> William Shakespeare (1564-1616) foi um dramaturgo e poeta inglês. Autor de tragédias famosas como “Hamlet”, “Othelo”, “Macbeth” e “Romeu e Julieta”.

Fico pensando que tanto as mulheres héteros quanto as lésbicas são afetadas por uma sociedade normatizadora, embora não da mesma forma, e comigo não foi diferente. Para Marcello Bernardi a sexualidade é mantida sobre um discurso conservador da hipocrisia, pois é “uma mentira coletiva que goza da proteção do moralismo corrente, o qual está disposto a tolerar qualquer baixa a nível individual (no privado), mas não transige sobre a exterioridade da norma”. (BERNARDI, 1985, p. 37).

Foram momentos complicados e o silenciamento foi meu grande aliado como forma de resistência e superação nas minhas dificuldades. Conteí com o apoio e ajuda financeira da minha família. Aos vinte e um anos me casaria e mudaria de cidade. Cinco anos após me divorciaria. Tinha agora uma filha e um filho que me impulsionavam a buscar melhores condições de vida. Deixei minha prole com minha mãe e fui buscar trabalho em Salvador como auxiliar financeira de uma construtora.

De lá, fui para a Itália a convite de uma amiga. Trabalhava como modista num ateliê de bolsas, mandava quase todo meu salário para ajudar nas despesas das crianças. Retornei para o Brasil com um companheiro cuja relação não duraria muito. Atualmente, sou mãe de dois seres humanos inigualáveis em sentimentos e valores que me fizeram avó de dois pequenos menininhos, tendo a certeza que usarão todas as cores como suas mães e seus pais, como faz a vovó.

Hoje estou morando em Vitória da Conquista, servidora pública, tenho como segunda profissão a Psicologia Clínica em Jequié. A cada atendimento, gratifica-me a minha alma pela oportunidade de auxiliar uma pessoa no estado de angústia. A Psicologia me oportunizou atender a muitas pessoas com variadas situações e uma em especial que observei foi a ida de mulheres que me procuravam com demandas de aceitação de sua identidade sexual lésbica, desde as solteiras às casadas com ou sem filhas(os).

É um equívoco sexista e machista acreditar que se almeje atingir uma vigilância ostensiva sobre as mulheres, se esquecendo de que o corpo é a matriz propulsora da sexualidade. Não obstante ao que se prega de uma relação heterossexual, do casal feliz na cama, para muitas mulheres que se sentem atraídas por outras mulheres, a heterossexualidade compulsória é um martírio para elas e essa prática sexual se tornou uma norma obrigatória, identificada como parte de um sistema regulador e opressor.

Sendo que mais cedo ou mais tarde, haverá um momento em que não dará para conter essas energias vibrantes do desejo, da afetividade, do carinho e da atração ainda contidas. Nilson Fernandes Dinis (2014) nos adverte que as identidades lésbicas são processos de

construções que é sujeitada ao saber do discurso masculino negando o homoerotismo feminino.

Ele diz que:

Negar uma identidade homossexual a mulher não é simplesmente pensar uma perspectiva culturalista na qual tanto as identidades heterossexuais como as identidades homossexuais, sejam masculinas ou femininas, estão em processo de construção. A visão de uma maior reversibilidade da homossexualidade feminina ou das experiências homoeróticas entre mulheres como algo passageiro significa entender a mulher como objeto de posse e não como sujeito. Alguém desprovido do falo e, ao mesmo tempo, sujeitado ao falo, sem falo, sem voz, alguém que não penetra, mas que é penetrada, penetrada pela fala do discurso do outro, o saber do discurso masculino, que produz as representações sobre o feminino como sujeito de uma falta, a exemplo de parte dos discursos da psicanálise. (DINIS, 2014, p. 149).

Baseando-me nas minhas reflexões e inquietações, desde os primeiros contatos com as diferenças da minha infância à vida adulta, busquei compreender o porquê de tanto preconceito e discriminações perpetuadas na educação das crianças pela família, capazes de estimular o ódio pelas mulheres e homens por sua orientação sexual não heterossexual.

Foi assim que encontrei um espaço na universidade que se preocupava em discutir essas questões. Minha trajetória com o Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE) nasce da busca de elementos para fundamentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Psicologia em 2014. Tudo começou numa aula em que uma professora pediu para pensarmos num tema que fosse importante para desenvolvermos leituras e alargarmos os conhecimentos acerca do objeto de estudo.

Mergulhei em mim mesma para encontrar esse “objeto” e quão foi minha surpresa ao perceber que, o que eu julgava importante para estudar era a mim, como mulher em minhas vivências nas produções de gênero. Busquei conhecer o “Ser Mulher” por meio de livros, publicações de artigos e dissertações dos anais de eventos e publicações da psicologia. Contudo, nessa abstração literária faltava alguma “coisa” que pudesse compreender o que as mulheres vivenciavam em suas histórias. Tinha decidido falar de gênero e etnia para compreender o fluxo da minha trajetória como mulher.

Em conversa com uma pessoa amiga, soube de um espaço acadêmico em que se discutiam as questões relacionadas à temática de gênero. Segundo ela, as leituras propostas e as discussões me auxiliariam em minhas inquietações. O ODEERE era esse espaço e pela importância social dos seus trabalhos oferecidos à comunidade do Pau Ferro, bairro periférico em que se localiza, abarca vários grupos étnicos, sendo que sua grande maioria é negra e de terreiro. O ODEERE faz parte desta pesquisa como lugar de saber e, portanto, *locus* das diferenças e diversidades.

Identifiquei-me de imediato naquele espaço e queria dialogar o máximo com aquelas pessoas. Matriculei-me no curso de Extensão em Gênero, Raça e Diversidade Sexual e também fui selecionada como aluna especial do mestrado, na disciplina de Antropologia e Pós-estruturalismo. O que estava nas caixinhas pulava. Comecei a (re)pensar as estruturas e tenho aprendido a “borrar”<sup>14</sup> as palavras em seus significados.

Tomei gosto pelo desconhecido e me aventurei pela busca de mais conhecimento em mais uma disciplina, desta vez de Tópicos Especiais II em Gênero e Diversidade Sexual. Percebi que já não existiam papéis que representávamos, mas produções que nos forjavam a existência. Como já relatei, tenho aprendido a (des)construir meu mundo e perceber que ele ficava mais compreensível, tanta coisa passava a fazer sentido, descortinava a história dos meus ancestrais e era ali, naquele espaço, que eu queria estar.

Por efeito, assumo a posição de mulher, antirracista, heterossexual, parda, jequieense, nordestina que defende a equidade de direitos para mulheres e homens e, me inquieta as normatizações de gênero impostas às mulheres na sociedade, gerando um contexto de desigualdades de direitos e reforçando as violências domésticas, sexuais e sociais cotidianamente.

Minha identidade de gênero foi construída a partir de elementos tidos como femininos, mas também masculinos. Não tive uma educação que priorizava apenas “coisas de menina”, minha infância denuncia isso por meio das brincadeiras e exemplos dentro e fora de casa com minha família, sobretudo minha mãe que convivia com as diferenças e com a capacidade de sempre se colocar no lugar do outro.

Assim, posso afirmar que minha identidade é contrastiva<sup>15</sup>, pois minha trajetória de vida foi trilhada por rupturas e transgressões que desafiavam as normas. Ou seja, não fui educada para dizer “sim” sempre às convenções vigentes e, portanto, não assumi a posição de mulher dependente e submissa. Tive que me empoderar do meu conhecimento para conquistar meu espaço e ser respeitada. Não é por acaso que esses são pontos de encontros que estabeleço com as sujeitas de pesquisa que elegi como *locus* de estudo por se tratarem de mulheres que buscam liberdade para fazerem suas próprias escolhas, inclusive, a de viver sua sexualidade considerada pela norma como dissidente.

De acordo com a antropóloga Cecília Sardenberg, “o empoderamento é um ato autorreflexivo, ou seja, ninguém empodera outrem; empoderamento é enfim, um processo e

---

<sup>14</sup> Ação ou efeito de borrar. Borrões ou nódoas que tornam ilegível o que está escrito.

<sup>15</sup> Que contrasta; que revela contraste. Contrastante, contrastiva(o). Em que se usa um contraste.

não um produto” (SARDENBERG, 2006, p. 2). Enquanto ao poder como questão central do empoderamento, o pensamento feminista analisa, segundo a autora, de formas distintas: “poder sobre” refere-se à dominação/subordinação, “poder de dentro” referindo a autoestima, autoconfiança, “poder para”, em se tratando das conquistas de uma pessoa, sem, contudo, invadir os limites de outro, “poder com” o que é compartilhado numa ação coletiva (idem. p.4).

Atualmente, sou membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (GEPGS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié-BA. Em nossos encontros estudamos as relações de poder e saber, os processos construtivos identitários e as relações de gênero e de sexualidades. Neste espaço, as reflexões e discussões sobre feminicídio, lesbofobia, estupros “corretivos”, heterossexualidade compulsória, amor entre mulheres e lesbianidade me capturaram diante das constatações das diversas violências físicas e simbólicas em que as mulheres são submetidas, ferindo a integridade dos seus direitos ao longo do tempo.

Adrienne Rich faz alusão ao conceito de heterossexualidade compulsória como uma “ideia da heterossexualidade como instituição política que retira o poder das mulheres” (RICH, 2010, p. 19). Dessa maneira, mesmo enquanto mulher heterossexual, tenho o propósito em dialogar com as mulheres lésbicas sobre suas vivências, pois somos atravessadas pelos discursos heteronormativos que reforçam a heterossexualidade compulsória a todas as mulheres e legitima várias formas de violência contra nós, como o estupro.

Para as héteros, o estupro marital é uma realidade no casamento, sendo que, no caso das lésbicas, o estupro é visto como uma forma de corrigi-las, violentamente, a fim de que “aprendam” a gostar de homens, já que para a heteronormatividade, a mulher e o homem são intrinsecamente heterossexuais e, caso tenham se desviado desse lugar, precisam ser corrigidas(os).

Para Richard Miskolci, “a heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida” (MISKOLCI, 2012, p. 15). Por conseguinte, nosso ponto de encontro se estabelece em desafiar a hegemonia das práticas heteronormativas que perpetuam a obrigação da posição da mulher, independentemente de ser heterossexual ou não a submeter-se como objeto de desejo sexual masculino.

Todas nós vivenciamos processos de estigmatizações semelhantes no que tange ao gênero, porque ambas as categorias são mulheres. Por outro lado, as lésbicas causam rupturas aos estereótipos da mulher submissa ao desejo do homem. Elas apresentam uma identidade

contrastiva que desafia e rompe com a normatividade das práticas heterossexuais compulsórias, por isso são vistas como ameaças à heterossexualidade, o que intensifica, de um lado, o heterossexismo<sup>16</sup> e, de outro, o ódio e a violência contra as lésbicas.

Pensando na subalternidade das mulheres em geral, Gayatri Chakravorty Spivak nos diz que há uma “violência epistêmica do imperialismo que nos dá uma alegoria imperfeita da violência geral da “imagem” da mulher” (SPIVAK, 2010, p. 66), em detrimento ao homem subalterno. Afirmando que:

[...] apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino ainda está mais profundamente na obscuridade. (SPIVAK, 2010, p. 66-67).

Pessoalmente, refletir as experiências de lésbicas com base em suas narrativas será importante para a reflexão das minhas vivências enquanto psicóloga, tendo em vista que assumirei nessa pesquisa a posição de pesquisadora que, em certa medida, está implicada na temática, pois somos mulheres que nos encontramos nos pontos em que somos discriminadas e sofremos preconceitos por assumirmos posicionamentos e posturas contra a sujeição androcêntrica que persiste em nome de um determinado modelo de sociedade.

Da mesma forma, há pontos de desencontros como a identidade sexual, no entanto, também aprenderei com elas sobre a construção da identidade lésbica em uma sociedade heteronormativa como a nossa.

Esse estudo também servirá de mapeamento para se entender as questões que atravessam as vivências das lesbianidades das pesquisadas com o intuito de auxiliar na elaboração de políticas de (re)conhecimento e visibilidade, especialmente no interior da Bahia, pois em geral, as discussões sobre diversidade de gênero e sexual ainda têm se restringido na capital ou região metropolitana, com menos ações no interior.

As decorrências da discriminação fundamentada no gênero fazem com que as lésbicas convivam com a vitimização e a violência no campo privado. O Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: Promoção da Equidade e da Integralidade assinala que, “mulheres homossexuais (lésbicas) não são menos vítimas da homofobia que os homens, mas as modalidades de vitimização têm menor visibilidade, por ocorrerem predominantemente na esfera privada”. (FACCHINI; BARBOSA, 2006, p. 23).

---

<sup>16</sup> Heterossexismo é a atitude de preconceito, discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda sexualidade que não seja a heterossexual, expressa de forma sistêmica.

A conclusão desse dossiê apontou que “as mulheres homossexuais relataram, mais frequentemente, experiências de discriminação por familiares ou por amigos ou vizinhos” (idem, p. 23). Neste contexto, sendo a família como primeira instituição social para as(os) sujeitas(os), ela reproduzirá os discursos culturais a que fazem parte. Desta forma, em nossa cultura ainda poderemos notar um *continuum* discursivo masculino de controle fazendo com que se perpetue a postura de sujeição feminina. Essas autoras ressaltam que os processos discriminatórios vivenciados pelas lésbicas são silenciados nas relações sociais, o que causa impactos negativos na vivência dessas mulheres, intensificando a lesbofobia em nossa sociedade.

Segundo Daniel Borrillo (2009), a lesbofobia possui em si ainda um agravante, ou seja, minimamente trata-se de uma dupla marcação para a lésbica – de gênero e diversidade sexual - elas são marcadas por serem mulheres e lésbicas. Esse tipo de violência trata-se de agressão física e sexual que se reflete no campo emocional e psicológico.

Portanto, a resistência das mulheres lésbicas ao poder masculino subverte o discurso da heterossexualidade compulsória e as forças institucionalizadas que propõem o “apagamento da existência lésbica” (RICH, 2010) por meio da perseguição e violência das práticas heterossexistas que mantêm a sujeição da mulher. A resistência à heteronormatividade vem demonstrando que “a existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida” (RICH, 2010, p. 36).

O enfrentamento à lesbofobia é um desafio cotidiano para as lésbicas, sendo que, muitas vezes, suas emoções, sentimentos, desejos e sonhos são ignorados e, assim, muitas delas são vítimas do lesbocídio. Segundo as autoras Maria Clara Dias, Milena Cristina Carneiro Peres e Suane Felipe Soares, o lesbocídio é a “morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (DIAS; PERES; SOARES, 2018, p. 19).

Assim, as mulheres lésbicas são vistas muitas vezes, como sujeitas abjetas. Conforme Judith Butler (2000, p. 153) “abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social”, em outras palavras, são aquelas e aqueles que não são vistas(os) como sujeitas(os). Cabe pontuar que a posição abjeta não está ligada apenas às sexualidades e aos gêneros, ela diz de todas as posições de sujeitas(os) que são consideradas socialmente inúteis, indevidas e indignas de serem vividas. Assim, ser abjeto é ocupar os interstícios sociais na posição de um não-sujeito.

Butler (2003) afirma que a matriz de relações de gêneros é uma fronteira rígida construída em performances<sup>17</sup> normativas fixadas por serem repetidas vezes, divulgadas e demonstradas. Corpos que não são acomodados a essas normas são tratados como abjetos. Dessa maneira, as lésbicas são marcadas socioculturalmente nas suas relações étnicas, raciais, geracionais, religiosas etc., permitindo a perpetuação de preconceitos e discriminações que não apenas geram, mas alimentam a lesbofobia.

Diante do contexto explicitado, a cidade de Jequié-BA foi escolhida para a realização deste trabalho a fim de entender como se dá o entrelaçamento entre os diferentes marcadores sociais na produção das identidades das lésbicas sujeitas dessa pesquisa. Em Jequié, tenho percebido em manifestações públicas, a exemplo, de bares, shows e festas públicas o quanto as mulheres têm demonstrado mais afeto umas com as outras. Isso permitiu-me questionar, como as identidades étnica e sexual dialogam no decorrer da vida das lésbicas?

Segundo o historiador Emerson Pinto de Araújo (1997), Jequié é uma cidade interiorana nordestina marcada pela presença de muitas culturas. Jequié é originária da Sesmaria do capitão-mor João Gonçalves da Costa, que sediava a Fazenda Borda da Mata. A fazenda pertencia a José de Sá Bittencourt, inconfidente mineiro. Paradoxalmente, foi ele que introduziu a escravidão negra em terras jequeieenses, trazendo negros na condição de escravizados para a sede de sua fazenda Borda da Mata. Essas terras serviram por muito tempo como pouso para as tropas e boiadas, e até mesmo para entreposto comercial dos mascates.

Localizada no sudoeste baiano, Jequié tem uma temperatura que oscila entre 13 e 36 graus. As terras jequeieenses se distribuem entre a vegetação da Mata e da Caatinga árida. A denominação do nome da cidade tem origem no topônimo "*jequi*", um objeto afunilado, muito utilizado para a pesca pelos índios mongoiós que residiam às margens do Rio de Contas.

Embora a população de Jequié tenha-se constituído a partir de muitas etnias, houve um apagamento das heranças indígenas e africanas, e valorização da cultura do branco. Jequié também é atravessada pela presença de muitos credos e tradições em sua construção histórica e populacional, evidenciadas pelas práticas religiosas católicas e pentecostais, como as religiões de matrizes africanas, pelos costumes das quermesses até as benzedeiras ou rezadeiras<sup>18</sup> que exerciam seus misteres contra o "mau olhar". No entanto, o ataque às religiões afro-brasileiras ainda continua muito intenso.

---

<sup>17</sup> A palavra performance vem do verbo em inglês "to perform" que significa realizar, completar, executar ou efetivar. Em muitas ocasiões é usada no contexto de exposições em público, ou quando alguém desempenha algum papel no âmbito artístico, como um ator, por exemplo.

<sup>18</sup> Mulher que faz rezas com o objetivo de curar doenças, afastar o mal e anular feitiços.



Portanto, Jequié é marcada por várias heranças étnicas de diferentes grupos. Para Fredrik Barth “a etnicidade se dá numa abordagem interacional”, ou seja, “nas interações sociais” (BARTH, 1998, p. 111). Neste contexto, o conceito de etnia é atribuído aos laços culturais de origem compartilhados de um povo que apresenta características e elementos próprios – étnicos – como a religião, língua e costumes, fundamentados em crenças de uma identidade comum. Dessa forma, cada etnia se identifica como grupo distinto, considerando-se diferentes de outros grupos.

Para Barth (1998), as categorias étnicas (denominações) são identificações de terceiros, de outros, como diferentes. Portanto, compreendemos que uma comunidade pode possuir muitas etnias que interagem entre si, podendo apresentar reações de aproximação e/ou repulsa e/ou superioridade em suas interações grupais. De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira, “a noção de etnia estaria por sua vez vinculada a uma base estritamente social (daí estar sempre associada a grupo), tal como a noção de Cultura teria por base a Sociedade” (OLIVEIRA, 2003, p. 135).

Dando meus primeiros passos em busca de trabalhos científicos que me servissem de base na proposta de estudar as mulheres lésbicas, constatei que esses dados corroboram para a invisibilidade das vivências da lesbianidade. Há poucos trabalhos que problematizam as discussões e debates sobre as lésbicas quando comparado com aqueles que discutem sobre os gays.

A revisão literária me possibilitou o acesso a um conhecimento desconhecido que serviu de embasamento teórico para minhas reflexões no campo epistemológico sobre lesbianidade. Assim como contribuiu para entender os discursos institucionalizados que reforçam o preconceito e colaboram com a disseminação da violência contra as lésbicas.

Para aproximar-me do tema proposto, consultei o diretório de pesquisa do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Catálogo de Teses e Dissertações no período de cinco anos (2013 a 2017). Na categoria ‘gay’ encontrei 1.218 trabalhos publicados, sendo 985 do curso de Mestrado e 233 em Doutorado. Deste total do curso de Mestrado, duas (02) foram publicados por SANTOS (2016) e CORTES (2017) junto ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) *Campus Jequié*.

O mesmo resultado expressivo não ocorreu na busca da categoria lésbica. Encontrei apenas 89 resultados de trabalhos publicados sendo 72 do curso de Mestrado e 17 em Doutorado. Não havia nenhuma publicação pela UESB.

Nessa inquietação, após ter refletido sobre os números obtidos, fui mais além. Debrucei-me em buscar trabalhos de pesquisa nos dois compêndios eletrônicos referenciais para apoiarme na discussão e problemática desta pesquisa.

Os descritores utilizados foram: lésbica, lesbianidade, etnia e raça. Encontrei no diretório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) uma (01) Tese de Doutorado e duas (02) Dissertações de Mestrado e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES uma (01) Tese de Doutorado e uma (01) Dissertação de Mestrado no período de uma década de 2007 a 2017, totalizando cinco (05) trabalhos que se aproximam do meus estudos propostos de acordo com o *locus* do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), Linha 2: Etnias, Gênero e Diversidade Sexual. No Quadro 1 apresento uma síntese dos trabalhos encontrados nessas bases.

Após leitura minuciosa, observei que os pontos de encontros em todos os trabalhos eram o formato de pesquisa social qualitativa. Outro ponto de aproximação é na fundamentação teórica se utilizando de autoras que tratam das questões de gênero e de sexualidade como Monique Wittig, Tania Navarro-Swain, Judith Butler, Adrienne Rich, Guacira Lopes Louro, Simone de Beauvoir e destaca-se também a presença do filósofo Michel Foucault por ser um precursor em debater os discursos de saber e poder nas relações e discussões das sexualidades.

Os principais elementos evidenciados em todas as obras que dialogam com as temáticas que me proponho analisar são as produções de gênero impostas às mulheres. Por conseguinte, negadas o direito de manifestar suas sexualidades, principalmente na categoria de lésbica, mantendo-as na invisibilidade.

As pesquisas sobre as lésbicas trabalham com determinados focos aqui elencados como a cidadania LGBT, trajetórias de vida, reconhecimento e visibilidade social. Contudo, percebemos que ainda faltam pesquisas que trabalhem com outros elementos como a construção de identidade étnica das lésbicas. Ressaltamos, em síntese, as contribuições das obras ora revisadas.

Quadro 1 – Dissertações e teses encontradas no banco de dados da BDTD e da CAPES

PUBLICAÇÃO/AUTORA ANO/TÍTULO	OBJETIVO GERAL	METODOLOGIA DETALHADA
<p>Tese de Doutorado BDTD</p> <p>LESSA, Patrícia. 2007</p> <p>Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade.</p>	<p>Fazer um levantamento dos movimentos de lesbianas no Brasil e estudar as representações escritas e imagéticas do movimento, visando analisar as diferentes perspectivas teóricas-políticas ao longo do tempo e nas diferentes regiões do Brasil.</p>	<p>Estudou-se a construção dos movimentos lésbicos no Brasil, as representações e as auto-representações que lhes conferem materialidade. Para tal, utilizou como fontes os Boletins: Iamaricumá, Chanacomchana, Um Outro Olhar, a Revista Um Outro Olhar, a lista de discussão do Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) e outros folders distribuídos por grupos lésbicos. Utilizou-se a metodologia da análise do Discurso, dentro da ótica que pretende explorar o dito nos textos e nas imagens.</p>
<p>Dissertação de Mestrado BDTD</p> <p>PIASON, Aline da Silva. 2008</p> <p>Mulheres que amam mulheres: trajetórias de vida, reconhecimento e visibilidade social às lésbicas.</p>	<p>Compreender a construção da subjetividade de mulheres lésbicas.</p>	<p>Utilizou-se o método qualitativo. Os dados foram coletados por meio de entrevista narrativa, na qual as lésbicas participantes foram solicitadas a relatar suas experiências no processo de se reconhecerem lésbicas, bem como suas vivências quanto à sua orientação sexual.</p>
<p>Dissertação de Mestrado BDTD</p> <p>BACCI, Irina Karla. 2016</p> <p>Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT</p>	<p>Compreender as vozes das mais diversas ativistas lésbicas que, ao longo de sua trajetória de vida, política e pessoal, contribuíram na busca e nos sentidos da cidadania LGBT no Brasil.</p>	<p>Nesta pesquisa, foram feitas entrevistas em profundidade seguindo um roteiro semiestruturado composto, a partir de três blocos: I) Trajetória de vida; II) Trajetória do ativismo; III) Trajetória da cidadania LGBT no Brasil. A partir desse material foi possível realizar uma análise discursiva das ativistas e dos fatos por elas narrados.</p>
<p>Tese de Doutorado CAPES</p> <p>SOARES, Gilberta Santos. 2016</p> <p>Sapatos têm sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil.</p>	<p>Compreender a produção de sentidos e subjetividades na intersecção da vivência da lesbianidade em mulheres de idades variadas, de camadas urbanas de baixa renda, negras, no Nordeste do Brasil.</p>	<p>A metodologia da pesquisa foi a etnografia, que aconteceu em duas etapas: a primeira, de observação participante, e a segunda, de entrevistas em profundidade. A observação participante aconteceu na convivência com as integrantes do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI) e em atividades, especialmente, o calendário das ações culturais.</p>
<p>Dissertação de Mestrado CAPES</p> <p>ANJOS, Karen Priscila Lima. 2016</p> <p>Cartografando lesbianidades: jogos performativos de gênero e subjetivação nas experiências de/entre mulheres.</p>	<p>Cartografar as nuances do jogo performativo de gênero, no qual mulheres com múltiplas experiências de lesbianidade, simultaneamente, fazem uso e também são afetadas por construções discursivas de gênero e sexualidade em seus processos de subjetivação.</p>	<p>A pesquisa foi realizada sob as orientações da cartografia, nos espaços de sociabilidade nos Grupos de Lésbicas e Simpatizantes (GLS) de Belém - PA. As lésbicas entrevistadas foram tomadas como co-produtoras da experiência de pesquisa, de modo o trabalho que se mostrou sempre como uma produção coletiva.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com informações da BDTD e da CAPES.

Patrícia Lessa (2007) concluiu que muitos dos movimentos lésbicos foram construídos a partir dos anos 1980 por grupos lésbico-feministas, com orientação separatista. Seus discursos eram de crítica à cultura patriarcal nas construções sociais e a desconstrução do falocratismo, chamando atenção para as violências e a segregação social em suas vivências. Logo, reivindicavam a visibilidade como forma de ação política por meio das autoimagens positivas demonstrando emoção, alegria e respeito às diferenças.

Aline da Silva Piason (2008), ao buscar compreender a construção da subjetividade de mulheres lésbicas, concluiu que as mulheres que amam mulheres não são um grupo homogêneo. Elas diferem em muitos aspectos: sociais, de classe econômica, raça, crença, visões e engajamentos políticos, em suas relações familiares, afetivas e nas relações de trabalho. Entretanto, todas as participantes da pesquisa se assemelham quanto ao desejo de serem respeitadas.

Irina Karla Bacci (2016) observou que o ponto de encontro entre as vozes de ativistas do movimento LGBT<sup>19</sup> (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros), de Norte a Sul no Brasil era a busca pelo reconhecimento de uma cidadania mais justa e mais humana. A participação das ativistas à frente do movimento LGBT no Conselho Nacional de Saúde, no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, na expressão majoritária do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT e na representação de espaços institucionais internacionais foi fundamental para suas conquistas, sendo que suas lutas se concentraram na coletividade, com o alinhamento feminista pela busca de sua identidade como mulheres e feministas.

Gilberta Santos Soares (2016) apontou que de modo geral, as interlocutoras conhecem os efeitos do rechaço social e não subestimam as sanções sociais, desenvolvendo estratégias específicas para lidar com elas ao longo da vida. Na pesquisa da Soares, o Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI) foi de fundamental importância como um espaço para a concretude da pesquisa, pois atua para o empoderamento, à subversão da heteronormatividade e no fortalecimento da autoestima como mulheres lésbicas e negras. Essas participantes da pesquisa destacaram também que, às vezes, a brincadeira, o silêncio, o fazer-se de desentendida é a reação possível diante da imposição da norma de gênero, da sexualidade e dos mecanismos de controle destas.

---

<sup>19</sup> A sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) segue deliberação da I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008.

E por fim, Karen Priscila Lima Anjos (2016) destacou que os processos de subjetivação na construção da identidade lésbica desestabilizam as normas heteronormativas nos elementos constitutivos de identidades consideradas fixas. Apresenta críticas em como muitas pesquisas em psicologia são construídas a partir do modelo heteronormativo, causando sofrimento psíquico para aquelas/aqueles que desviem da norma. Salienta que a pesquisa foi realizada em espaços de Grupos de Lésbicas e Simpatizantes (GLS) de Belém – PA, desconsiderando as performances de gênero em outros espaços.

Diante dos resultados dos trabalhos aqui elencados, destaco a importância dessa pesquisa pela inovação do tema a ser estudado, uma vez que, de acordo com o levantamento de publicação na BDTD, buscando o tema Lésbica/Lesbianidade na categoria de Instituições, não consta a Instituição da UESB e na busca com o mesmo tema nos programas em Pós-Graduação de pesquisa, percebi que não contempla o (PPGREC) programa em Relações Étnicas até então defendidas na BDTD. Ressalto que este é um projeto inovador do ponto de vista de publicação no PPGREC.

Este estudo está dividido em três capítulos. No capítulo I me aventurei viajar rumo a um mundo até então desconhecido de fronteiras silenciadas e (in)visibilizadas das lésbicas participantes deste estudo, objetivando compreender a construção de uma pesquisa em uma vertente pós-estruturalista e do grupo focal como instrumento de construção dos enunciados.

Já os capítulos II e III foram reservados às análises dos discursos. No capítulo II ousei operar com os discursos das participantes da pesquisa analisando primeiramente os atravessamentos de gênero na construção das identidades lésbicas; as compreensões que as lésbicas têm de si mesmas e as primeiras vivências lésbicas das participantes, contextualizando as problemáticas vivenciadas em assumir-se para si, para suas famílias e nos espaços de convivências.

E no capítulo III trago as diferentes práticas racistas e etnocêntricas que interferem nas vivências das lésbicas e os efeitos do discurso religioso judaico-cristão, entendido como um marcador étnico-racial da branquitude, nas produções identitárias étnico-raciais das lésbicas que aqui se envolveram.

## 2 AS AVENTURAS NA CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS DA PESQUISA

Não (re)conhecer a trajetória política das lésbicas é um ato de violência com a própria historicidade da mulher, visto que, foram as lesbianidades que questionaram a heterossexualidade enquanto destino para todas as mulheres, tencionaram a compreensão do que seja a mulher. Para Tania Navarro-Swain, as lésbicas contestaram a “sujeição das mulheres à violência e à utilização de seus corpos, em nome da ordem, do “natural”, do divino, talvez” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 81).

Por efeito, a ideia de construir um trabalho com base na perspectiva do pós-estruturalismo é também uma possibilidade de se expor, se repensando e se revendo continuamente no trabalho e, inclusive problematizando como a heterossexualidade compulsória também me afeta enquanto mulher.

Tomando Guacira Lopes Louro (2007) em *Conhecer, pesquisar, escrever*, identifiquei como pontos metodológicos adotei para pensar a minha pesquisa: assumir uma postura política e teórica de (des)construção de conceitos; contestar os rótulos; questionar o aprisionamento e a fixidez das normas de gênero e sexualidade e desenvolver uma linguagem que não exclui e tão pouco engessa o pensamento, capaz de provocar indagações sobre as verdades absolutas e universalistas.

Diante do explícito, o pós-estruturalismo nos convida a pensar e operar com o local e o particular, ou seja, pensar no provisório e contraditório, no indeterminado e complexo, capaz de problematizar o naturalizado e o aceito socialmente.

Como pesquisadora iniciante, percorri um trajeto completamente ignorado e ocupei o lugar de viajante e para tanto, busquei informações, teorias e me apropriei de um conhecimento ignorado até então. Esse é um passeio que carece de muitas(os) viajoras(es): teóricas(os), filósofas(os), sociólogas(os), psicólogas(os) e professoras(es) que defendem as relações de poder menos assimétrica e o direito à liberdade na vivência de suas sexualidades e de suas subjetividades, o que é uma garantia constitucional brasileira, presente no Artigo 5<sup>o</sup> da Constituição de 1988. Para Maria Berenice Dias, advogada e ex-magistrada, a liberdade é também um direito fundamental do ser humano, apontando que:

A sexualidade é um elemento da própria natureza humana, seja

---

<sup>20</sup> Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

individualmente, seja genericamente considerada. Sem liberdade sexual, sem direito ao livre exercício da sexualidade, sem opção sexual livre, o próprio gênero humano não se realiza, falta-lhe a liberdade, que é um direito fundamental. (DIAS, 2000, p. 2).

Compreendemos no posicionamento da autora de que o ser humano privado de liberdade para vivenciar sua sexualidade seria compará-lo a um animal que vive em cativeiro, sem vontade própria e sem realização.

Por outro lado, há alguns sinais de mudanças para as mulheres que conseguiram romper, aos poucos, os diversos estigmas criados por uma sociedade machista que as considera como seres secundários e submissos. Temos lidado com conquistas como a participação das mulheres nos cenários políticos, os novos arranjos de famílias, casais de lésbicas, o empoderamento das/os negras/os entre outros.

Esse processo de transformação social envolveu o campo profissional, intelectual, familiar e subjetivo das lésbicas, sujeitas<sup>21</sup> que escolhemos para a participação neste trabalho. Nesse sentido, a busca pela satisfação e prazer sexual também é uma conquista e, nessa perspectiva, as mulheres empoderadas têm assumido suas sexualidades, desejos e orientações sexuais. Contudo, esse processo emancipatório é perpassado por conflitos socioculturais, familiares e religiosos que atravessam as suas experiências.

Na perspectiva pós-moderna, as sujeitas não têm uma identidade fixa, estão em contínua (re)construção subjetiva a partir das suas experiências de vida, evidenciando as identificações e suas diferenças sociais, pois o processo de identificação é continuamente deslocado, já que as identidades não são unificadas e centradas.

Neste contexto, as sujeitas assumem identificações conforme suas singularidades e reivindicações e não apenas uma identidade forjada, contudo, ainda há muitos limites a serem superados e desafios a serem vencidos. Podemos falar, por exemplo, em feminismos e não em um único movimento feminista. Feminismos que buscam o reconhecimento das múltiplas mulheres que são atravessadas por muitas categorias como classe, etnia, raça, sexualidade, religiosidade, geração entre outros.

Assim, contrariando os discursos sobre gênero que universalizaram as mulheres e, dessa forma, apagaram ou invisibilizaram outros marcadores que as atravessam, Butler (2003) afirma que as questões políticas e de linguagem invocaram uma formação discursiva numa concepção dominante prevalecendo à integridade ontológica como representação do sujeito “mulher”, destacando ainda que:

---

<sup>21</sup> A ideia de nomear as participantes como ‘sujeitas’ é na perspectiva de garantir a flexão no feminino.

A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe. (BUTLER, 2003, p. 20).

Dito isso, podemos admitir que a trama social consiste na manutenção de uma ordem patriarcal e capitalista, considerando a implicação de diversos sistemas de dominação por meio do racismo, sexismo, xenofobia, misoginia e a lesbohomobitansfobia<sup>22</sup> que difundem e mantêm o medo nas vítimas e o ódio nos agressores.

Karin Ellen Von Smigay (2002) adverte que os modelos de violências foram construídos socialmente na história na relação homem/mulher e estimulados para que a heteronormatividade pudesse se expressar contra as diferenças num “*continuum* crescente, que vai de gestos de desrespeito a espancamento e homicídio” (p. 36). Assim:

Era a ideia de um modelo de violência típica e evolutiva, onde os agentes têm papéis típicos e estereotipados de acordo com o pertencimento de sexo. Desde então se postulou que tal violência estaria incrustada na cultura. Como consequência, homens seriam violentos nessa cultura, marcada pela lógica patriarcal e androcêntrica: mulheres seriam vitimadas por essa mesma lógica. (SMIGAY, 2002, p. 36).

Smigay nos faz refletir uma constatação da sua fala nos jornais diários do crescente número da violência física e psicológica contra a mulher chegando ao feminicídio. Uma verdadeira barbárie contra a mulher.

Deste modo, acerca dessa trama de violências normatizadas, recordamos as assertivas palavras da Daniella Tebar Avena, de que “as mulheres heterossexuais dispõem de delegacias das mulheres e da proteção da hétero-normalidade para se amparar. Já no caso das lésbicas, a situação se complica ainda mais” (AVENA, 2010, p. 99).

Não obstante a lésbica seja uma categoria vilipendiada de mulher, essas sujeitas são cotidianamente humilhadas, menosprezadas e ofendidas, por meio de palavras, gestos ou ações advindas de diferentes grupos e instituições sociais, incluindo a igreja e própria família.

Baseando-me em Adrienne Rich (2010), nós, mulheres, podemos construir um *continuum* lésbico que se contraponha a heterossexualidade compulsória, quebrando a hegemonia das relações de domínio do homem sob a mulher. As relações afetivas e cuidados

---

<sup>22</sup> Aversão (fobia) a pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.



entre as mulheres, sem que haja necessariamente o desejo sexual, fortalecem as relações de amizades e, muitas vezes, são vistas e apontadas como prática lésbica.

Refletindo sobre o *continuum* lésbico, Navarro-Swain ressalta que se trata de uma prática nas relações de amizade feminina, assim como nas relações eróticas que as mulheres busquem tornar-se livres da dependência masculina, já que essa implica num controle constante.

Para a autora:

O *continuum* nos apresenta uma longa tradição de união, o que é totalmente contrário aos paradigmas sobre as mulheres, que seriam rivais e, logo, concorrentes ferozes. O *continuum* nos fala de amizade e de relações passionais, afetivas e/ ou eróticas; o *continuum* acende o medo patriarcal, uma vez que desvenda os segredos ocultos pelos saberes oficiais e mostra seres não submissos à dependência masculina. (NAVARRO-SWAIN, 2010, p. 54, grifo da autora).

Diante dessas inquietações, optei por trabalhar com a perspectiva pós-estruturalista, entendendo que, tomando-a como inspiração, pudesse pensar sobre a minha construção enquanto pesquisadora e todas as outras identidades que me produzem, especialmente, a de ser mulher heterossexual.

Nas relações sociais as(os) sujeitas(os) são afetadas(os) e atravessadas(os) por identidades, costumes e crenças que produzem suas subjetividades que estão em processo contínuo de construção. A pesquisa fez (re)pensar meus conceitos como mulher e, empaticamente, compreendi quão difíceis as vivências lésbicas em se fazendo pesquisa.

## 2.1 A escolha pelas perspectivas pós-crítica e pós-estruturalista

Trabalhar com abordagem pós-estruturalista é, conforme Louro (1997), um movimento de se expor, se questionar, rever muito de nossos olhares fixos e generalizantes e operar com o singular, o provisório, o contraditório, o instável e o incerto. Portanto, este é um exercício sistemático de problematizações e discussões que antes não percebíamos ou reconhecíamos como relevante.

Com o intuito de conhecer as histórias de um grupo de lésbicas, percorri espaços periféricos e marginalizados. Recorri à Dagmar E. Estermann Meyer e Rosângela de Fátima Soares para demonstrar minha posição investigativa de interesse de que:

[...] no âmbito acadêmico, pensamos, falamos e escrevemos a partir de determinados 'lugares'; indica, também, que estes lugares são móveis e instáveis, uma vez que se delineiam pela tessitura entre referenciais teóricos e

interesses políticos, exigências acadêmicas e emoções. (MEYER; SOARES, 2005, p. 30).

Portanto, nesse processo investigativo, intenciono compreender e apreender com as lésbicas os seus interesses e dificuldades, os pontos de encontros e desencontros entre as pesquisandas a partir de uma perspectiva que entende o campo investigativo como algo não finalizado e, assim, inacabado.

Fazer ciência é ocupar um espaço de inquietação e questionamento na busca pela construção do conhecimento, processo que nos convida a mergulhar nas leituras, (re)leituras, ir a *campo*, buscar um trajeto, traçar passo a passo os procedimentos metodológicos, mas também se permitir errar o caminho, buscar outros percursos, deixar ser seduzido pelo campo e pelas questões que nos perturbam. É caminhar por lugares até então desconhecidos. Procurei então dar o primeiro passo na pesquisa e embarcar nesta viagem. Como dito por Dagmar Meyer e Marlucy Alves Paraíso:

Para começar, é preciso dar o primeiro passo, um passo de cada vez, gradualmente, apertando e afrouxando o passo, imprimindo um ritmo ao movimento, até que o processo de fazer pesquisa seja incorporado e possamos reproduzi-lo, passo a passo. (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 196).

Assim, deixei-me levar nessa viagem buscando compreender os (des)/(re)arranjos das histórias vivenciadas por um grupo de lésbicas. Neste passeio, fui uma viajante com destino ignorado, pois minhas vivências estavam muito longe do que me propunha conhecer, mas que me inquietavam. Com o intuito de conhecer as histórias de um grupo de lésbicas, percorri espaços periféricos e marginalizados, recorrendo a Dagmar E. Estermann Meyer e Rosângela de Fátima Soares para construir minha posição investigativa na busca de conhecer mundos e realidades que me aproximam e me distanciam das lésbicas como autoras da própria história.

Meyer e Soares afirmam que:

Nossas interrogações e as pesquisas que elas instituem nos desafiam, do mesmo modo, a embarcar em viagens que podem nos colocar em contato com mundos e realidades que podem ser, ao mesmo tempo, diferentes e próximas das nossas e, outras vezes, borrar, completamente, aquilo que aprendemos, até então, a conhecer, pensar, dizer e viver. (MEYER; SOARES, 2005, p. 31).

Na perspectiva do pós-estruturalismo, as nossas questões de pesquisa nos encaminham para lugares particulares. Sendo assim, caminhei por lugares desconhecidos, rumo a um cenário social até então invisibilizado para meus interesses pessoais, provavelmente, imaginara, mas onde nunca pensara estar. Não apenas por meio do conhecimento teórico, mas, muito mais longe do que eu pudesse conceber.

No meu universo de pesquisa conheci oito mulheres que compartilharam de algumas situações comuns, mas que também vivenciam outras de maneira particular. Pude ouvi-las e em cada narrativa percebia seus desconfortos e seus medos, mas também a felicidade quando falavam das conquistas alcançadas e dos sonhos ainda não realizados. Tive a oportunidade de adentrar às suas intimidades, do deleite do prazer às formas de carinho que a afetividade pode construir nas relações entre duas mulheres e escutar suas histórias de construção de uma identidade também estranhada pela maioria das lésbicas.

Nesta viagem, não só construí um círculo de amizade, mas pude perceber que há muito que se aprender e a se (des)construir no universo discursivo. Porém, para as instituições conservadoras, os discursos são as fontes de saber e poder que buscam controlar desejos e prazer desconsiderando as subjetividades, seus modos de viver os processos de diferenciação. Entretanto, compreender a complexidade do SER Lésbica vai para além das construções frias que normatizam e regulam corpos como se não houvesse uma fonte de vida que pulsa e reclama ser vivida.

Vale ressaltar que, com o propósito de garantir os princípios éticos das pesquisas com seres humanos, submeti o projeto desta pesquisa para a apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sendo aprovado sem restrições de acordo o Parecer Consubstanciado nº. 2.978.089.

## **2.2 A trajetória investigativa construída por meio do grupo focal**

A proposta deste estudo é investigar as identidades étnico-raciais e as vivências da sexualidade de um grupo de lésbicas na cidade de Jequié – BA. Uma das primeiras dúvidas foi qual ferramenta metodológica utilizar no trabalho, pois a princípio havia pensado nas entrevistas narrativas, todavia, o intuito do trabalho era entender as relações que elas estabeleciam entre si e, portanto, pensei na possibilidade de realizar o grupo focal.

Enquanto psicóloga, eu tinha algumas vivências prévias com grupos focais por meio de trabalhos em grupo realizados com mães gestantes da Fundação Frei Luiz Creche Santo Antônio e no Posto de Saúde do Programa de Saúde da Família (PSF) no bairro do Cansanção com o grupo de pessoas da terceira idade, ambos em Jequié.

Essas experiências me fizeram observar o efeito democrático nas(os) participantes a cada encontro por oportunizar a fala de todas(os) nas discussões e o resultado individual

positivo de cada membro. Entretanto, sabia que o grupo focal utilizado como instrumento de investigação diferia daquele usado nos grupos em que eu participava.

Conforme Adriane Roso (1997), o grupo focal surgiu na década de 1950, quando Robert Merton foi convidado por Paul Lazarsfeld para ajudá-lo a avaliar respostas da audiência de um programa de rádio. Merton observou que era difícil para as pessoas expressarem sua opinião sobre filmes e programas em entrevistas individuais. Posteriormente, Merton utilizou a técnica de Grupos Focais (originalmente chamada de entrevista focalizada em grupo) no Exército, com o intuito de avaliar o treinamento e filmes morais. Esse trabalho resultou na publicação de um livro sobre a técnica – *Focus Group* – que acabou tendo seus procedimentos modificados pela incorporação de *backgrounds* (origens) teóricos sobre grupos.

Diante do potencial deste instrumento para produzir elementos e conhecimentos por meio de tópicos específicos, apropriei-me das definições de grupo focal a partir de Solange Abrocesi Lervolino e Maria Cecilia Focesi Pelicioni, para as quais esta ferramenta “consiste na interação entre participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos (por isso é chamado grupo focal)” (LERVOLINO; PELICIONI, 2001, p. 116).

Rosaline Barbour descreve o grupo focal como “um intrigante termo híbrido” e sendo “um exercício que visa entrevistar um grupo, que é visto como detendo uma visão consensual” (BARBOUR, 2009, p. 21), com participação interativa das(os) participantes. Em minha pesquisa, não arrisco a dizer que as lésbicas apresentam uma visão consensual, há uma variedade de identidades e pensamentos, pois o dissenso também está presente entre elas, até porque não é um grupo homogêneo, embora todas se reconheçam enquanto lésbicas.

Dessa maneira, apostei na potencialidade do grupo focal como espaço de troca de experiências das participantes por meio da identificação entre si e também das diferenças de suas vivências. Investi no grupo focal como espaço de captura dos relatos empíricos vivenciados pelas sujeitas participantes e discursos de saber e poder que lhes são atravessadas.

Diante dessa primeira escolha, o próximo passo foi me aproximar das lésbicas já que tinha pouca familiaridade com elas, o que inclusive fez-me (re)pensar porque em meu vínculo mais próximo tenho pouco contato com as lésbicas.

### **2.3 Os encontros, desencontros e reencontros com as lésbicas**

Para entrar em contato com as lésbicas, busquei vários caminhos. Um deles foi a parceria da ONG LGBTSOL, entidade que foi criada em 15 de dezembro de 2009, tendo como objetivo

a luta pelos direitos dessa comunidade, sensibilizando a população acadêmica jequeense para a necessidade de respeito à diversidade seja de gênero ou/e sexual, buscando reduzir os casos de agressões às pessoas LGBT, por meio de palestras em instituições universitárias, entrevistas nas rádios locais nas datas alusivas nas questões ligadas à conscientização social do respeito a comunidade LGBT. O órgão é composto por uma Comissão Diretiva de Presidente, Vice-presidente, Coordenação administrativa e Secretaria. Suas atividades são de cunho informativo por meio de cursos e seminários com temáticas relevantes a essa comunidade. Assim, a ONG LGBTSOL me indicou algumas pessoas.

O meu orientador também me indicou algumas lésbicas e, especialmente, uma aluna que teria sido sua orientanda na universidade e por meio desta, conheci mais duas ativistas que nos passaram alguns contatos telefônicos. Assim, estabeleci contato com algumas lésbicas para apresentar a proposta da pesquisa e tornar possível uma aproximação com as sujeitas deste estudo por meio de contato virtual, tendo como propósito, estabelecer um grau de confiabilidade e empatia com as convidadas.

Adentrando mais as redes sociais e com esses primeiros contatos, encontrei muitas sujeitas que perceberam a importância desse estudo, principalmente por terem a oportunidade de debaterem temas que as aproximam e as diferenciam. Na ótica das relações sociais, segundo Sônia Cristina Vermelho, Ana Paula Machado Velho e Valdecir Bertoncetto (2015), as redes sociais se materializam na sociedade atual como um sistema potente de comunicação social, unindo as relações reais num espaço virtual também conhecido como mecanismo de jogar e de mostrar-se versus esconder-se.

Ao tempo que ia dialogando com algumas lésbicas, elas foram me informando outras que, talvez, poderiam participar da investigação. Nesta busca, utilizei uma técnica por meio de uma ‘rede de contatos’ a fim de agregar mulheres para participarem do trabalho. Para Uwe Flick (2009), a cadeia de informantes é uma técnica em que uma pessoa indica uma outra de seus ‘contatos’ e assim sucessivamente, nos dando a possibilidade de criar uma rede social de pessoas com interesses comuns e é de fundamental importância encontrar pessoas que se identifiquem com a investigação e estejam envolvidas com as questões em estudo.

É importante mencionar que procurei no *Facebook* e *Instagram* pessoas com o perfil indicado que pudessem participar. Entretanto, consegui seguidoras no *Instagram*, mas para não expor suas identidades, preferiram dizer não à pesquisa. Esse foi um dos momentos de dificuldades da pesquisa que me deparei. Algumas alegavam que o silenciamento era uma forma de se resguardarem profissionalmente.

A cada aceite inicial das sujeitas, marquei um encontro com cada uma delas em que falei sobre a pesquisa e solicitei que preenchessem um formulário cadastral com especificações pessoais e que escolhessem um pseudônimo<sup>23</sup> para identificação na pesquisa. Como provocação, solicitei um segundo formulário em que fossem respondidas duas questões: autodescrição de ser lésbica e a sua identificação na questão de gênero.

A escolha das participantes foi feita considerando alguns critérios: mulher que se autoatribuíssem<sup>24</sup> lésbicas, idade mínima de 18 anos e interesse em participar da pesquisa. Ao todo, fiz contato com 14 pessoas, porém, duas se identificaram como ‘homens trans’<sup>25</sup>, uma ‘pansexual’<sup>26</sup> e outra ‘bissexual’<sup>27</sup>.

Ao final dos convites, tínhamos formado um grupo de 10 lésbicas com o perfil desejado. Das dez, duas lésbicas nunca compareceram ao grupo focal, embora confirmassem presença a cada encontro. Interpeladas sobre os motivos de não participarem das discussões, ambas não justificaram suas ausências. Assim, finalizamos a pesquisa com a participação de oito lésbicas no grupo focal. No Quadro 2, apresentarei o perfil geral das participantes para maior percepção da composição do grupo focal. As identificações foram apresentadas conforme nomeações das partícipes e não de acordo com as nossas compreensões.

Quadro 2 – Perfil geral das participantes do grupo focal

Nome ou Pseudônimo	Idade	Etnia	Religião	Escolaridade	Ocupação Profissional
Maslouva	25 anos	Mestiça	Católica	Graduanda em Direito	Vendedora
Marcela	23 anos	Mestiça	Evangélica Protestante	Graduanda em Psicologia	Vendedora
Tina	30 anos	Branca	Católica	Superior Completo	Enfermeira
Sandra	25 anos	Preta	Agnóstica	Ensino Médio Completo	Faz tudo na empresa de <i>Fast Food</i>
Daniela	21 anos	Preta	Católica	Ensino Médio Completo	Professora de Capoeira
Souza	27 anos	Branca	Nenhuma	Ensino Médio Completo	Trabalha em serviços temporários
Rafa	26 anos	Parda	Espírita	Graduanda em Ed. Física	Designer
Sakura	26 anos	Preta	Nenhuma	Graduanda em Letras	Professora de Espanhol

Fonte: Elaborado pela autora

<sup>23</sup> Pseudônimo é um nome fictício usado por um indivíduo como alternativa ao seu nome de registro.

<sup>24</sup> Atribuir a si próprio um nome ou título; autodenominar-se.

<sup>25</sup> Homem transexual, homem ‘trans’ ou ainda transexual é a pessoa ‘trans’ que foi designada como mulher ao nascer, mas que se identifica e se reconhece como homem.

<sup>26</sup> Os pansexuais não limitam o seu desejo apenas ao gênero masculino ou feminino, mas são interessados em todos os diferentes tipos de sexualidades.

<sup>27</sup> Os bissexuais são pessoas que sentem atração por homens e mulheres.

Das oito participantes da pesquisa, seis nasceram em Jequié, uma em Ubatã e uma em Itagi, cidades do interior baiano. Todas possuem residência em Jequié. Quanto às questões étnicas e raciais, duas se declaram brancas, três pretas, duas mestiças e uma parda. Suas idades compreendem entre 21 a 30 anos.

Quanto à escolaridade, uma possui o ensino superior, quatro são estudantes universitárias e três concluíram o Ensino Médio. Todas trabalhavam na época da pesquisa. No quesito religião, três se declararam Católicas, uma Espírita, uma Evangélica Protestante, uma acredita em Deus e duas admitem não seguirem nenhuma religião.

Este é um grupo de lésbicas que pertence à geração de mulheres conectadas às redes sociais, participando de discussões, por meio do *Facebook*<sup>28</sup>, relacionadas à diversidade sexual, acerca do pertencimento, de ordem política, cidadania e o empoderamento da mulher.

Logo após o primeiro encontro, solicitei autorização das participantes para me manter próxima do grupo para eventuais esclarecimentos de assuntos que até então eram distantes da minha realidade por meio da criação de um grupo no *WhatsApp*<sup>29</sup>. Com o consentimento de todas, criei o grupo de socialização intitulado '*Eu, Ladies e Bofes*', com o intuito de estabelecermos uma comunicação profícua. O nome do grupo faz alusão às autoatribuições performáticas por elas assumidas no primeiro encontro do grupo focal sendo '*Ladies*' para as femininas e '*Bofes*' para as masculinas<sup>30</sup>. O '*Eu*' me representa como a pesquisadora. Esse grupo era um canal para mantermos contato por meio de mensagens com assuntos de interesses em comum das lésbicas e para que eu pudesse compreender a linguagem própria delas.

Suas primeiras experiências de relacionamento lésbico aconteceram entre 14 a 22 anos, sendo que três tiveram relações sexuais com homens antes de suas experiências com mulheres. Existem no grupo dois casais: Maslouva e Marcela; Sandra e Daniela. As demais se declararam estar solteiras no momento da pesquisa.

É importante ressaltar que cinco lésbicas solicitaram a quebra do sigilo optando pela publicação dos seus nomes por acreditarem que essa pesquisa é de suma importância para academia e, sobretudo, como forma de romper o silenciamento e tornar público as questões por elas vivenciadas e, por último, romper com o paradigma da invisibilidade lésbica como forma de resistência à heteronormatividade.

---

<sup>28</sup> *Facebook* é uma rede social lançada em 2004. Foi fundada por estudantes da Universidade de Harvard. Este termo é composto por *face* (que significa cara em português) e *book* (que significa livro), o que indica que a tradução literal de *facebook* pode ser "livro de caras".

<sup>29</sup> O *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens instantâneas de textos, vídeos, imagens, documentos em vários formatos e também de chamadas de voz e de vídeos para smartphones.

<sup>30</sup> No capítulo 2 será feita uma discussão mais aprofundada sobre essa categorização de Ladies e Bofes.

Esclarecemos que tais posicionamentos foram de livre e espontânea vontade. Ademais, a posição das três participantes em manterem-se no anonimato é justificada, segundo elas, por não terem se assumido para suas famílias. Independentemente de serem assumidas ou não, a proposta era que todas tivessem um pseudônimo.

Por ordem de aceite ao convite de participarem do grupo, apresentarei as lésbicas que se identificaram por autoatribuição com a proposta da pesquisa aceitando participar das discussões do grupo focal.

### **Maslouva**

Maslouva se reconhece como uma lésbica lady. Afirma ser uma mulher jovem, independente, que quer muito ser mãe e se reconhece como empoderada. Sua identificação com mulheres não é só como pessoa. Teve uma educação rígida da mãe e do pai. Vivenciou todos os sacramentos da Igreja Católica. Segundo ela, foi um escândalo quando se assumiu lésbica. Sua família não aceita sua orientação sexual porque é um insulto à igreja. Buscou sua independência financeira depois do relacionamento com a Marcela.

### **Marcela**

Marcela se identifica como uma lésbica bofe. Conta que é uma mulher forte, confiante, independente, nas questões de gênero se considera narcisista e se vê bonita. Gosta das suas roupas. Vive como uma mulher e que foge ao padrão da família tradicional, embora queira ter o reconhecimento da sua relação homoafetiva como tal. Foi educada pela mãe e pela avó, as quais aceitaram sua orientação sexual. Seu pai esteve sempre ausente.

### **Tina**

Gercina prefere ser reconhecida por Tina. Uma lady ou uma bofe? “Meio termo”, como ela mesma afirma. Autoconfiante, assegura que se sente confortável com o corpo que se encontra. Por descobrir sua identidade lésbica muito cedo, nunca teve relacionamento com homens.

Diz-se satisfeita com sua orientação sexual, pois pode ser quem realmente é. Foi criada pela mãe, avó e tias. Teve e tem total apoio e aceitação da família desde o dia em que se assumiu lésbica. Seu pai morreu após seu nascimento. Não se identifica *apenas* numa categoria de



feminilidade ou masculinidade. Tina não ocupa uma identificação fixa e isso é também uma forma de questionar o enquadramento das lesbianidades.

### **Sandra**

Sandra é uma lésbica lady. Assegura que é uma ‘faz tudo’ numa empresa de *fast-food*<sup>31</sup>. Garante que é uma mulher guerreira. Diz-se bem resolvida com sua família e seus amigos. Entende-se como feliz e que o resto da porta pra fora não lhe importa. Assume-se como uma “verdadeira sapatão” e muito feminina.

Ama-se lésbica e se aceita do jeito que é. Foi criada pela avó e teve grande influência da sua mãe. Tem total apoio da mãe que nutre um sentimento de proteção na relação homoafetiva com Daniela. Seu pai também morreu após seu nascimento.

### **Daniela**

Daniela é uma lésbica bofe. Afirma ser uma guerreira por natureza e não desiste fácil diante de um ‘não’. Assume ser lésbica, mas diz saber que o que ela faz não é certo e que, às vezes ela pensa que se amar é pecado, será que Deus vai lhe abominar por amar uma pessoa do mesmo sexo que o dela?

Confessa que é duro ser mulher, pobre, negra e lésbica. Quando falou pra mãe da sua orientação sexual, não houve estresse, ela aceitou, mas disse que seu pai não poderia saber, pois ele a expulsaria de casa e ela não teria pra onde ir.

Depois de um tempo, a aceitação veio em uma conversa, visto que suas roupas e seus comportamentos a denunciavam como uma mulher masculinizada e que poderia ser lésbica.

### **Souza**

Souza é uma lésbica lady. Está cursando o pré-vestibular com o objetivo de fazer uma faculdade e conquistar sua independência. Admite ser uma mulher bonita, determinada, empoderada e feminista que luta por seus ideais e que nunca sentiu vontade de ficar com homens, porém, já tentou e não conseguiu.

---

<sup>31</sup> *Fast-food* significa “comida rápida” em inglês. *Fast-food* ou comida pronta é o nome dado ao consumo de refeições que podem ser preparadas e servidas em um intervalo pequeno de tempo. Alguns exemplos de comidas de *fast-food* são sanduíches, pizzas, batatas fritas, pastéis etc.

Confessa ter medo dos preconceitos da sociedade e principalmente da família que não aceitaria. Sente-se constrangida quando o assunto em casa é “formar uma família”. Foi educada pela mãe e pelo pai.

### **Rafa**

Rafa é uma Lady. Considera-se uma mulher feminina e não muito vaidosa, mas sensível e delicada. A primeira sensação que denunciou sua orientação sexual foi pelo olhar de outra mulher que se sentiu atraída. A beleza, a boca são elementos que lhe chamam atenção numa outra mulher.

Na relação lésbica, ela confessa que o abraço lhe causa arrepios e desejos, diferente do que sentiu com um homem. De família tradicional, sofria com os comentários pejorativos contra as lésbicas, principalmente no horário da novela<sup>32</sup> que exibia a relação de um casal lésbico.

### **Sakura**

Sakura é uma lésbica lady. Ela se autoafirma como mulher negra e lésbica. Confessa que a primeira relação sexual foi aos vinte e um anos com uma garota com quem se relacionou por cinco anos e tiveram alguns percalços pela companheira ser evangélica e não aceitar ser lésbica.

Criada por uma mãe protestante, sua educação foi marcada por preconceitos e discriminações. É desconfortável sua relação com a família, pois suspeitam que seja lésbica, mas não têm confirmação até então e tampouco aceitariam. Sua mãe parece ser lesbofóbica e preconceituosa. Não falou sobre o pai.

De maneira geral, percebemos que as histórias das participantes se confundem com as experiências de muitas lésbicas. Jovens e segregadas, aprenderam a conviver na invisibilidade e no silenciamento para sobreviverem aos discursos das normas, as quais fizeram parte das suas primeiras experiências com a família, escola e religião.

## **2.4 Descrição do planejamento e desenvolvimento do grupo focal**

Para planejar e montar o grupo focal, tomei como base Lervolino e Pelicioni (2001). O

---

<sup>32</sup> Segundo Sol, novela exibida pela Rede Globo em horário nobre que trouxe na trama um casal de lésbicas que causou uma grande repercussão e discussão.

planejamento e a montagem do grupo focal foi uma das partes mais trabalhosa do estudo. É claro que, como qualquer outra pesquisa, as possibilidades a serem consideradas dependeram de dois fatores básicos, não só o aceite das pesquisandas como o tempo e os recursos financeiros.

De qualquer maneira, há demandas que precisam ser respondidas relacionadas ao convite das participantes; à escolha de um moderador; à organização de recursos técnicos para a gravação dos encontros e à preparação do ambiente para acolhimento do grupo e às possíveis despesas.

Neste trabalho, assumo a posição partícipe no grupo focal, ocupando o espaço como mediadora a fim de garantir por meio de uma intervenção que o grupo aborde os tópicos de interesses do estudo, eventualmente, intervindo na condução do grupo.

Para a realização dos encontros escolhemos o espaço do Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié-BA, por ser um espaço que acolhe e discute sobre as temáticas propostas nesta pesquisa como etnia, gênero e diversidade sexual. Ressalto que o Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade tem como polo de curso o ODEERE.

No ODEERE, os recursos audiovisuais já estavam instalados na sala indicada para facilitar a dinâmica dos trabalhos de estudo. O espaço onde o grupo se encontrava foi de fácil acessibilidade, silencioso (fator importante para a obtenção das gravações de qualidade), não movimentado e composto com cadeiras dispostas em torno de uma mesa. Os recursos técnicos (audiovisual) eram testados a cada encontro.

A preparação do acolhimento às participantes do grupo foi de suma importância para que se estabelecesse um ambiente de confiança e tranquilidade. Também foram oferecidos a cada encontro: água, suco, café, bolo e biscoitinhos. Tudo isso para que as participantes pudessem sentir-se à vontade, criando uma ambientação que favorecesse o diálogo e descontração grupal.

A condução do grupo focal se deu com base em um roteiro de tópicos relacionados primeiramente com as questões de investigação. Os temas foram abordados por meio de vídeos que, após a exibição, eram problematizados, discutidos e refletidos com base nas vivências e experiências das participantes. Diante da experiência como mediadora do grupo focal de lésbicas e dos aspectos metodológicos elencados, ao planejar os encontros e o cronograma das questões que foram discutidas pelas participantes, tivemos o cuidado de abordar assuntos relacionados ao universo de interesse lésbico.

No primeiro encontro foi abordado o tema identidade lésbica, no segundo encontro identidade étnica (Origem e Família) e no terceiro momento abordamos o tema da lesbofobia. Os encontros foram gravados digitalmente e transcritas na íntegra. Os encontros foram combinados obedecendo a um horário e dia pré-estabelecidos e que, a princípio, tive dificuldades de ajustar para que as convidadas pudessem estar presentes, pois nem sempre havia compatibilidade de dia e horário. Houve três encontros e cada um deles durou cerca de duas horas. Dividimos cada encontro em dois blocos com um intervalo para um lanche.

O primeiro encontro ocorreu no dia 06 de outubro de 2018 às 14 horas. Neste primeiro momento convidamos o professor Marcos Lopes de Souza, por ser o orientador desta pesquisa e, assim, apresentar comigo a proposta de investigação, a importância da pesquisa, objetivos e os temas de discussão do presente estudo, esclarecendo as dúvidas que foram surgindo. Antes, porém, foram feitas as apresentações entre as participantes, porque embora todas tivessem residência em Jequié, havia aquelas que se mantinham na invisibilidade.

Após a apresentação da pesquisa, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e todas as participantes que estavam no primeiro encontro e, posteriormente, as demais também assinaram, o TCLE aceitando a participação efetiva no grupo focal como pesquisandas. Após as considerações iniciais, começamos os trabalhos propriamente ditos para as discussões.

O primeiro encontro do grupo focal aconteceu num clima de descontração que contagiou todas participantes. Tínhamos acordado que faríamos exibição de dois vídeos antes de passarmos para as perguntas. O primeiro vídeo exibido tinha como título: '*Como é ser Lésbica*<sup>33</sup>?'. Traziam mulheres que abordavam questões de identidade lésbica e posicionamentos numa sociedade contemporânea.

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j3Wi9VQi1I>

Figura 2 – Depoimentos de mulheres lésbicas



**COMO É SER LÉSBICA? | #VisibilidadeLésbica | Louie Ponto**

Fonte: Louie Ponto, canal Youtube, 2018.

Já o segundo vídeo, intitulado ‘*Eu Resisto*<sup>34</sup>’, tratava de um documentário sobre as vivências de mulheres lésbicas, muito próximos das histórias de vida das pesquisadas, o qual possibilitou abordar nas discussões os desafios e atravessamentos vivenciados pelas sujeitas da pesquisa.

Figura 3 – Documentário *Eu resisto*



**EU RESISTO | Um documentário sobre vivências de mulheres lésbicas**

Fonte: Canal Clarissa, YouTube, 2018.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=avrYjZsqAkE>

As discussões giraram em torno do tema principal: Identidade Lésbica. Para tanto, as perguntas tinham a finalidade de fomentar o debate das autoatribuições e vivências do contexto lésbico por meio das narrativas das participantes. Nos três encontros segui uma linha de raciocínio lógico para que cada questão pudesse evoluir nas discussões dando origem a próxima pergunta nos intervalos entre um vídeo e outro.

As questões que serviram sequencialmente para o debate grupal deste primeiro encontro foram: O que significa ser mulher lésbica para vocês? Como é para vocês assumir-se como lésbica? Existem semelhanças e diferenças entre as lésbicas? Quais? Como são as relações entre as lésbicas e as heterossexuais? Como se dão as relações de amizade e de vínculo afetivossexual entre as lésbicas? E por último, em se tratando de religião, como é professar o que lhes negam como lésbica?

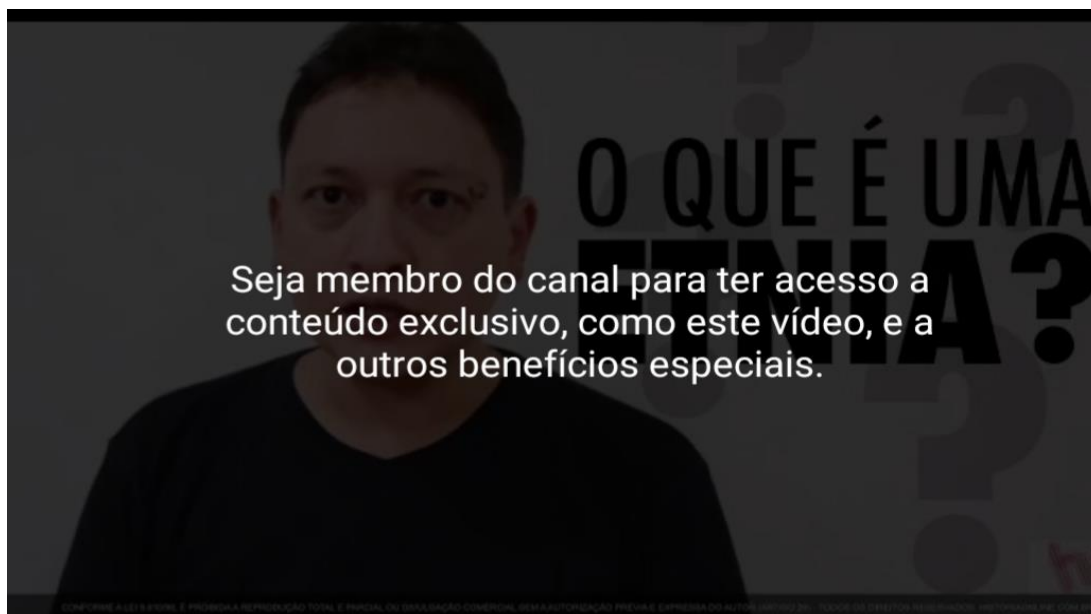
No segundo e terceiro encontros, o professor Marcos preferiu não participar para que as participantes pudessem estar mais à vontade, visto que tínhamos o interesse que as lésbicas pudessem trazer elementos mais singulares e a presença de um homem, mesmo sendo gay, poderia inibi-las. Ao perceberem-se num espaço somente com mulheres, as discussões tornaram-se mais profícuas levando em consideração as particularidades de pertencimento e fronteiras estabelecidas pela comunidade.

No segundo encontro foi discutido como tema principal, Identidade Étnica (Origem e Família), ocorreu no dia 27 de outubro de 2018 às 14 horas. Como aconteceu no encontro anterior, iniciei com a exibição de um vídeo de uma aula de história, '*O que é Etnia*<sup>35</sup>?', trazendo a temática para a discussão desde a origem de suas famílias ao constructo cultural de nascimento aos quais identificaram como pertencimento.

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iwLFOcKHwzQ>

Figura 4 – Tema Identidade Étnica



## PAPO RETO: ETNIA

Fonte: História online, canal YouTube, 2016.

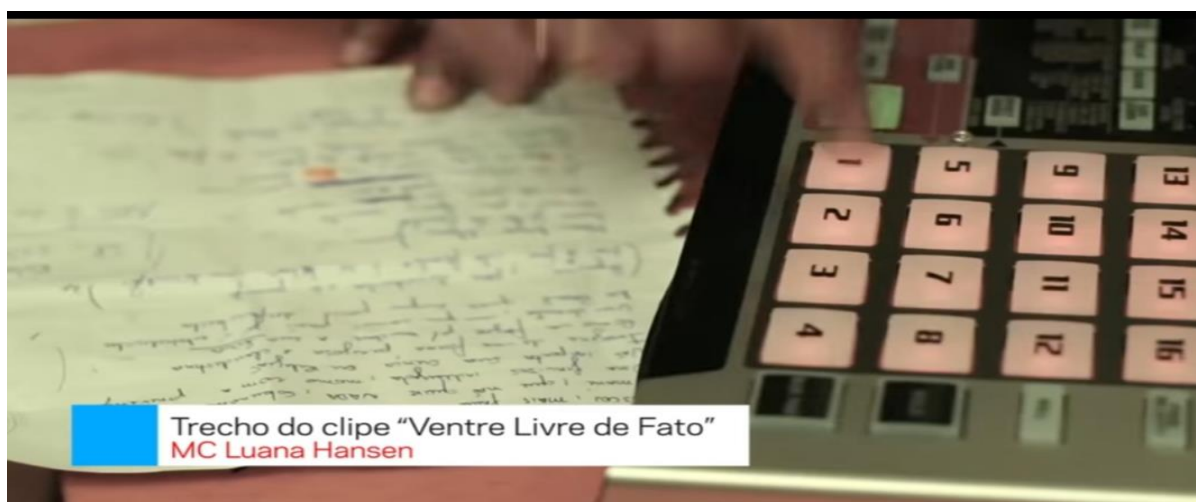
O segundo vídeo trouxe um trecho do clipe *'Ventre Livre de Fato'*<sup>36</sup> de Luana Hansen, MC negra, lésbica e feminista. Neste, a compositora e cantora de *rap*<sup>37</sup> fala das dificuldades enfrentadas para conquistar seu espaço num cenário estritamente masculino e heterossexual.

Após cada exibição, apresentei as questões que suscitaram as discussões sobre os elementos étnicos (origem, língua, regionalidade, religião, classe social, cor/raça etc) nas narrativas das participantes do grupo.

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4tJMcYhu1Ho>

<sup>37</sup> O *rap* surgiu nos Estados Unidos na metade do século XX, trata-se de um estilo que costuma ser associado à população de raça negra apesar de, hoje em dia, transcende fronteiras e culturas. O *rap* é um estilo de música que se caracteriza por um recitado rítmico das letras, que não se cantam. Os intérpretes são mencionados como *rappers* ou com a sigla MC (por Master of ceremony, isto é, “Mestre de cerimônia”). Ao cantar *rap*, o MC apoia-se numa melodia de fundo que se denomina *beat*, sendo esta que marca o ritmo. O *gangsta rap*, por sua vez, é a modalidade do rap que procura contar os problemas sociais que sofrem as regiões mais humildes. A violência, o delito e as drogas, por conseguinte, aparecem com frequência nas letras. Apesar de ter surgido em zonas marginais e como uma expressão de rebeldia através de letras combativas, o *rap* foi avançando até se tornar um sucesso comercial.

Figura 5: Trecho do vídeo *Ventre Livre de Fato*



#tvCarta

**Conheça Luana Hansen: MC negra, lésbica e feminista**

Fonte: Carta Capital, canal YouTube, 2016.

Dentre as questões, citei: Quais os traços de pertencimento social (grupo) vocês se reconhecem? Como vocês se identificam em termos de origem social e cultural? O que vocês aprenderam de seus familiares (especialmente pai, mãe, tio, tia, avô, avó) em termos de sexualidade e que interfere na vivência da lesbianidade? Quais as práticas religiosas praticadas em suas famílias? Essas práticas interferem na compreensão e na vivência do ser lésbica? Os elementos étnicos (origem, língua, regionalidade, religião, classe social, cor/raça etc.) interferem nos relacionamentos afetivos e sexuais de vocês? De que maneira?

O terceiro encontro aconteceu no dia 06 de novembro de 2018 às 9 horas. Desta vez, comecei com um café da manhã e um bate-papo descontraído por tratar-se do último encontro do grupo focal e que terminaria com um almoço em uma churrascaria, com o intuito de promover um momento de confraternização no grupo lésbico pesquisado.

O assunto principal das discussões desta vez foi em torno da Lesbofobia. Devo admitir que quando apresentei o tema central às participantes, percebi um desconforto no grupo. Imediatamente pensei que naquele momento haveria muitas inquietações nas memórias das pesquisandas por trazerem lembranças de dores e humilhações. Obviamente, esse pensamento era uma suposição diante da temática apresentada.

Após servir o café, apresentei como provocação a primeira pergunta para irmos diretamente à questão da violência sofrida pelas lésbicas: Quais as atitudes discriminatórias



foram e são praticadas no grupo familiar em razão da sua orientação sexual? E, como vocês são mais discriminadas, como “Ser Mulher” ou como “Ser Lésbica”?

Em seguida, exibi um trecho do documentário: *‘LGBTs no Regime Militar: As Lésbicas Feministas’*<sup>38</sup>, um vídeo que foi produzido pela Universidade de São Paulo (USP). Neste vídeo, a professora Marise Fernandes<sup>39</sup> – Mestre em História Social – descreve historicamente como as lésbicas eram discriminadas na sociedade brasileira nos anos 1980, inclusive no movimento LGBT, nos grupos feministas e suas lutas pelas suas reivindicações.

Figura 6 – Documentário *LGBTs no Regime Militar: As Lésbicas Feministas*



**[LGBTs no Regime Militar] - As Lésbicas Feministas #JornaldaUSP**

Fonte: Canal USP, YouTube, 2019.

Ao término da exibição, apresentei outro bloco de perguntas abordando questões lesbofóbicas, com o intuito de promover, por meio de narrativas, fatos empíricos sofridos nos âmbitos escolar e profissional: Vocês enfrentaram algum tipo de discriminação pela orientação

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W1R4NVtOZ2s>

<sup>39</sup> Possui mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1997). É Pesquisadora do Coletivo de Feministas Lésbicas-CFL; Conselheira Titular do Conselho da Cidade de São Paulo. Atualmente é Aposentada. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social e Comportamento Humano. Principais publicações: *Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*, organizado por James Green e Renan Quinalha e publicado pela editora EdUFSCar, 2014.

sexual no âmbito escolar? E, quais as práticas de preconceitos que vocês já enfrentaram no âmbito profissional por serem lésbicas?

Figura 7 – Lesbofobia é diferente de Homofobia



## OQ SÓ A GENTE PASSA

Fonte: Sapatomica, canal YouTube, 2018.

Após uma breve parada para um cafezinho e um momento de descontração, retornei aos trabalhos exibindo um vídeo intitulado: *'OQ SÓ A GENTE PASSA'* com abordagem da dicotomização *'Lesbofobia é Diferente de Homofobia'*<sup>40</sup>. Trata-se de uma ativista lésbica que aborda as violências sofridas tanto por lésbicas e gays, como diferenciando as problemáticas enfrentadas por cada grupo.

Em seguida, finalizei as discussões com a última pergunta: Descreva uma situação de lesbofobia que você tenha sofrido, caso tenha ocorrido. Depois da última participante se pronunciar, encerrei os trabalhos do grupo focal agradecendo a cada uma pela participação na pesquisa.

Para minha surpresa, todas ficaram sentadas em torno da mesa entreolhando-se por algum tempo. Daniela e Sandra que romperam o silêncio pedindo para gravarem um vídeo com o depoimento da experiência vivenciada e pediram a quebra do sigilo, seguida por Tina, Maslouva e Marcela. Encerramos aquele momento com um abraço coletivo.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2crvhUV0QM>

Após as gravações do grupo focal, as falas foram transcritas de maneira fidedigna. Por meio desse material produzido foi possível a análise dos discursos das lésbicas para que eu pudesse compreender os atravessamentos e (re)arranjos vivenciados pelas pesquisadas da cidade de Jequié-BA.

## 2.5 Análise do discurso em Foucault

Dialogar na contemporaneidade sobre a historicidade da lésbica é, sobretudo, refletir no fluxo de mudanças, transformações e interseccionalidades da representação da mulher rompendo com o pensamento de sociedade heteronormativa, conseqüentemente, com a heterossexualidade compulsória.

De acordo com a professora e defensora dos direitos civis Kimberle Crenshaw, a interseccionalidade é uma teoria de como se relacionam socialmente as identidades minoritárias num sistema de opressão, dominação ou discriminação. Em seus estudos afirma que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Portanto, esta é também uma pesquisa que reverbera nas vivências e experiências lésbicas os conflitos gerados culturalmente pelo discurso eurocêntrico colonialista e escravista que estruturaram as normatizações que regulam o lugar da mulher.

Para Michel Foucault, estas práticas regulatórias discursivas de poder e saber são mecanismos fortemente imbricados que visam manter o controle por meio das normas. Assim, para o autor:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Ousadamente me aventurei analisar as narrativas das discussões das lésbicas produzidos por meio dos encontros do grupo focal, materializado no discurso que possibilita múltiplas interpretações sobre as vivências e atravessamentos das participantes.

Para a análise das narrativas das participantes produzidas nos encontros do grupo focal, trabalhei com os discursos atravessados das lésbicas participantes da pesquisa com base nas

obras de Michel Foucault e de autoras(es) que tomaram a obra do filósofo como referência. Para Foucault, os discursos produzem os sujeitos, assim devemos levar em consideração que:

As noções fundamentais que se impõem agora não são mais as da consciência e da continuidade (com os problemas que lhes são correlatos, da liberdade e da causalidade), não são também as do signo e da estrutura. São as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, casualidade, descontinuidade, dependência, transformação; é por esse conjunto que essa análise dos discursos sobre a qual estou pensando se articula, não certamente com a temática tradicional que os filósofos de ontem tomam ainda como a história "viva", mas com o trabalho efetivo dos historiadores. (FOUCAULT, 1996, p. 56-57).

Tomando Foucault como parâmetro de consulta para o empreendimento de analisar as narrativas ora materializadas na transcrição, causou-me uma sensação de inquietude do peso da responsabilidade de estudar o explicitado nas experiências de um grupo de mulheres diversas e intensas em suas vivências. Busquei nas análises também ser solidária ao relato de cada episódio mencionado. Cada um trazia uma gama de sentimentalidade e historicidade de si, o que me responsabilizava com a intimidade partilhada. E assim se fez a cada categoria analisada.

Compreendo a análise do discurso foucaultiana como uma avaliação “num enredo de enunciados que se cruzam, se reafirmam ou se negam mutuamente”. (*idem*, p. 127). Diz Foucault que a analogia discursiva consiste:

[...] em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar as coisas. É esse *mais* que os tornam irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2008, p. 55, grifo do autor).

Diante do exposto sobre análise do discurso em Foucault, me arrisquei analisar esse “mais” nos discursos produtores das lésbicas pesquisadas. Para tanto, esse “mais” para Fischer, trata-se “de falas, de coisas pronunciadas ou escritas, em qualquer momento da história, em qualquer lugar, nada tem de tranquilo: supõem sempre lutas (violências), vitórias, dominações, servidões”. (FISCHER, 2013, p. 130-131).

Na obra *A ordem do discurso*, Foucault explica uma correlação entre pessoas, coisas e ideias à opressão e à dominação, consequência do discurso, afirmando que:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes a perigos, dominar seu a acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Compreendo ser importante trazer a materialidade das práticas excludentes vividas pelas sujeitas da pesquisa, visto que, interessa a analista do discurso deste estudo as estratégias de composição lesbofóbica sujeitadas pelo discurso conservador vigente. “Quem fala neste texto? E de que lugar fala? De que autoridade se investe alguém para falar aqui e não outro espaço?” (FISCHER, 2013, p. 133). Essas são perguntas que evidenciam a complexidade das sujeitas pesquisadas ao ocuparem um espaço que *apenas* as lésbicas podem ocupar nesta pesquisa.

Além disso, para analisar as narrativas por meio de uma óptica foucaultiana é necessário mapear os “ditos” nas diferentes cenas enunciativas. Assim, para Fischer:

Trata-se de um esforço de interrogar a linguagem o que efetivamente foi dito sem a intencionalidade de procurar referentes ou de fazer interpretações reveladoras de verdades e sentidos reprimidos. Simplesmente, perguntar de que modo a linguagem é produzida e o que determina a existência daquele enunciado singular e limitado. Deixar-se ficar nos espaços brancos, “sem interioridade nem promessa”, como escreve Foucault. (FISCHER, 2001, p. 205).

Segundo Fischer, ao se analisar o enunciado discursivo é importante considerar que o “elemento unificador não é o objeto” central, mas como o objeto foi construído “por meio de um conjunto de formulações bem datadas e localizadas” num tempo e num espaço da história (FISCHER, 2001, p. 206).

Para Foucault, a densidade ou rarefação do discurso está implicado quanto a consequência e, por conseguinte, o resultado dele promovido, assim, “não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1996, p. 26), muitas vezes mascaradas pelo princípio dos comentários, por ser o alvo do discurso, causando, por efeito, angústias e deslocamentos.

Validando a abordagem foucaultiana, Céli Regina Jardim Pinto nos apresenta o conceito do discurso articuladamente às questões do poder afirmando que

[...] a teoria do discurso está intimamente ligada à questão da constituição do sujeito social. Se o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também o são e isto resulta em uma consideração fundamental: os sujeitos sociais não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos”. (PINTO, 2003, p. 25).

Com tal assertiva, posso compreender que cada singularidade traduz os efeitos discursivos daquilo que elas se compreenderam como lésbicas. Percebi que em muitos momentos dos nossos encontros, nas discussões, acontecia muitas vezes profundos silenciamentos de algumas, o que não acontecia com outras que rasgavam com suas vozes

situações vividas como algo que precisava ser dito num afã de tornar público o que estava guardado e muito silenciado.

Numa perspectiva articulada do efeito discursivo sobre as(os) sujeitas(os), segundo Fischer, analisar o discurso de quem fala é, *a priori*, analisar o dito por outro que não a(o) sujeita(o) em si, mas, a(o) que lhe constitui. Assim:

Ao analisar um discurso mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual, não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem. Esse caráter contraditório do sujeito rompe com uma tradição, cara não somente ao idealismo de algumas teorias da linguagem, como a desenvolvida por Benveniste<sup>41</sup>, mas ainda àquelas concepções segundo as quais o eu seria absolutamente determinado de fora, dominado por um *Outro* que o constitui. (FISCHER, 2001, p. 207, grifo nosso).

Resta-nos, como analista das discussões compiladas no grupo focal por meio dos “ditos” das lésbicas participantes, evidenciar quais foram os discursos construídos e socialmente produzidos sobre a identidade étnica e a sexualidade feminina, e os efeitos discursivos que essas sujeitas atravessam em suas vivências cotidianamente.

Dessa forma, para analisar as informações produzidas nos encontros do grupo focal foi necessário dividir em dois capítulos as categorias de análises, visto que o pensamento é reverberar o material empírico para focar alguns aspectos, o que não quer dizer que foi desconsiderando as interrelações que existem entre esses elementos no intuito de dialogar os pontos que tenham mais afinidade.

---

<sup>41</sup> Émile Benveniste foi um linguista francês, conhecido por seus estudos sobre as línguas indo-europeias e pela expansão do paradigma linguístico estabelecido por Ferdinand de Saussure. Os estudos sobre a enunciação, em geral, principalmente, a teoria enunciativa proposta por Benveniste, trazem para o cenário das preocupações linguísticas, sem desconsiderar as proposições estruturalistas anteriores, o sujeito, personagem tido como secundário pela linguística saussuriana. Com a noção de subjetividade, outras também emergiram — as noções de sentido e contexto (referente) — que juntas possibilitaram uma nova forma de pensar a língua/linguagem (BENVENISTE, 1991).

### 3 AS IDENTIDADES LÉSBICAS: OS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E AS REGULAÇÕES DO ARMÁRIO

A gente já está tão acostumada com isso que quando a gente se identifica que é lésbica, a gente pensa: o que eu tenho de errado? O que eu fiz de errado? (**Marcela, 23 anos, lésbica, parda, universitária e vendedora**).

Em nossa sociedade, há algum tempo se acredita que o sexo da pessoa é o que define o seu gênero, ou seja, quando se afirma que a criança é uma menina com base, em geral, nas suas características anatômicas, ela, conseqüentemente, será feminina e deverá se construir enquanto tal. O questionamento desse pensamento tem provocado uma série de reações contrárias na sociedade, as quais insistentemente negam qualquer construção sociocultural do sexo e do gênero com frases como: “menino já nasce menino e menina já nasce menina”.

Nos dias atuais, o chamado “chá de revelação” do sexo do bebê é um evento social que demarca o gênero e a sexualidade da criança que ainda nem nasceu. Trata-se de uma festa com o intuito de festejar com amigas(os) e familiares o momento em que será revelado o sexo do bebê que até então é um segredo para a mãe e o pai e todas(os) as(os) convidadas(os).

Geralmente um membro da família é responsável pela “revelação” que pode ser feita de diversas maneiras, como por exemplo, na cor do recheio do bolo, nos papéis picados dentro de bexiga, na caixa surpresa, entre outras brincadeiras. Após várias adivinhações com temas infantis que agregam os dois sexos como carrinhos, bonecas, chupetas e sapatinhos, aparecendo a cor rosa será mulher, já se for mostrada a cor azul será homem. Estabelecido pelas normas, o rosa e o azul são cores simbólicas que marcarão a criança.

Pensar que as cores definem os sexos, gênero ou as sexualidades das crianças ou que a sua definição se dê por meio da atribuição quando uma delas nasce e seja identificada por sua genitália como menina ou menino e, conseqüentemente, tenham comportamentos feminino ou masculino, são práticas regulatórias de enquadramento sócio cultural de uma sociedade, como dito por Judith Butler (2003).

Entende-se que antes mesmo do nascimento, no ultrassom, a(o) médica(o) vê o sexo e o gênero da criança ao nomeá-la como menino ou menina. Portanto, socialmente, o gênero produz o sexo e, em geral, ou se é homem ou mulher, sendo impensável a ambigüidade ou contradição. O binarismo de gênero limita as possibilidades de se pensar as construções do que chamamos de feminilidade e masculinidade.

Embora muitas(os) ainda defendam gênero enquanto uma essência, algo que a(o) sujeita(o) já traz consigo, Butler entende como culturalmente construído e, muitas vezes, imposto para definir quem são ou não humanos. Para ela:

A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece. Se o gênero está sempre presente, delimitando previamente o que se qualifica como humano, como podemos falar de um ser humano que se toma de seu gênero, como se o gênero fosse um pós-escrito ou uma consideração cultural posterior?. (BUTLER, 2003, p. 162).

Deparo-me pensando naquelas crianças que não condizem ao chá de revelação, ou melhor, a uma classificação de gênero, mas em trânsito? Falo das pessoas intersex. Estarão sempre à margem de uma sociedade? Pertencerão ao “não lugar”? Da mesma forma, esse chá é um dispositivo que reitera a fixidez do sexo e gênero e aquela menina que não se identificar com o rosa também será contestada.

Continuamente nossa sociedade (re)produz as marcas de gênero em nós. Por exemplo, embora alguns homens tenham auxiliado nas lidas domésticas, estas ainda têm sido compreendidas como uma tarefa das mulheres e não de qualquer mulher, inclusive é difícil encontrarmos homens como empregados domésticos. A maioria das trabalhadoras domésticas são mulheres negras de classes populares e com pouca escolaridade. Esse lugar também é naturalizado por muitas(os) de nós, que, dificilmente suspeitamos ou desconfiamos dessas verdades construídas.

Logo, para entender a construção das masculinidades, feminilidades e seus imbricamentos devemos considerar as subjetividades que estão em constante (re)construção. É um processo individual de cada pessoa, expresso nos desejos, nas identificações, nos anseios, afetações evidenciados na construção das identidades de cada pessoa.

Da mesma forma que o gênero, a sexualidade também se produz continuamente ao longo da vida, não sendo pré-determinada no material genético das pessoas e nem em suas genitálias. Para Louro (2000), a sexualidade é uma composição das identidades que mulheres e homens constroem permanentemente, negando o pensamento de que a possuímos “naturalmente”. Se assim o fosse:

A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e



plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. (LOURO, 2000, p. 8-9).

Para a abordagem pós-estruturalista, a sexualidade é uma invenção social e política que foi criada para regular e coibir, por meio dos discursos, os desejos e os prazeres. Conforme Jeffrey Weeks “os corpos não têm nenhum sentido intrínseco e que a melhor maneira de compreender a sexualidade é como um construto histórico”. (WEEKS, 2000, p. 86).

De acordo com o pensamento foucaultiano, a sexualidade é uma produção discursiva permeada por relações de poder. Assim sendo, para Foucault:

[...] o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (FOUCAULT, 1996, p. 9-10).

A respeito dos diferentes discursos sobre sexo, gênero e sexualidades nota-se que o pensamento heteronormativo tem a intenção de dominar para controlar as diferenças. Conforme Richard Miskolci, “a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto”. (MISKOLCI, 2009, p. 156).

Deste modo, a compreensão da mulher na sociedade heteronormativa se baseia numa cultura ocidental branca de classe média e heterossexual. Neste cenário, a mulher assumiria uma identidade fixa e universal e subjugada aos desejos do homem. Há um investimento para que as mulheres se adéquem compulsoriamente às normas heterossexuais, reafirmando as relações de poder em que elas devem obediência aos desejos masculinos, ao mesmo tempo, em que promove o apagamento da existência lésbica e/ou a negue (RICH, 2010).

Para Monique Wittig numa sociedade heterossexual é necessária a existência da(o) outra/outro, ou seja, daquelas(es) que não são heterossexuais a fim de que o modelo normal seja reiterado constantemente e visto como o desejável. Nas palavras dela: “*En efecto, la sociedad heterosexual está fundada sobre la necesidad del otro/diferente en todos los niveles. No puede funcionar sin este concepto ni económica, ni simbólica, ni lingüística, ni políticamente*”. (WITTIG, 2010, p. 53).

Assim sendo, as mulheres que escapam a esse modelo heterossexual são vistas como desviantes passíveis inclusive de correção ou reversão sexual. Dessa maneira, as lésbicas são vistas como:

Abjeto que se produz, tendo o discurso da diferença como designação negativa para não seguir o padrão, traduzida, muitas vezes, em substantivos como

“imoralidade”, “anormalidade”, “desvio”, “doença”, “aberração”, “pecado”, ou em várias formas de invisibilização. (SOARES; COSTA, 2002, p. 3).

Para compreendermos a origem do conceito de lesbianidade, recorremos a Tania Navarro-Swain (2004) em sua obra *O que é lesbianismo?*. A autora explicita, numa linguagem clara, a história da política do esquecimento, indícios e interpretações da Grécia aos dias atuais sobre as mulheres lésbicas.

A palavra ‘lésbica’ surge a partir do lugar em que vivia a poetisa Safo, ou seja, a ilha grega de Lesbos, na Ásia menor. Essa poetisa apresentava um talento excepcional cuja inspiração era insuflada pela paixão e desejo pelas mulheres. Sabe-se que na Grécia Oriental, na época de Safo, que as mulheres gozavam de liberdades políticas, econômicas e sexuais, bem ao contrário do que acontecia em Atenas. Nesse fragmento histórico, notamos que as discussões sobre lesbianidade eram quase um crime para a contemporaneidade vigente, “prova de que o amor entre mulheres deve ser negado pelo silêncio” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 30).

Segundo sua obra, na contemporaneidade, as lésbicas assumem identidades que rompem com demandas e descontinuidades geradas pelos cruzamentos discursivos heterossexistas. Para ela, “no universo da hegemonia heterossexual, a desordem maior é o desinteresse das mulheres pelos homens” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 24).

Logo, a lesbianidade rompe com o pensamento androcêntrico, visto que desatrela a centralidade social no homem, oferecendo outras possibilidades de sexualidades como ruptura com os conceitos cristalizados de uma “sociedade hétero” e conseqüentemente, com a heterossexualidade compulsória para as mulheres (RICH, 2010).

Traçando um recorte da historicidade lésbica brasileira, o antropólogo Luiz Mott (1987) na sua obra, *O Lesbianismo no Brasil* vasculhou nos arquivos nacionais e lusitanos, e apontou a existência no Brasil de mulheres que gostavam de outras mulheres antes mesmo da colonização. Segundo Mott, na própria invasão dos portugueses nas terras brasileiras, já se encontravam muitas indígenas consideradas verdadeiras “aberrações” por serem extremamente musculosas, corajosas, manejavam arco e flechas e eram casadas com outras mulheres.

Corroborando com fatos históricos do Brasil colônia, a professora Cristiane Batista da Silva Santos (2019), em seu artigo *Um vivo demônio capaz de sugerir as maiores desordens: mulheres bem e mal procedidas em pecados no sul da capitania da Bahia*, publicado pela Revista ODEERE – UESB, traça um recorte de momentos importantes das periferias da historiografia colonial que fala de mulheres negras, africanas escravizadas no sul da Bahia que vivenciavam suas sexualidades com outras mulheres.

As práticas sexuais entre mulheres eram consideradas demoníacas, portanto, eram alvos da igreja católica por “acusações de sodomias, feitiçarias, seduções, bigamias. [...] Pecadoras denunciadas, estavam relacionadas ou às práticas de feitiçaria ou à vida sexual e afetiva destoante do que preconizava as leis cristãs”. (SANTOS, 2019, p. 68).

No primeiro século da nossa história, a impiedosa Inquisição<sup>42</sup> castigou uma dezena de mulheres na Bahia e em Pernambuco que foram denunciadas pela prática “abominável do pecado de sodomia” com outras mulheres. Condenadas “pelo Rei com o crime passível de morte por apedrejamento, fogueira, forca, decapitação, campo de concentração” e suas famílias eram penalizadas publicamente por três gerações. Já no século XVIII, eram chamadas de “machões” (MOTT, 1987, p. 7). Desse modo, a história da lesbianidade foi emudecida. Para o antropólogo:

A história do lesbianismo até pouco tempo era uma página totalmente em branco, que somente nos últimos anos tem merecido atenção de alguns poucos estudiosos. E devido aos milênios de alienação e inferioridade da mulher em nosso mundo. [...] Sistema que mantém através da violência, da antagonização dos sexos, pela divisão da sociedade em sexo forte dono do poder e o resto, a quem chamam de sexo frágil ou segundo sexo, e a turma do terceiro sexo, também rotulado de anormais, desviados, antes pecadores e criminosos. (MOTT, 1987, p. 8-9).

Dando um salto no tempo à perspectiva da contemporaneidade, Navarro-Swain (1999, p. 109) descreve que “as relações entre o feminismo contemporâneo e o lesbianismo foram marcadas por tensões e aproximações no desenrolar das teorias feministas e dos movimentos sociais de mulheres”.

Ao longo dos anos 1970 e 1980, as lésbicas foram se articulando por meio dos diferentes movimentos sociais. Para Cláudia Pereira Vianna a identidade coletiva foi de suma importância para as comunidades homossexuais, pois foi “capaz de gerar demandas coletivas por direitos sociais na negociação com diferentes esferas do poder público” (VIANNA, 2015, p. 794).

Uma das deliberações de políticas públicas a favor da comunidade lésbica aconteceu na I Conferência Nacional LGBT realizada em 2008. Foi um marco histórico na luta pela Cidadania e pelos Direitos Humanos da população LGBT (VIANNA, 2015). Naquele momento, mudou-se a posição da categoria das lésbicas com o intuito de visibilizá-las em detrimento aos gays que, historicamente, direcionavam as políticas para eles e negligenciavam os direitos das lésbicas, das travestis, mulheres trans e homens trans. A sigla adotada foi LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros).

---

<sup>42</sup> Tribunal eclesiástico instituído pela Igreja católica no começo do século XIII com o propósito de investigar e julgar sumariamente pretensos hereges e feitiçeiros, acusados de crimes contra a fé católica; Santo Ofício.

Pode-se afirmar que no contexto contemporâneo brasileiro, as lésbicas lutam contra a opressão da mulher enquanto o segundo gênero e pelo reconhecimento da sua sexualidade por não desejarem afetiva e sexualmente homens, mas outras mulheres. Mesmo com o movimento social organizado, as lésbicas eram/são colocadas à margem, pois eram/são vistas como gays. Essa foi/é uma reivindicação por uma identidade singular. Atualmente, para o movimento lésbico é uma luta contínua para sair da invisibilidade e romper com o silenciamento nas esferas política e social.

Com a proposta de dialogar com as lésbicas, relacionei os marcadores sociais evidenciados nas discussões do grupo focal que serviram-me de análise dos enunciados discursivos, levando em consideração as suas narrativas, a exposição das sujeitas envolvidas em suas relações, muitas vezes de cunho familiar, social e outras íntimas, que resultaram em uma complexa trama baseada na regulação e aprisionamento, mas também nas fugas aos processos normativos.

Tomando Foucault para orientar na análise do discurso, entendo que um dos propósitos ao se operar com o discurso é buscar os efeitos dos enunciados nas construções das experiências das(os) sujeitas(os). Neste caso, intenciono entender de que forma os diferentes discursos atuam na produção dos modos de vida das lésbicas sujeitas desta investigação.

Assim, no item 2.1 desta pesquisa, as discussões envolvem as várias possibilidades de ser lésbica, assumindo representações das feminilidades e masculinidades num contexto performativo de gênero e suas implicações. Já no item 2.2, as narrativas abordadas giram em torno das primeiras vivências como lésbicas, contextualizando as problemáticas vivenciadas em assumir-se para si, para suas famílias e nos espaços de convivências e, o sofrimento psíquico emocional das interlocutoras, fruto das violências sociofamiliares.

Vale ressaltar que, como analista dos enunciados ora narrados, observei que algumas das lésbicas se apresentaram mais abertas a debaterem as questões propostas no grupo focal, outras nem tanto, demonstrando inquietações e constrangimentos, preferindo o silêncio. Em alguns momentos, recorri ao formulário de identificação das participantes para trazer sua participação nas autodeclarações no item de que tratam das autoatribuições.

### **3.1 Ladies, bofes e outras possibilidades de ser lésbica**

Eu e a Marcela somos um casal. A diferença não está apenas no físico visto pelas pessoas de fora, mas pelas pessoas de dentro do relacionamento. Me senti atraída por Marcela pelo jeito dela de se apresentar como Bofe e ela por mim por eu ser e me apresentar como Lady. Se fossemos diferentes do que somos não iria rolar. Isso

implica tanto diferença quanto o preconceito. É mais aceitável ser Lady do que Bofe.  
**(MASLOUVA, 25 anos, lésbica, amarela, universitária e trabalha como vendedora).**

A identificação lésbica utilizada para nomear as mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras lésbicas é defendida pelo movimento lésbico há várias décadas, diferente das conceituações identitárias sapatão, sapata, caminhoneira, pesada, machona, mulher-macho dentre outras, lidas historicamente como discriminatórias, significando abjeção e atribuídas por *outros*. Por outro lado, algumas delas consideram uma forma de ironizar e menosprezar as normas regulatórias que associam atributos masculinos como construto cultural apenas para homens.

Para Ana Maria Brandão (2010), a tensão entre sexualidade e gênero resulta numa significação de produções femininas e masculinas, portanto, binária, representando no imaginário homoerótico social a sexualidade feminina como passiva, relegando a lésbica como mulher masculina. Segundo Ana Maria:

Sendo o gênero comumente associado ao exercício da sexualidade, as atitudes face ao homo-erotismo(sic) feminino parecem ter oscilado sempre entre a condenação de uma luxúria exclusivamente feminina e a descrença na autonomia sexual das mulheres. Paralelamente, a concepção binária do gênero tem sustentado uma leitura da lésbica como mulher máscula. [...] a crença no princípio da passividade feminina e a possibilidade das mulheres se poderem envolver em práticas sexuais na ausência do que é entendido como a sua condição indispensável, o falo. (BRANDÃO, 2010, p. 308).

De alguma forma, algumas lésbicas questionaram as representações e produções culturalmente construídas como femininas. Dito por Soares: “as lésbicas foram enquadradas como mulheres que abriram mão do feminino e ‘invadiram’ o campo da masculinidade, ameaçando o paradigma naturalista, que associa o sexo, gênero, desejo e prática sexual” (SOARES, 2016, p. 101). Logo, a lesbianidade sofreu sanções por não se enquadrar aos paradigmas da sociedade hétero.

Para Butler, a performance das lésbicas masculinas fogem do apresentado como essência biológica e natural da mulher. Afirma que “a performance dela/dele desestabiliza as próprias distinções entre natural e artificial, profundidade e superfície, interno e externo – por meio das quais operam quase sempre os discursos sobre gênero” (BUTLER, 2003, p. 8). Isso contraria a construção performativa de um sexo original e verdadeiro.

Podemos admitir que há muito tempo as mulheres lésbicas são marcadas pejorativamente com rechaços de uma estereotípia heterossexista que tira a feminilidade das lésbicas e as veem como menos mulheres ou mulheres em que falta alguma coisa, em geral, o

que a cultura entende como feminino. Isso não quer dizer que as lésbicas tenham de ser necessariamente femininas como se entende, mas muitas das vezes, ao colocarem-nas como mulheres-machos se deseja insultá-las ou diminuí-las.

Por outro lado, pensando com base em uma perspectiva *queer*<sup>43</sup>, é possível subverter essa forma de insulto e problematizá-la, como Butler menciona em seu livro *Problemas de Gênero*. Foi em 1990, em uma conferência na Califórnia que Tereza de Lauretis, historiadora e teórica feminista lançou a expressão Teoria *Queer*<sup>44</sup> (*Queer Theory*) para marcar uma descontinuidade radical das políticas sexuais feministas e LGBT (MISKOLCI, 2009).

O termo *queer* tem sido usado para problematizar as identidades de gay, lésbica, bissexuais, travestis e transgêneras. Desafiando as fronteiras identitárias tradicionais performatizadas no simbólico binário mulher/homem, como constructo social das feminilidades e masculinidades, a teoria *queer* é uma proposta de “colocar-se contra a normatização” (LOURO, 2001, p. 546). É também uma perspectiva de oposição e contestação a identidade sexual baseada na construção de gênero ao que está posto como verdade absoluta e, portanto, universalista.

Para Louro (2000), o *queer* representa a transgressão do paradigma das identidades sexuais, classificadas em heterossexual e homossexual, sustentada na identidade hegemônica vigente ao afirmar que:

As identidades sexuais "alternativas", mesmo quando excluídas ou negadas, permanecem ativas (e necessárias): elas se constituem numa referência para a identidade heterossexual; diante delas e em contraposição a elas a identidade hegemônica se declara e se sustenta. (LOURO, 2000, p. 24).

No contexto social histórico, até então, a heterossexualidade era considerada instituição política para dominar e regular as sexualidades. Entretanto, Louise Turcotte argumenta no prólogo do livro *El pensamiento heterossexual y otros ensayos*, obra de Monique Wittig, de que a heterossexualidade se mantém para negar a lesbianidade e continuar no controle político. Em suas palavras, juntamente com Ariane Brunet afirmaria que a: “*heterossexualidad (...) sólo puede garantizar su poder político destruyendo o negando el lesbianismo*” (BRUNET; TURCOTTE, 1986, p. 42 *apud* TURCOTTE, 2006, p. 11).

<sup>43</sup> *Queer* é uma palavra proveniente do inglês usada para designar pessoas que não seguem o modelo de heterossexualidade ou do binarismo de gênero. Em português 'excêntrico', 'insólito'.

<sup>44</sup> A Teoria *Queer* emergiu nos Estados Unidos em fins da década de 1980, em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero. O estranhamento *queer* com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 150-151).

Além dessas nomeações já conhecidas e analisadas em outras pesquisas, no grupo que trabalhei apareceram outras como lady, bofe, fitinha, e portanto “são categorias êmicas<sup>45</sup> utilizadas pelas interlocutoras” (SOARES, 2016, p. 99), como autoatribuições com suas significações de atributos individual de cada pesquisada.

Nesta compreensão das multiplicidades de ser lésbica, no primeiro grupo focal, realizado no dia 06 de outubro de 2018, expus uma questão norteadora: Existem semelhanças e diferenças entre as lésbicas? Quais? Apresento um trecho do diálogo em que as várias possibilidades de ser lésbica aparecem.

SANDRA: Sim. Caminhoneira, Sapatão.

MARCELA: Primeiro, a diferença entre pessoas mesmo. **A gente é diferente, tem pensamentos diferentes, sente diferente** e segundo como as pessoas se expõem para os outros, diz muito sobre ela, então acho que essa é a principal diferença entre as lésbicas. **Como ela se comporta, se expõe também, como ela transparece a orientação sexual dela.**

SANDRA: **Tem aquelas que também querem chegar e “causar” que é lésbica e já tem outras que chegam com calma.**

MASLOUVA: Por exemplo: **se eu e Marcela chegarmos numa festa como um casamento, você vai me encontrar de vestido, salto e aquela maquiagem, cabelo escovado e aquela coisa toda feminina. E você vai encontrar a Marcela de sapato social, calça social e blazer.**

SANDRA: **Fui convidada para ser madrinha de um casamento da minha prima, eu estava com roupa de madrinha como as outras e a Dani com roupa social de homem. Lembrando que o casamento era evangélico.** Minha prima não tem preconceito com a Dani e sabe que somos um casal que na hora do ensaio, pegou a Dani pra ser o par dela. A Dani me perguntou do jeito de se vestir se incomodava e eu respondi que tinha conhecido ela assim e não ia querer mudar nada.

DANIELA: Apesar de sermos diferentes, porque tem as Ladies e Bofes. **Lady é aquela lésbica que é feminina totalmente no vestir e se comportar e as Bofes não preferir vestimentas masculinas, cabelos e comportamento masculinizado.**

MASLOUVA: Nunca vi a Marcela vestida com um vestido. Apenas uma vez ela colocou na frente do corpo pra tirar uma foto pra fazer resenha e depois nunca mais. **Você nunca vai ver ela de vestido e salto alto e nunca vai me ver com um estilo de roupa social masculina. Pode até ver, mas será algo inusitado ou naquele dia eu estava muito louca. Até porque a Marcela nunca gostaria de me ver dessa forma e eu não iria querer ver ela de outra forma. A diferença não está apenas no físico visto pelas pessoas de fora, mas pelas pessoas de dentro do relacionamento.** Me senti atraída por

---

<sup>45</sup> Referência ao estudo das unidades linguísticas do ponto de vista de sua função dentro do sistema a que pertencem.

Marcela pelo jeito dela de se apresentar como Bofe e ela por mim por eu ser e me apresentar como Lady. Se fossemos diferentes do que somos não iria rolar. Isso implica tanto diferença quanto o preconceito. É mais aceitável ser Lady do que Bofe. **Quando alguém olha pra mim não imagina que sou Lésbica, pelo menos pelo meu estereótipo da forma de me vestir, nunca vão imaginar que me relaciono com mulher, mas é nítido olhar para a Marcela e ver que é Sapatona pelo estereótipo masculinizada, não tem jeito!**

SAKURA: **E acho que as mulheres que se vestem mais “Bofinhos”, elas sofrem mais preconceitos, não só por parte das lésbicas. A forma estereotipada de se mostrar sofre mais preconceito pela sociedade.**

DANIELA: **Todo mundo vai dizer essa menina é um menino e pronto, já foi colocada no lugar de discriminação.**

(1º grupo focal realizado no dia 06 de outubro de 2018, grifo nosso).

Marcela expõe que as lésbicas são diferentes entre si como quaisquer outras pessoas, todavia, para ela, a forma como as lésbicas se expõem e a maneira como apresentam sua identidade sexual pode ou não evidenciar a lesbianidade. Sandra detalha ao dizer que algumas lésbicas causam mais que outras, ou seja, perturbam as compreensões de ser mulher e lésbica.

Maslouva discorre sobre como ela e sua namorada Marcela se apresentam em uma festa dizendo que enquanto ela irá de vestido, salto, maquiagem e cabelo escovado, Marcela estará de blazer, calça social e sapato. Sandra diz o mesmo em relação a ela e sua namorada Daniela, contando inclusive sobre as vestimentas delas no casamento da prima.

As participantes da pesquisa, especialmente Maslouva e Sakura, ressaltam que ser uma lésbica lady é mais aceitável pela sociedade do que uma bofe, já que a lady está em conformidade com o alinhamento sexo-gênero-sexualidade, com a compreensão de mulher e de feminilidade pensada e construída em nossa sociedade sendo lida dessa forma como heterossexual.

Observamos isso em outro momento do grupo focal em que Sandra nos conta que insistentemente o seu patrão a obriga em utilizar os elementos socialmente construídos como atributo feminino construindo violência contra ela.

SANDRA: **Ah, meu patrão! “Tem que passar batom! Tudo!” Eu amo batom, mas ‘num’ vejo necessidade de eu ter que passar maquiagem, ter que passar um batom, ‘pra’ ir trabalhar. Não mesmo. Porque eu falo para ele Ah, eu vou ficar o tempo todo de batom? Quando eu sair, querer passar uma maquiagem, querer fazer isso, querer fazer aquilo. Vocês... um dia todo mundo vai ver, normal! Não. Aí ele força. Graças a Deus saí de lá. Ele me forçava a ter que usar batom. Ele dizia: “Ai, que boca horrível! Que boca horrorosa! Vai passar um batom! Ave Maria! Toda sem graça!” Aí eu ia e passava batom, e ele: “Aí! Ó ‘pra’ isso! Com uma boca dessa eu**



**ganharia o mundo!”** Eu falei: “É...as ‘mina’ pira!”, ainda brincava com ele assim. Sabe, que eu nunca levava, mas ele sempre, de um tempo, de um certo tempo, eu era forçada a usar batom.

(3º grupo focal realizado no dia 06 de novembro de 2018, grifo nosso).

Os mecanismos de regulação são potentes na manutenção compulsória da cisgeneridade e heterossexualidade exigindo o uso de elementos que enquadrem os corpos conforme a perspectiva cisheteronormativa. Com base em Vergueiro e Guzmán (2014) e Nogueira e Colling (2015), compreendemos a cisheteronormatividade como um dispositivo regulador que entende a cisgeneridade e a heterossexualidade como expressões naturais e legítimas de gênero e de sexualidade, dessa maneira, as pessoas que fogem a essas expressões são questionadas de diferentes maneiras.

Por exemplo, o batom e outras maquiagens são uma forma de construir uma determinada mulher, inclusive do que seja uma mulher bonita, elegante e chamativa, conforme dito pelo próprio padrão de Sandra. Neste caso, também nos parece que pela lésbica ser vista como uma mulher masculinizada e, dessa forma, menos mulher do que outras, o batom seria uma forma também de Sandra anunciar uma feminilidade padronizada e, talvez, uma possível heterossexualidade. Porém, ela também provoca o padrão ao dizer que “as minas piram” com a boca dela, uma maneira de resistir frente à lesbofobia trazida pelo chefe dela.

A cisheteronormatividade exige, no caso de Sandra, que ela seja feminina, mesmo sendo lésbica porque se ela é uma lésbica masculina, ela está transgredindo duas coisas, a heterossexualidade e transgredindo a cisgeneridade porque estará questionando o padrão de mulher que tem que ser feminina, por isso que as lésbicas masculinizadas são mais reguladas e violentadas. A violência não é apenas fisicamente, mas simbólica e psicologicamente.

Voltando aos trechos do primeiro grupo focal, Daniela explica sobre as lésbicas ladies e bofes. As primeiras apresentam performances femininas por gostarem de vestidos e saltos, como também maquiagem e objetos que constroem o que se entende, de forma padronizada, por feminilidade. Enquanto as bofes apresentam performances masculinizadas, vestindo-se com roupas e elementos considerados masculinos, como calças, sapatos sem salto, camisas e ternos.

Soares (2016, p. 49) elucida que “as identidades são construídas com base em significados social e historicamente disponíveis, e as novas gerações podem performatizar novas identidades e possibilidades para a ação”.

No terceiro grupo focal, as memórias infantis de Daniela evidenciam seus gostos, preferências e suas identificações com a forma de ser, de agir e das vestimentas que gostava de utilizar, o que a colocava margeada pela família e pelas pessoas que tinham contato. As

regulações advêm desde cedo e por intermédio das pessoas da própria família, como é o caso de Tina. Ela mencionou que seu pai a questionava quando era mais jovem:

**DANIELA: “Ah! Macho! Moleque macho! Essa menina é estranha... essa menina é estranha! ‘Ram’! Essa menina tem alguma coisa. Essa menina é doida.”**. Eu tenho uma irmã só. Sempre gostava daquelas calças bem longas. Sabe aquelas calças boca de sino grandona? Colocava aqui em cima! **Eu era só short. Short, calça. Eu rasgava os vestidos. Tinha um que era meio de listinhas assim. Ficava caindo a alça, eu ficava: “Que merda! Mainha! Eu não quero vestido, mainha!”**. Jogava sapato fora. Ela comprava boneca para mim e minha irmã. Eu dava as bonecas ‘pra’ minha irmã, eu cortava o cabelo das ‘bonecas’ todo. Cortava todo! Eu gostava de bola, skate. Meu pai que comprava para mim, essas coisas”.

(3º grupo focal realizado no dia 06 de novembro de 2018, grifo nosso).

Daniela nos conta o quanto não se identificava com marcadores de gênero entendidos como femininos. Ela não se interessava por vestido, sapato ou boneca e, por isso, rasgava o vestido, jogava o sapato fora e dava suas bonecas para irmã. O seu interesse era por bola, skate, short e calças longas e com isso era vista como menina estranha e doida. Isso também ocorria com Tina, inclusive, no terceiro grupo focal, ela mencionou que era nomeada de moleque macho porque jogava bola com os meninos, brigava com os meninos, era mais elétrica do que as outras garotas, gostava de comandar, brincar de polícia e ladrão e de usar boné.

**TINA: Era! Tipo, brincar de polícia e ladrão, tinha que vir três meninas, para tu vir me pegar de força. Então, qualquer tipo de briga com os meninos, na rua ou na escola, era sexualizada. Tipo assim, quando eu brigava com algum menino, era “Ah, aqui minha pica”. Isso eu ouvi a vida inteira, né? Tipo assim, sempre o masculino dele, você não tinha um tipo de argumento para jogar em relação a isso. “Ah, moleque macho!” “Só quer andar com homem.”, “Só quer jogar bola”, que não sei o quê.** Então, sempre na escola eu tive também discriminação. Já no ginásio, né? Que eu saí de uma escola menorzinha e fui ‘pro’ CEMIS. E aí, tinha a mulher lá que, eu não lembro a função dela, mas lembro que ela é da parte gerais, ficar ajudando na portaria e tal. **Na época, gurria, eu era louca por boné. Vivía de boné. Tinha coleção. Eu ia ‘pra’ escola de boné. Ela pegou e me proibiu de ir ‘pra’ escola de boné. Quinta série, sexta série, por aí. Aí, quando eu vi, os meninos usando, eu olhei pra ela e falei “Você vai tirar meu boné no dia em que nenhum menino não tiver o direito de usar boné, porque se eu não posso usar, eles também não.”** Aí pronto. Aí eu continuei usando o meu boné. Porque ela não conseguiu fazer todos os meninos da escola pararem de usar boné. Entendeu? Aí eu me pus em relação à isso e aquela coisa que eu falei, sempre ligada a moleque macho, sempre ligada a isso. Eu estudei a vida inteira no CEMIS, né? Da quinta até o terceiro ano. Adorava minha turma.

(3º grupo focal realizado no dia 06 de novembro de 2018, grifo nosso).

Nessas cenas lembradas por Daniela reconhecemos o patrulhamento que ocorria por Tina contestar as feminilidades exigidas para ela. Chamou-nos a atenção quando ela diz sobre as reações dos meninos durante as brigas. Dizer: “Ah, aqui minha pica” é uma forma de falar a ela que por terem um pênis seriam homens de verdade e, portanto, deteriam mais poder do que ela, uma garota. É um mecanismo da sociedade heterossexista e patriarcal que deseja controlar o poder das mulheres subjugando-as aos desejos dos homens.

Tina também era regulada no espaço escolar por usar o boné, acessório associado ao universo masculino e que ela adorava, tendo, inclusive coleção dele. Embora Tina fosse proibida de entrar na escola com boné, isso não ocorria com os garotos, o que a fez contestar sobre o porquê da regulação: “*Você vai tirar meu boné no dia em que nenhum menino não tiver o direito de usar boné, porque se eu não posso usar, eles também não*”. Essa foi uma das situações que Tina nos apresenta como resistência ao processo de normatização. Ao contrário do que o esperado por muitos(as), Tina questionou a escola ao exigir equidade nas relações de gênero, garantindo assim, o uso do boné.

Tanto Daniela quanto Tina eram/são garotas que contestavam/contestam as normatizações de gênero e sexualidade (im)postas para elas. Os ataques cotidianos contra a subjetividade às pessoas dissidentes das produções de gênero e sexualidade são agressões e abusos contra a dignidade humana, principalmente quando direcionada às crianças.

Em outro momento do terceiro grupo focal, ainda analisando os enfrentamentos vivenciados pela lésbica bofe, Daniela fez um recorte de como ela se sentia quando o assunto era procurar emprego e a questão da “aparência” era, ou ainda é, um requisito importante de avaliação à vaga. Em sua fala:

DANIELA: “É mais complicado. Ainda mais como ela falou mesmo, partir em questão de emprego. Entendeu? As pessoas veem muito o seu jeito de se vestir, de falar. E às vezes, a gente fala assim, na gíria quando está com amigos. Ainda mais quando é em questão de emprego. **Você vai para uma entrevista de emprego, do jeito que eu tô aqui, a pessoa não olha o jeito que você tá falando. Eles não olham o seu currículo. E sim, o seu físico. Entendeu? “Ah, é toda machão. Vai dar em cima das outras. Vai se comportar como um homem dentro da empresa. Não vai respeitar ninguém. Vai querer ser maior...”** Sabe? Do que os homens e as mulheres, tal. Pensam desse jeito. Sei lá. Eles veem, ainda mais, mulheres que são lésbicas meio termos ou bofes, né? De um jeito muito masculino, muito preconceituoso. Tipo, eles pensam entre aspas **“Quer ser mais homem do que o homem mesmo”**. No fato o gay, o gay afeminado, “Ah. Não vou contratar não, porque ele vai querer ser mais do que as mulheres aqui dentro”. Entendeu? Eu, tipo assim, eu sofri bastante por conta disso. De minha tia chegar e falar assim ‘pra’ mim. “Ah. Desse jeito você nunca vai arrumar um trabalho, um emprego bom se vestindo desse jeito”. Eu falei “Olha, eu, na

minha parte, eu sei que eles vão querer meu jeito como funcionária, entendeu? Ali prestando serviço. E não pelo jeito como eu vou me vestir. Simples assim”.

(3º grupo focal realizado no dia 06 de novembro de 2018, grifo nosso).

As lésbicas com performance bofe estão em maior vulnerabilidade social já que transgridem a cisheteronormatividade. Como efeito das reverberações sociais dessa “transgressão”, elas vivenciam a lesbofobia em situações corriqueiras como a de procurar um emprego. Como Daniela trouxe, quando se vê que é uma lésbica com jeito machão, entende-se que ela desrespeitará a empresa, paquerará outras mulheres (discurso de que somente as lésbicas e os gays têm um desejo afetivo e sexual incontrolável e compulsivo), desejará ser mais homem do que os homens mesmos, lidos por nós como homens cis heterossexuais.

Retomando a fala de Sakura, no primeiro grupo focal (p. 70-71), ela ressalta que a performance tida como masculina faz com que as lésbicas sofram mais preconceitos quando estão como “bofinhos”. Esse processo de discriminação não se restringe apenas entre as lésbicas, mas na sociedade em geral, já que a lésbica masculinizada desobedece ao padrão e modelo socialmente aceito para uma mulher.

Com base em Louro (2004), podemos entender que uma lésbica masculinizada pode ser lida como *queer*, um corpo estranho que perturba a norma, desestabiliza a fixidez do sexo, gênero e sexualidade, desafiando as fronteiras biologizantes.

As lésbicas identificadas como bofes são mais estigmatizadas por assumirem comportamentos masculinos do que as ladies. Segundo o cientista social, sociólogo e antropólogo Erving Goffman no seu livro *Estigma*, o autor afirma de que o “estigmatizado não são as pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais” (GOFFMAN, 2004, p. 117).

Segundo Goffman, toda(o) sujeita(o) que foge ao padrão culturalmente construído e modelo socialmente estabelecido por um discurso hegemônico como normal é considerado como um estigma para aquela sociedade. Ou seja:

A noção de "ser humano normal" pode ter sua origem na abordagem médica da humanidade, ou nas tendências das organizações burocráticas em grande escala, como a Nação-Estado, de tratar todos os seus membros como iguais em alguns aspectos. Quaisquer que sejam suas origens, ela parece fornecer a representação básica por meio da qual os leigos usualmente se concebem. (GOFFMAN, 2004, p. 9).

Desta forma, podemos presumir que o estigma surgirá a partir de uma expectativa cultural estabelecida que associe uma série de atributos a uma determinada identidade. Os estigmas em torno da construção da lesbianidade ainda persistem em nossa sociedade mesmo

com as desconstruções do ser lésbica. Isso decorre também de um pensamento heteronormativo que essencializa o ser feminino como algo exclusivamente da mulher e, mais do que isso, defendendo uma ideia genérica e universal e não histórica e contextualizada.

Destarte, recordamos a feminista africana Chimamanda Ngozi Adichie (2017), no seu manifesto *Para educar crianças feministas*, no qual ela escreve para uma amiga dizendo como educar a sua filha a partir de uma visão pós-moderna, que não fosse capaz de perpetuar as regulações machistas e auxiliar na construção de uma subjetividade mais feliz nas crianças.

Para Adichie, os “estereótipos de gênero são tão profundamente inculcados em nós, que é comum os seguirmos, mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade” (p. 28) e ainda que, “papéis de gênero sejam totalmente absurdos, a sociedade começa tão cedo a inventar a ideia do que deve ser um menino e do que deve ser uma menina” (idem, p. 27-28). Na dualidade de rosa/azul e nos tipos de brincadeiras como definição de uma identidade feminina ou masculina, sendo capaz de atrofiar e inibir o desenvolvimento das habilidades e potencialidades ainda em construção em tenra idade.

Assim sendo, podemos supor que na infância poderão surgir identificações pelas práticas de gênero quer sejam das feminilidades ou masculinidades por meio das brincadeiras, ou ainda, o uso das cores como rosa para menina e o azul para menino, isso por si só não definirá o gênero e nem a sexualidade de um indivíduo.

Para Soares (2016) trata-se de uma episteme que normatiza o binarismo para justificar o essencialismo, que tem como apoio a essência humana, a origem como verdade absoluta criando uma dicotomia absoluta para separar mulheres e homens. Segundo Soares:

A desconstrução desse paradigma exige um reposicionamento epistemológico em que os binarismos deixem de ser a lógica predominantemente de representação do mundo, dos sistemas simbólicos, da subjetivação e do gênero, e em que a noção de verdade seja questionada em favor da fragmentação, multiplicidade, da participação, da parcialidade ou mesmo da contradição. Sugere-se abandonar as dicotomias e pensar em pluralidades. A fixidez é explodida na incerteza das transformações que se sucedem na realidade. Não existe sujeito universal, único e coerente que é a referência para os demais. (SOARES, 2016, p. 41).

Logo, a identidade de gênero não define os desejos afetivos e sexuais de uma pessoa. Ser lésbica não significa deixar de ser mulher tornando-se homem, embora elas também possam se produzir como masculinas. As lésbicas performatizam o gênero de diversas maneiras, inclusive transitando nessa construção binária de ser homem e ser mulher.

Desta forma, podemos conjecturar que a performatividade de gênero expressa a diversidade das sexualidades, incluindo nas várias formas de ser lésbica, contestando as

produções femininas e masculinas engessadas no paradigma heterossexual. Por isso é interessante tencionar a universalização do ser lésbica, pois a generalização classificatória da identidade lésbica pode excluir outras formas e possibilidades de se pensar e se produzir enquanto tal.

Retomando o diálogo entre as participantes da pesquisa no primeiro grupo focal, Maslouva, autoidentificada como lady, admite ser atraída por Marcela por ela ser uma bofe, garantindo, inclusive, que se fosse diferente, talvez não estivessem juntas. No entanto, em algum momento inusitado talvez possamos vê-la como bofe, usando uma roupa tida como masculina, mas não será algo permanente, segundo Maslouva.

Neste enunciado é relevante problematizar a compreensão de atração sexual construída na ordem regulatória heteronormativa, pois de alguma forma, somos convencidos de que mesmo entre casais de lésbicas ou até gays haveria uma pessoa que seria feminina e a outra masculina, e que, portanto, só poderia existir desejo sexual apenas entre “os opostos”, aquela lida como feminina e a outra como masculina, não podendo duas lésbicas femininas ou masculinas se relacionar.

Legitimando a questão anterior, ao analisar os modos de expressão de gênero de idade/geração de mulheres que frequentam estabelecimento de divertimento noturno destinados ao público LGBT no Rio de Janeiro, Andrea Lacombe (2013) percebeu que entre as lésbicas mais velhas a distinção binária de gênero nos casais tendo o par masculino-feminino é mais presente. Lacombe descreve o visual estético heteronormativo que se constitui na demarcação do gênero no casal de lésbica que formam o par feminino-masculino.

O visual daquelas mais femininas está composto por vestido ou saia curtos, sempre acima do joelho com ampla gama de cores; blusa com decote amplo e às vezes com as costas descobertas; maquiagem; abundante bijuteria geralmente de metal que inclui anéis, pulseiras douradas ou prateadas, dependendo do resto da indumentária, correntes combinando com as pulseiras e brincos de argola grande, vistosos; cabelo comprido liso de chapinha; saltos altos variados com predominância de sandálias de salto agulha (pretos, dourados ou prateados) e plataformas. Calça tipo “cargo” ou jeans escuros, preferentemente azul, largos que não marquem as curvas das pernas e a bunda, tênis tipo all star, bermudas e sandálias estilo treaking quando o tempo está muito quente, camisetas mais largas de manga curta ou sem mangas estilo regata nem solta nem muito apertada e às vezes boné ou um tipo de chapéu de tecido de algodão com uma trama quadriculada colocados de lado e às vezes cordões de metal de elos prateados estilo hip hop, constituem a estética das mais masculinas. (LACOMBE, 2013, p. 58).

Já entre as mais jovens, conforme a autora, o par feminino-feminino é mais frequente. Lacombe destaca que a presença de casais de lésbicas formando um par masculino-masculino

é mais ausente independentemente do marcador geracional. Por outro lado, a autora também nos apresenta que embora exista uma (re)produção do modelo heteronormativo, várias mulheres mais jovens frequentadoras de uma das boates de Nova Iguaçu-RJ transitam nessa construção de gênero sendo que de um final de semana mudam de um perfil mais masculino para outro mais feminino, numa fluidez contestadora de uma demarcação fixa. A autora usa o conceito *camaleonização* para se referir a este trânsito de gênero entre algumas lésbicas que as fazem variar a estética de gênero conforme a mulher que almejam ou da mulher que querem que as procure.

Dessa forma, ao analisar os discursos das participantes da pesquisa e confrontar com a pesquisa de Lacombe, problematiza-se o enunciado de que Maslouva e Marcela só estão juntas por uma ser bofe e a outra lady. Embora elas assumam isso para si, não é desejável tomar como regra para todas as lésbicas, pois nem todas reafirmarão o binarismo de gênero par feminino-masculino. Inclusive, problematizar a construção do desejo e daquilo que nos atrai pode favorecer o desalinhamento da sequência sexo-gênero-sexualidade ainda tão difundida pela cisheteronormatividade.

### 3.2 As primeiras vivências como lésbicas: as tensões entre o armário e o segredo aberto

Assumir-se lésbica, é assumir como resistência. Ser mulher na sociedade já é difícil, imagina como lésbica? Quem diz que é fácil estar mentindo. Você tem que se policiar o tempo todo. Não pode sair de mãos dadas com outra mulher. É dizer não pra tudo o que te foi imposto consciente e inconsciente. É ser vista com nojo, é estar sujeita a vários tipos de violências. (MARCELA, 23 anos, lésbica, parda, universitária e vendedora).

Assumir-se lésbica numa sociedade heteronormativa é uma questão ainda presumida de regulações do que seja privacidade e público. É pensar sobre o que devemos esconder e, portanto, ficar no armário, no segredo, escondido e aquilo que será revelado e exposto.

Para Eve Kosofsky Sedgwick a “epistemologia do armário deu uma consistência abrangente à cultura e à identidade gays, ao longo do século XX” (SEDGWICK, 2007, p. 22). Assim, “sair do armário” seria um protesto às normas regulatórias da heterossexualidade compulsória contra as diferentes possibilidades das sexualidades, conseqüentemente, tal manifestação implicaria no fortalecimento da comunidade LGBT.

Segundo Sedgwick, “a imagem do assumir-se confronta regularmente a imagem do armário, e sua posição pública sem ambivalência pode ser contraposta como uma certeza epistemológica salvadora contra a privacidade equívoca oferecida pelo armário” (SEDGWICK,

2007, p. 27). Isso me leva a problematizar se o assumir-se ou “sair do armário” seria ou não um ato danoso nas relações familiares e sociais para as lésbicas dessa investigação?

Sabemos que as lésbicas são marcadas como seres abjetos para viverem à margem da sociedade sem reconhecimento, sentenciadas à invisibilidade e ao silenciamento, quase sempre cercada de muitos conflitos familiares e sociais, gerando muitas angústias emocionais e psicológicas. Butler define o ser abjeto como quem ocupa uma fronteira do “não lugar” na sociedade. Ela alega que:

O “abjeto” designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito. (BUTLER, 2003, p. 189-190).

As relações afetivas permeiam as vivências das lésbicas desta pesquisa, entretanto, muitos entraves e medos atravessam suas experiências, dificultando assumir-se para si mesmas, para seus familiares e para o meio em que vivem. Para Navarro-Swain, as lésbicas ameaçam o patriarcalismo e também a própria ordem social heteronormativa. Na visão dela:

Valores morais, valores religiosos definem a visão do humano, e no mundo patriarcal o amor e o sexo entre mulheres são o perigo maior de perda de poder. De fato, a melhor maneira de assegurar uma dominação é se fazer amar e desejar pelos dominados: neste caso, a heterossexualidade compulsória e a naturalização dos papéis fazem de uma relação assimétrica e hierárquica o espelho do natural, do certo, do bom. (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 35).

Sendo assim, numa sociedade binária existe muita complexidade em compreender e aceitar a relação entre mulheres. “Quem diz feminino e masculino na atualidade diz práticas heterossexuais e de reprodução” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 34-35). Nesse processo de regulação da sexualidade, as participantes mencionaram, no primeiro encontro do grupo focal, as diferentes questões que atravessam o assumir-se como lésbica:

**MASLOUVA:** Independente de ser lésbica ou não, eu acho que o fato de ser mulher já tem aquela coisa, aquele peso carregado de anos, de patriarcado, dessa sociedade machista que a gente vive, que infelizmente ainda tá um pouco enraizado, independente de todas as conquistas que a gente teve, ainda está enraizado. **E é muito complicado hoje você se pôr na sociedade como mulher, pior ainda você se pôr como mulher lésbica. Você virar para um homem e virar e falar assim “Eu não quero você porque eu sou lésbica”. “Ah porque você não teve um homem que te pegasse de jeito”. Isso é, acho que é uma das... eu não vou dizer que é uma das piores frases, mas é a frase mais comum que a gente escuta, de tudo eu acho que essa é a frase que a gente mais escuta, e aí para você virar para ele e se impor, tem que parar e falar bem assim “não... eu não sou isso, por falta de homem. Eu**



sou lésbica porque eu quero ser isso, porque eu sou assim, é o que me faz bem ser assim”. É difícil você chegar assim e encarar. Tem gente que encara, umas doidas assim, ‘encara’, né? Um ‘doida’ que ‘mete’ a cara e vai pra cima mesmo. Mas infelizmente existem pessoas, meninas, até mais novas e da mesma idade que a gente. Acredito que aqui todo mundo tem a mesma faixa etária de idade, dos 20 até os 30. [inaudível]... Até antes, no período que você começa a se descobrir, você conseguir impor isso é complicado. Tanto em rua, de amigos, quanto até em estudos mesmo. Eu faço Direito e eu acho que dentro da minha sala, eu acredito, não sei dos outros mas, assim, **a única que realmente conseguiu levantar a cara e falar “Eu sou, e se quiser conviver comigo, bom, e se não quiser, paciência!” fui eu. Então é complicado porque você percebe, querendo ou não, por mais que a pessoa fale “ah, é besteira, não tô nem aí”, você percebe, no fundo no fundo, aquele tonzinho de preconceito, aquela coisa de querer te manter um pouco afastado, entre aspas, e te deixar de fora de um encontro, de uma festinha, de um trabalho em grupo.**

RAFA: Sempre tem isso, e eu fico me perguntando assim “será que...”, assim eu falo por mim porque eu não sou assumida, então assim, eu falo: **“será que vai mudar o jeito de agir comigo quando descobrir?”** Porque eu tenho muitos amigos, assim, que tem uma certa idade – mais idosos – que têm uma relação muito agradável comigo... Então, assim... **“será que vai mudar comigo? O jeito de agir, né? Esse carinho que a gente tem de amizade... Aí eu fico me perguntando isso.**

SANDRA: Comigo mesmo, muitos mudaram, radicalmente. **Perdi muitas amizades e conquistei outras, que o que eu perdi, pra mim hoje não tem nenhum significado mais.** Não faz falta. Não quero nem conversa.

MARCELA: Eu acredito que eu não tenha perdido... Eu acredito que, o que é verdadeiro não se perde [Voz ao fundo – É, realmente!]. **Eu acredito que, naquele momento não fazia sentido aquela pessoa estar dentro de minha vida, porém, descobri também, através do momento que eu comecei a me intitular “eu sou isso”, que muitas pessoas me apoiaram e muitas pessoas estariam do meu lado, independente do que... com quem eu estivesse.** A verdade o tema é esse: por mais machista que fosse o discurso, não queria me perder como pessoa, e não por estar com companheiro A ou B ou C. Isso aí pra eles nunca importava.

MASLOUVA: Eu acho que o pior desse título aí não é nem a sociedade, o pior desse título é a vivência dentro de você, e na sua casa. **O pior de você se assumir mulher e lésbica é perante a família, e eu passo por isso diariamente. Pra Marcela já é diferente porque, assim, ela teve a fase dela, mas a família já recebeu isso de forma melhor.** Hoje a família dela pode não aceitar dizer que ‘ah, eu aceito’, mas respeita. E respeita muito! Muito mesmo! É uma forma muito bonita de se tratar. Eu tiro pela relação que eu tenho dentro da casa dela, com a família dela. Mas na minha casa a situação é totalmente diferente [...].

DANIELA: Eu tô passando por isso. No começo a minha própria irmã queria me destruir, né? Por conta de uma briguinha falou pra minha mãe “A Daniela é lésbica, Daniela é sapatão”, e **minha mãe chegou e virou pra ela: “Ó, é mais fácil eu colocar você pra fora do que a minha filha. Jamais eu vou colocar minha filha pra fora, ela pode ser sapatão, ser gay, ser o que for”.** Ela me colocou no colo, me abraçou, aí ela me falou **“Ó, por enquanto, eu**

**só não quero que você fale pro seu pai”, porque meu pai, ele é muito homofóbico. Aí foi recentemente que eu me assumi, depois que eu assumi o relacionamento com ela [Sandra]. Eu não morava aqui. Cheguei de viagem, meu pai viu um vídeo meu, ao vivo no *Facebook*... Sabe aquele rebanho de lésbica assim?! Aí ele chegou pra mim: “Daniela, é namorado ou namorada?”, aí eu falei “Oh papai, o que é que tu acha?” – “Eu acho que é namorada!”. Eu fiquei espantada, né?! Ele falou “Ó, eu só te digo uma coisa... Você faz da sua vida o que você bem quiser, você não deve satisfação nem pra mim, nem pra sua mãe, nem pra ninguém, e sim pra Deus. Sua vida é um livre arbítrio. Você faz o que você quiser”. Eu falei “Tudo bem”. Tem um tio meu que a gente... eu cresci junto com ele. Eu tinha o maior amor por esse menino, sabe?! Pelo meu tio, pela minha tia. Eehh... Quando eu me assumi, ele virou as costas pra mim. Ainda mais por ser evangélicos... O meu pai também é evangélico, também. [Voz ao fundo – Mas nem por isso ele virou as costas pra você!] Nem por isso! [...].**

SAKURA: É, né? Verdade! Sobre a pergunta, é como as meninas já falaram. É, por ser mulher a gente já tem, já sofre muito preconceito, né? Machismo e tudo mais. De homem, de mulher, independente, e aí a questão de ser lésbica é tipo, triplica a situação. **Sobre ser assumida ou não ser assumida, eu ainda não sou pra minha família. Minha mãe é super-homofóbica. Eu só moro com ela e a maioria dos meus parentes e irmãos é evangélica, então até o momento eu não falei nada, mas eles sabem. Quer dizer, pelo menos minha mãe sabe, eu sei que ela sabe.** [Voz ao fundo – Você já falou com ela?] Não. [Voz ao fundo – Ela desconfia?] Ela sabe, gente... [Inaudível]... Ela enxerga... ela sabe... **eu também não sou de demonstrar, ninguém vai lá em casa, eu nunca fui de ter amigos, que ela também não deixava a gente ter amigos quando a gente era criança – eu e meus irmãos. E hoje em dia dificilmente vai alguém lá em casa, de amizade mesmo. Então, é tipo, eu não demonstro, e ela também... ela sabe porque a gente convive, então ela meio que percebe, mas não porque eu levei alguém lá, não porque ela ouviu falar.**

(1º grupo focal realizado no dia 06 de outubro de 2018, grifo nosso).

Sobre o assumir-se para as(os) amigas(os), Maslouva diz que algumas pessoas mudaram o relacionamento com ela, especialmente na faculdade e que o preconceito se expressa quando ela não é chamada para uma festa, um encontro ou para fazer um trabalho em grupo. Sandra já é mais incisiva ao dizer que muitas(os) amigas(os) mudaram expressivamente com ela e que perdeu várias amizades.

Para Marcela, no entanto, não se perde amizade, pois aquelas pessoas que deixaram de conversar com ela é porque de fato não eram amigas(os) verdadeiras(os). Diante disso, Rafa, que não é assumida, não sabe se é importante assumir ou não para suas/seus amigas(os), já que elas(es) têm um carinho com ela e isso pode se modificar, caso ela diga que é lésbica. De alguma forma, notamos um cotidiano marcado pela ansiedade e pela vivência – em geral, pouco compartilhada da experiência lésbica – relacionadas ao medo e expectativa de rejeição decorrente da lesbofobia presente na sociedade.

Embora Maslouva tenha relatado sobre a rejeição de amigas(os) quanto a sua sexualidade, ela entende que o pior é em relação à família. Ela conta que para a família de Marcela, sua companheira, foi mais tranquila, mas no caso dela, não. Assumir-se na identidade lésbica para Marcela é demonstrar resistência aos padrões heteronormativos estabelecidos socioculturalmente e, reconhecer preconceitos, discriminações e violências que lhes são impostas em suas vivências.

Daniela também nos conta que sua mãe soube da sua lesbianidade por meio da sua irmã que, por ter brigado com Daniela, contou para a mãe delas sobre sua sexualidade. Embora sua mãe não tenha tido uma postura lesbofóbica, inclusive abraçando-a e colocando-a no colo, ela não contou a seu pai a pedido da própria mãe. Foi somente quando já namorava com Sandra é que disse ao pai que namorava outra garota. O pai também não agiu violentamente, diferentemente do seu tio, que deixou de ter contato com ela após saber sobre sua lesbianidade.

Diante de tanto menosprezo familiar, no trabalho, na escola e com as amigas, como muitas lésbicas lidam com o sofrimento emocional? Observamos nos relatos das interlocutoras o abalo sentimental nas expressões mais doloridas de serem ouvidas, causando danos na construção das memórias emocionais da pessoa humana.

Segundo o Psicólogo e Psicanalista Christian Ingo Lenz Dunker, toda essa gama de violência faz parte de vários “sistemas simbólicos reunidos em uma unidade teológica política” (DUNKER, 2011, p.122), causando, o que ele vai chamar de mal-estar que poderá ser o condutor da própria destruição do ser. Assim, vivenciando constantemente nestas relações adoecidas, muitas pessoas, como algumas lésbicas desta pesquisa, têm um:

[...] excesso de experiências como mal-estar na forma de desconfiança, sentimento de solidão e insegurança social, o déficit de experiências produtivas de indeterminação aparece como mal-estar na forma de inadaptação, sentimento de vazio e valorização da anomia<sup>46</sup> social. (DUNKER, 2011, p. 123).

Em minha experiência como psicóloga clínica, não raras vezes fiz atendimentos que eram solicitações de ajuda. Ouvi mulheres suplicando pelo direito de amar outra mulher. Presenciei a vergonha de sentirem-se abandonadas pela família. Ouvi o silêncio no choro contido após os comentários vis e machistas dos pais de “pegar um homem que tivesse condição de sustentá-las”. Uma delas me chamou a atenção, pois ela somatizou os problemas e teve

---

<sup>46</sup> O conceito de **anomia** foi cunhado pelo sociólogo francês Émile Durkheim e quer dizer: ausência ou desintegração das normas **sociais**. O conceito surgiu com o objetivo de descrever as patologias **sociais** da sociedade ocidental moderna, racionalista e individualista.

“alergia” por todo o corpo que respondia as rogativas para continuar existindo, até que pensou em desistir de viver.

Para o psicólogo Lucas Motta Veiga, “o sofrimento psíquico não é da ordem da intimidade, ele é político” (VEIGA, 2019, p. 244). O que me faz refletir que o discurso conservador da política exerce uma forte tensão na construção das subjetividades das(os) sujeitas(os), capazes de devastar suas histórias de vida.

Quantas mutilações, quantos cabelos arrancados, muitas unhas devoradas nos momentos de angústia, vários desequilíbrios alimentares, desde a compulsão alimentar à anorexia nervosa. Muitas humilhações contidas. Como psicóloga, compreendo e me importo com cada dor sentida na minha Clínica, entendendo que os discursos teológico e político são potentes, capazes de destruir emocionalmente aquelas(es) contrários(as) aos seus propósitos.

Em outro trecho do grupo focal, elas retomam a questão sobre assumir-se:

SAKURA: [...] Tipo, eu moro com a minha mãe, ainda, e isso é um empecilho. Porque, assim: **a partir do momento que eu disser “minha mãe, eu sou lésbica”, ela vai falar “ou você muda seu jeito, ou você sai de casa”. Isso é o que eu acho que ela deve falar. Então, tipo, eu vou sair de casa.** E agora eu tô na graduação – Eu curso fisioterapia na UESB e tô terminando o curso, então eu acho que não é o momento oportuno de falar com ela, mas, futuramente eu não pretendo ficar na cidade e eu vou falar, mas a partir do momento que eu não morar mais com ela. [Voz ao fundo: – Ser independente]. Exato. Eu poderia ser agora, mas ia meio que atrapalhar meus estudos.

RAFA: Bom, em relação a mim, eu não sou assumida ainda, mas assim, eu vejo meu pai... a novela fala, né? Agora ela fala muito, comenta sobre isso, e aí a gente vê. **Minha mãe também, uma hora ela fala que aceita, a gente vê alguns comentários assim, outra hora você vê falando de um jeitinho assim, aí a gente acaba. Infelizmente eu dependo de minha mãe ainda, eu tenho emprego, mas estou estudando ainda, só que assim: às vezes dá vontade de chegar e falar, mas aí eu penso no meu avô, enfim...** Têm todas aquelas pessoas, né? Que a gente gosta, a gente tem mais carinho, mais amor, aí a gente fala “não... machucar... certa idade”, enfim, tudo isso.

SAKURA: Já nessa questão eu não me importo muito com a opinião dos meus familiares, **só com o de minha mãe mesmo, por conviver com ela, só nesse quesito.** E aí, eu acho que tem 20 dias, e eu tava em casa à noite conversando no telefone, e ela disse que, no outro dia ela falou que eu tinha passado a noite inteira no telefone. Assim, não foi, foram uns 15 minutos. **E ela começou a falar que eu tava nessa idade, e não tava namorando, que não sabia o que eu queria da vida, aí falou que, tipo, se eu tivesse com esses pensamentos – ela não me disse quais – que era pra eu, meio que, desistir e que preferia ter um bandido na família do que uma sapatona.** Ela falou, e que seria uma vergonha muito grande, e que isso não existe na família, nem de longe, – que ela sabe, né? Pelo menos ela não sabe... não sei também. E aí foi isso. Aí eu não falei nada pra ela também.

(1º grupo focal realizado no dia 06 de outubro de 2018, grifo nosso).

Sakura expressa dificuldade de assumir-se para sua mãe e nem tanto com os demais familiares. Segundo ela, a mãe é lesbofóbica. Pelo fato da família ser evangélica, ela não conta para ninguém. De outro modo, Sakura procura não deixar possíveis indícios de que ela seja lésbica, evitando demonstrar sua sexualidade, por exemplo, não recebendo amigas(os) em sua casa.

A dependência financeira à mãe é um empecilho também para ela assumir sua homossexualidade. Por outro lado, uma filha heterossexual não teria esse problema, pois a mãe não a expulsaria de casa por ser heterossexual, talvez se engravidasse. De qualquer forma, essa é uma questão que atinge muitas(os) LGBTTI+.

Sakura também nos traz que sua mãe a cobrou por não ter um namorado e que era para ela não ter pensamentos relacionados à lesbianidade, já que não gostaria de ter uma filha sapatona, inclusive isso a deixaria envergonhada. Supostamente, não assumir-se lésbica é uma autoproteção contra as violências emocionais e psicológicas, mas também físicas, evitando uma exposição e, portanto, mantendo a invisibilização.

Rafa também conta que não é assumida, pois depende economicamente da família e, para, além disso, ela percebe a rejeição em relação às questões lésbicas expressas em diferentes momentos. Ela destaca o receio que também tem de seu avô saber e de alguma forma, se machucar por conta disso. Neste caso, ela prefere manter a sexualidade às escondidas a causar algum sofrimento ao avô, embora talvez, estar no armário também possa gerar angústia nela.

Sandra também nos contou sobre como resolveu se assumir após a morte da avó diante do carinho e amor que tinha por ela e do medo que teria caso a avó ficasse triste e decepcionada. De alguma forma, Sandra se violentou ao se relacionar com um homem com o intuito de agradar a sua avó e não a si mesma. Para ela:

**SANDRA:** Família é um ponto que eu me pego muito pensando. Primeira coisa: **eu só vim realmente me aceitar depois que eu perdi um dos maiores seres humanos que tive a oportunidade de conhecer nesta vida que foi minha avó, que foi meu tudo. Ela era tudo o que eu tinha, então eu nunca queria decepcioná-la e até então não me aceitava. Comecei a me envolver em um relacionamento heterossexual pra poder dar orgulho a ela.** Na escola eu sempre tive as notas boas por causa dela, sempre me dediquei por causa dela e eu não queria mesmo me aceitar. Tanto que eu procurei a religião. **Fui pra igreja Evangélica como ela era evangélica e eu não me aceitava porque não queria que ela se decepcionasse comigo. Minha prima disse que era lésbica e ela ficou muito triste e eu não queria dar essa tristeza pra ela.** Depois que ela morreu, eu vi que era mais fácil da minha mãe aceitar, era mais prático.

Em relação à questão das avós e avôs, diferente de Rafa e Sandra, na autodescrição, Marcela relata que a sua avó teve uma reação de compreensão e não de interdição em relação à sua identidade lésbica, inclusive tendo cuidado com Marcela e sua namorada.

**MARCELA:** Já minha avó é um anjo de pessoa. **Minha avó aceita, pergunta pela minha namorada e pergunta se vai dormir lá, se vai almoçar lá.** E minha relação com minha mãe e minha avó é perfeita.

O psiquiatra e psicanalista Antonio Quinet alerta sobre a tristeza que acomete as pessoas que sofrem de violências psicológicas e da rejeição e negação das(os) outras(os) e de si mesma(o), afirmando que:

[...] a tristeza é uma falta moral que não cumpre o dever ético de bem-dizer. O mal-dizer da tristeza corresponde ao calar-se e ao refugiar-se no silêncio e no isolamento. Nesse estado, o sujeito se distancia do Outro do desejo, do Outro do amor e do Outro do inconsciente. (QUINET, 2002, p. 12).

Os enunciados registrados nas narrações das sujeitas pesquisadas reiteram a regulação do armário e o silenciamento das lesbianidades reforçados pelo regime patriarcal e heterossexista em muitas famílias. Nas discussões expostas pelas pesquisandas, notamos como a maioria das famílias, esta vista como instituição social, tende a reforçar apenas uma única identidade sexual para as mulheres: a heterossexualidade. Também percebemos que, em algumas famílias, o discurso religioso judaico-cristão produz essa negação da lesbianidade.

O neurologista francês Jules Cotard, caracterizou os delírios de perseguição a partir de uma “ansiedade interna assustadora” que criava um tipo de melancolia, de acordo com os “temores, os terrores imaginários, as ideias de culpa, de perdição e de danação; acusam a si mesmos, eles são incapazes, indignos, fazem a infelicidade e a vergonha de suas famílias; irão prendê-los, condená-los à morte”. (COTARD, 2002, p. 50).

Em uma fala apresentada em sua autodescrição e rompendo com o silêncio, Souza atribui às dificuldades que enfrenta em continuar no “armário”, a oposição da família à lesbianidade e ao medo do preconceito da sociedade, afirmando que:

**SOUZA:** **Sou lésbica e sinto como se fosse algo que realmente tinha que ser. Não sou assumida, também tenho medo dos preconceitos da sociedade e principalmente da família que não aceita. Minha família não aceitaria minha orientação sexual e me sinto constrangida quando o assunto é formar uma família.** Nunca senti vontade de ficar com homens, porém, já tentei e não consegui. (grifo nosso).

Para Rafa, Sakura e Souza “estar no armário” significa o silenciamento de seus desejos, causador de vulnerabilidade emocional. Segundo Eve Kosofsky Sedgwick, “‘o armário’ e ‘a saída do armário’, ou ‘assumir-se’, agora expressões quase comuns para o potente cruzamento

e recruzamento de quase todas as linhas de representação politicamente carregadas, têm sido as mais magnéticas e ameaçadoras dessas figuras”. (SEDGWICK, 2007, p. 26), já que pode ser conquista de libertação ou perigo aterrorizante por meio da lesbofobia.

Nas falas das interlocutoras, percebi que o não assumir-se é, algumas vezes, mais confortável para a lésbica porque as mantém na invisibilidade, no anonimato. Presumivelmente muitas pessoas pensam que o ‘armário’ acabou e está todo mundo liberto. Será? Às vezes, é preciso entrar no ‘armário’ como espaço de proteção para minimizar o adoecimento social, emocional e psicológico ou não.

Embora Maslouva, Daniela, Sandra, Tina e Marcela se reconheçam como lésbicas assumidas, em algumas circunstâncias, talvez precisem do armário a fim de que consigam driblar e sobreviver às regulações cisheteronormativas. Daniela nos traz durante a sua autodescrição que:

**DANIELA: Como professora de Capoeira, tento me reservar bastante. Como trabalho com crianças, aí sim que tenho que me reservar mais ainda e não demonstrar muito quem eu sou.**

O armário neste momento é uma proteção momentânea para Daniela. Ao se reservar e não se visibilizar enquanto lésbica, ela mantém para os(as) demais o pensamento de que é uma lésbica próxima aos padrões cisheteronormativos e que, portanto, se expõe menos.

Por outro lado, a manutenção no armário, algumas vezes, pode levar ao sofrimento e muitas lésbicas sucumbem e buscam as portas do suicídio para interromper a própria vida por não suportarem a sensação de impotência. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), no *Relatório 2019 - Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil*, 329 LGBTQ+ foram assassinadas(os) em 2019 e dessas(es), 32 ou 9,7% eram lésbicas. Das 32 lésbicas, sete se suicidaram, o que corresponde a 21,8%, o que consideramos um número expressivo (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Ainda pensando sobre a epistemologia do “armário”, Sedgwick (2007) afirma que a questão de “estar no armário” ou o “segredo aberto” fizeram a diferença na trajetória de historicidade da lésbica e do gay mesmo após o marco de *Stonewall*<sup>47</sup> em 1969. Para elucidar esse marco histórico internacional e, portanto, um divisor de águas entre o antes e o depois para a comunidade LGBTQ, a ensaísta e estudiosa de gênero e dos estudos *queer* afirmou que:

A epistemologia do armário não é um tema datado nem um regime superado de conhecimento. Embora os eventos de junho de 1969, e posteriores, tenham revigorado em muitas pessoas o sentimento de potência, magnetismo e promessa da autorevelação gay, o reino do segredo revelado foi escassamente afetado por Stonewall. De certa maneira, deu-se exatamente o

---

<sup>47</sup> Bar gay americano que foi incendiado por policiais causando uma revolta contra as práticas homofóbicas.

oposto. Para as antenas finas da atenção pública, o frescor de cada drama de revelação gay (especialmente involuntária) parece algo ainda mais acentuado em surpresa e prazer, ao invés de envelhecido, pela atmosfera cada vez mais intensa das articulações públicas do (e sobre o) amor que é famoso por não ousar dizer seu nome. (SEDGWICK, 2007, p. 21).

Os avanços desde Stonewall foram significantes para o reconhecimento e a visibilidade da comunidade LGBTTI+. Houve conquistas nos âmbitos jurídicos como o reconhecimento da união estável das relações homoafetivas e adoção de menores, direito ao nome social, e em 2019 decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), quando equiparou a criminalização da homofobia e transfobia ao racismo<sup>48</sup>. Entendemos que em nosso país este é um marco para a luta contra os crimes de ódio em relação à comunidade LGBTTI+.

Também nesse debate sobre o estar no armário e assumir-se, Adrienne Rich (2010) afirmou que:

A lésbica que está presa no armário, à ideia que está aprisionada por ideias prescritivas do que é “normal” compartilha as dores das alternativas não alcançadas, das conexões rompidas, do acesso perdido à sua autodefinição de modo livre e poderosamente assumido (RICH, 2010, p. 41).

Daí a dificuldade de declarar e assumir-se outras sexualidades para além da heterossexual. Nesta perspectiva de clausura social, o aumento de violências contra a lésbica por meio do “estupro corretivo” vem legitimando a invisibilidade dessas mulheres, forçadas ao confinamento do silêncio e, reforçando o “armário” como espaço seguro fundamentado na prática do heterossexismo.

Quando uma mulher diz não, ela está dizendo não e ponto! Ficou no imaginário machista que a mulher estará sempre à disposição para o sexo. Tolo engano de se ter uma ideia de sexualização feminina. Esse é um dos discursos que foi naturalizado como uma verdade da natureza da mulher. Falo do estupro, justificado no discurso heretonormativo como direito do homem nas relações sexuais matrimoniais e/ou de namorados que tentam punir suas namoradas contra a infidelidade ou término da relação.

No caso das lésbicas, constroem-se outros discursos que reiteram o estupro como punição e também correção por elas desejarem outras mulheres ao invés de homens. Assim, as lésbicas sofrem o medo constante do estupro corretivo justificado como forma de ensinar forçada e violentamente que o desejo delas deve ser por homens cis e não por outras mulheres. As pesquisadoras e advogadas feministas Bianca Chetto Santos e Laís de Almeida Lacerda, juntamente com a historiadora Vanessa Ribeiro S. Cavalcanti, em seu artigo *Estupro corretivo*

---

<sup>48</sup> Lei Nº 7.716/89.



*na América-Latina: analisando a violência sexual contra pessoas LGBTTQIS* avaliaram que o estupro é uma demarcação de violência sexual corretiva contra da dignidade humana desse grupo minoritário. Afirmam as autoras:

Fica evidente que a motivação de corrigir o desvio de um padrão predefinido de gênero e sexualidade fica distante da definição dada pela lei. O uso do verbo “controlar” borra a linha da disciplina, punição, correção, que verdadeiramente marca aquilo que o estupro corretivo significa. Toda violência sexual tem o intuito de controle, de força e poder. (SANTOS; LACERDA; CAVALCANTI, 2019, p. 248-249).

O estupro corretivo é um crime e tem como pena de seis a dez anos de reclusão, pela Lei nº. 13.718/2018<sup>49</sup> que prevê um aumento de pena em caso de estupro corretivo. Diante da prática criminosa, essa é mais uma violência gerada pelas desigualdades de raça, gênero e sexualidades que a decolonialidade aponta como marco da colonização.

Santos, Lacerda e Cavalcanti fazem uma breve síntese da lógica para o estupro corretivo, argumentando que:

É nessa lógica perversa que o estupro vem sendo praticado, especialmente contra mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans (CIDH<sup>50</sup>, 2015) sob o pretexto de “corrigir” a conduta sexual ou identidade de gênero. Com isso, não se quer dizer que mulheres trans, travestis, homens gays e pessoas intersex não estejam igualmente sujeitas/os à violência sexual. Apenas que, nessas situações, inexistem – geralmente – a justificativa da “correção”. Afinal de contas, ninguém se torna “homem” com a subjugação sexual. Este lugar e ação são reservados às mulheres. (SANTOS; LACERDA; CAVALCANTI, 2019, p. 245).

Diante deste inominável panorama de violências contra as lésbicas, o que caracteriza a lesbofobia, faz-se necessário e de suma importância destacar o sofrimento que essas mulheres vivenciam, gerando adoecimento psíquico. No terceiro encontro do grupo focal, ocorrido em 06 de novembro de 2020, em que o tema foi Lesbofobia, Sandra relembra seus 15 anos e o quanto foi marcante emocional e psicologicamente os dois anos em que se reprimiu, não se permitindo viver seus desejos por outras garotas. Ela conta que chorava muito, que aquela angústia a consumia e tinha receio de como sua mãe iria lidar com isso. São mecanismos da cisheteronormatividade e da heterossexualidade compulsória que geram dor e sofrimento em

<sup>49</sup> Lei nº 13.718/2018: Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; revogando o dispositivo de "ofensa ao pudor".

<sup>50</sup> Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de 2015. Segundo o relatório da CIDH (2015, p. 93), durante um período de quinze meses (entre janeiro de 2013 e março de 2014), pelo menos 594 pessoas LGBT ou vistas como tal foram assassinadas em situações relacionadas a sua orientação sexual ou identidade e expressão de gênero.

muitas lésbicas como Sandra. Nos dizeres dela:

**SANDRA: “Foi! Um beijo só. No dia do meu aniversário de 15 anos. E aí, foi um presente mesmo. E aí, depois disso eu me envolvi com outra menina e a vida seguiu. Mas tipo, o que acontece, eu fiquei dois anos presa dentro do que eu queria, dentro do meu próprio sentimento, por essas questões, por questão da heterossexualidade compulsória. Porque eu sabia que minha mãe...eu ficava bem assim ó ‘Vei’, minha mãe saber de um negócio desse? E minha família?”. Então, aquilo ali me consumia por dentro. Me consumiu muito. Eu chegava, chorava, querendo muito uma coisa e não tinha coragem de fazer aquilo. Entendeu? Então, é como eu te falei, é essa heterossexualidade compulsória que as pessoas me julgavam sem eu mesmo sem saber o que eu ‘tava’ sentindo, o que eu mesmo queria. Porque eu fui me apaixonar, que eu fui ver essa menina pela primeira vez, com 13 anos. Mas eu já jogava bola com 11. O povo me chamava de moleque macho desde criança. Então aquilo ali me machucava tanto, que eu não sabia o porquê as pessoas estavam me ferindo aquela forma. Entendeu?”.**

(3º grupo focal realizado no dia 06 de novembro de 2018, grifo nosso)

Diante dos enunciados narrados pelas interlocutoras desta pesquisa, recorri à psicanálise com o intuito de compreender as ideias e condições emocionais psicológicas a partir do “dito” e do “não dito” nas discussões. Para Sigmund Freud:

O ego não é uma instância que passa a existir repentinamente, é uma construção. Portanto, é um polo defensivo do psiquismo. O ego tem raízes no inconsciente, como é o caso dos mecanismos de defesa, que são funções do ego, assim como o desenvolvimento da angústia” (FREUD, 1996 [1937], p. 1-2).

Elizabeth Bianca Tinoco Silva nos traz que:

Os mecanismos de defesa do Ego são processos subscientes desenvolvidos pela personalidade, os quais possibilitam a mente desenvolver uma solução para conflitos, ansiedades, hostilidades, impulsos agressivos, ressentimentos e frustrações não solucionados ao nível da consciência. Técnica psicológica para desenvolver a personalidade, sua afinidade é tentar defender-se, estabelecer compromissos entre impulsos conflitantes e aliviar tensões internas selecionadas inconscientemente. (SILVA, 2010, p. 3).

Dito isso, foi observado que em algumas falas da Sandra como “*ficou presa por dois anos*” após o beijo de 15 anos, que o mecanismo de defesa da interlocutora foi acionado, o *Recalque*. É um dos mecanismos de defesa do Ego mais comum, pois nos afasta de situações penosas psicologicamente que não temos condições de lidar emocionalmente. Trata-se de um processo de autopreservação psíquica, são “atos que constitui uma ameaça à imagem que fazemos de nós mesmos, afastar-se ou recalcar a consciência um afeto, uma ideia ou apelo do

instinto. Resumindo, é o mecanismo que consiste em manter afastado da consciência alguma ideia penosa” (SILVA, 2010, p. 3).

De maneira geral, percebi nesta trama social que as lésbicas foram/são rechaçadas por serem transgressoras. Assumir-se em uma identidade lésbica é abalar os paradigmas hegemônicos heteronormativos regulatórios da liberdade feminina. Dessa forma, acredito que a lesbianidade não é um modismo de uma época, mas uma ruptura com a heteronormatividade que perpassa o tempo e o espaço, e que pode desenvolver sofrimento psicológico mediante lesbofobia sofrida continuamente nos palcos sociofamiliar.

#### 4 AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS ÉTNICO-RACIAIS DE UM GRUPO DE LÉSBICAS E OS ENFRENTAMENTOS AOS DISCURSOS DA BRANQUITUDE E CISHETERONORMATIVOS

É duro você ser mulher, negra e lésbica. Porque a violência está aí e eu não tenho culpa de nascer assim, a gente não tem culpa de nascer negra ainda mais as negras lésbicas que sofrem mais ainda com o racismo e com a homofobia (**DANIELA, 21 anos, lésbica, negra, católica, professora de Capoeira**).

No nosso contexto de um país que foi colonizado, a branquitude é tão forte que ofusca o fator étnico engendrado em nós mesmos. Não nos reconhecemos, como se não tivéssemos ancestralidade, história e identidade. Afinal, a(o) branca(o) foi estabelecida como padrão hegemônico de humanidade. Mas quando falamos de etnia/raça, no imaginário comum, a(o) preta(o) e negra(o) a que aparece e, na maioria das vezes, como grupo inferior, selvagem, mais propenso às atividades braçais e físicas e menos as intelectuais.

Segundo o psicólogo Veiga (2019) a subjetividade se constrói baseada na historicidade cultural étnica a que pertencemos se valoroso ou execrável. Longe de ser determinista, entendo que, a produção de subjetividade da pessoa humana será carregada de demandas existenciais pregressas. Segundo ele, a construção da subjetividade brasileira é colonial. Ele afirma que:

Nosso inconsciente é colonial. O sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais, o inconsciente. Racismo, machismo, lgbtfobia são produtos da máquina colonial de produção de subjetividade, produtos que operam um corte na realidade e que dividem o mundo num arranjo que compõe quem exerce violência e quem a sofre. Opressão do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, do cis sobre a/o trans, do hétero sobre o homossexual. Este mundo tal como o conhecemos se funda na violência. (VEIGA, 2019, p. 244).

Não raro penso, como queremos ser (re)conhecidas(os) se não nos (re)conhecemos? Nossas subjetividades foram construídas como escravizadas(os), objetos domésticos, subjugadas(os) aos desejos, dominadas(os) pela força, subalternizadas(os). Em nossa contemporaneidade, a história continua nos empurrando a ocupar o “não lugar” como outrora na colonialidade pelo etnocentrismo e racismo.

Diante do exposto, cabe-me recorrer ao embasamento teórico da antropologia e da sociologia para compreender a construção de conceitos como raça e etnia, grupos étnicos e

identidade étnica. Conforme o antropólogo Prof. Dr. Kabengele Munanga<sup>51</sup>, a península ibérica, nos séculos XVI e XVII foi “o palco principal dos debates sobre esse assunto” (MUNANGA, 2003, p. 2).

Com as grandes viagens no século XV foram-se descobrindo novas terras e novos povos. Nesse processo, os negros, ameríndios, malanésios<sup>52</sup> dentre outros, foram considerados diferentes pela cor da pele, por outros traços fenotípicos, pelo vestuário, pela cultura, pelas crenças e religiões e, portanto chamados de “outros” para diferenciá-los dos europeus.

Munanga (2003) acrescenta que a explicação dos “outros” passava pelo monopólio da Teologia que tinha a explicação e razão em aceitar a humanidade dos “outros” como descendentes de Adão. Já que o mito das três raças era identificado nos três personagens dos Reis Magos, representando semitas, os brancos e os negros sendo Baltazar, o mais preto de todos considerado como representante da raça negra. Entretanto, como o indígena não fora representado, os teólogos encontraram argumentos na Bíblia como descendentes, também de Adão.

Assim sendo, foi no século XVIII que a cor juntamente com outros traços fenotípicos foram considerados como critérios fundamentais e um divisor de água entre as chamadas raças. Por isso, conforme o pensamento eurocêntrico, a espécie humana ficou dividida em três raças estancas que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela.

Outras correntes antropológicas e sociológicas passaram a contrariar estas teorias racistas argumentando que raça é uma estrutura política global de uma sociedade para justificar o racismo por considerar naturalmente inferiores determinados grupos em detrimento de outros.

Sobre o conceito de etnia, para Munanga cada raça pode conter diversas etnias. Discorre que:

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. (MUNANGA, 2003, p. 12).

---

<sup>51</sup> Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03, pelo Prof. Dr. Kabengele Munanga.

<sup>52</sup> O termo foi cunhado por Jules Dumont d'Urville em 1832 para identificar um grupo de ilhas com características étnicas distintas dos nativos da Polinésia e da Micronésia. Neste momento, classificação racial de d'Urville já não se pode considerar apropriada devido à diversidade cultural, linguística e genética dos habitantes da Melanésia e este nome é usado apenas para identificar uma região geográfica.

Para a compreensão dos grupos étnicos e suas diferenciações, Barth (1998) nos traz que as fronteiras do grupo servem de base para a dicotomização *Nós/Eles*, estabelecendo as representações de consolidação específicas de um determinado grupo como a linguagem, o vestuário, suas crenças e religião, específicas de uma cultura. Destarte, Barth alega que a “fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais” (BARTH, 2000, p. 34).

Então, qual o conceito de etnicidade? Para responder essa pergunta recorri aos antropólogos Barth, Poutignat e Streiff-Fenart (1998), para compreender quais as bases que se estabelece a etnicidade.

A etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Essa definição mínima é suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade: aquele do estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base da dicotomização *Nós/Eles*, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõem derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 141).

Diante do exposto, posso compreender que as relações étnicas se dão nesse processo entre as diferenças *Nós/Eles*, baseada nas relações sociais nas comunidades, que podem gerar atravessamentos e deslocamentos das fronteiras por serem fluídas.

Entendo que o pertencimento é fundamental para o reconhecimento de uma identidade principalmente tratando-se de grupo étnico. Para Barth, grupos étnicos “são categorias adscritivas e de identificação, que são utilizadas pelos próprios atores e têm, portanto, a característica de organizar a interação entre os indivíduos” (BARTH, 1998, p.10-11). Conseqüentemente, o grupo étnico também é considerado como uma organização ou grupo social.

Para Barth (1998), adscrição étnica são características próprias que perpetuam as diferenças do grupo étnico por meio da autoidentificação que podem ser dinâmicas e abertas ao múltiplo agenciamento simbólico de acordo com identidade básica e mais geral, em que a origem e formação têm influência. O termo suscita o registro por intermédio dos elementos e atributos de pertencimento, identificadas pelos membros do grupo na e em relação aos outros. Sendo assim, os membros de um grupo étnico são afetados pela interação com os outros membros de grupos étnicos diferentes em um processo relacional interétnico.

Já Stuart Hall (2003) trabalha com a ideia de sistema de simbolização dos grupos étnicos – comunidades – formada pelas minorias étnicas, refletindo forte senso de identidade grupal, que podem ganhar autonomia com relação aos processos de interação.

Para Hall, “as chamadas *minorias étnicas*” têm formado comunidades culturais fortemente marcadas e mantêm costumes e práticas sociais distintas na vida cotidiana, sobretudo nos contextos familiar e doméstico. Essas comunidades são étnicas e racialmente miscigenadas” (HALL, 2003, p. 65-66).

Deste modo, percebi algumas colocações das interlocutoras ao relatarem que são fruto “da mistura”, evidenciado nas discussões quando lhes foi perguntado a que etnia pertencia. Todavia, também entendemos que essa mistura é vista, muitas vezes, como positiva, pois se reforça o embranquecer em detrimento do enegrecer.

Não obstante, a discussão das culturas e dos povos, resta-me trazer para o debate o tema da identidade étnico-raciais para que possa entender como se dá a construção dessa identidade. Para elucidar quais os alicerces os constructos identitários étnico-raciais, Bento(2002) traz uma explicação que convence em sua fala, dizendo:

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais. (BENTO, 2002, p. 2).

Em geral, o branco não é considerado socialmente étnico, não tem raça por não ter etnicidade, já que a branquitude coloca qualquer pessoa num espaço de privilégios em detrimento de outros grupos étnicos como as etnias negras e indígenas. Os povos negros foram associados a uma cultura selvagem, primitiva e da barbárie e seus corpos foram hipersexualizados diferente de outros grupos.

Segundo Veiga (2019), psicologicamente a diáspora de um povo que forçadamente é arrancado das suas terras, da sua língua, dos laços afetivos na condição de escravizados está suscetível à perda considerável de suas referências e da sua identidade. O que a psicologia chama esse processo de transtorno de despersonalização, ou seja, o indivíduo perde a percepção sobre si mesmo.

A diáspora africana teve uma perda significativa das suas culturas e suas crenças, porém “resgatar a cultura africana por meio do canto, da dança e da espiritualidade foi fundamental na

preservação da saúde mental dos africanos”. (VEIGA, 2019, p. 245). Assim, muitos sobreviveram em terras brasileiras, perpetuando as heranças da África.

Contudo, para Veiga (2019), as marcas do modelo de escravizados perpetuaram na vida dos afrodescendentes pós-abolição mantendo-os nos espaços marginais territoriais e existenciais. O Brasil perpetuou dispositivos de políticas de embranquecimento da população, o que gerou privilégios para os brancos e subalternidade para os negros, suscitando as desigualdades sociais.

Para a educadora e filósofa Sueli Carneiro (2011), as políticas públicas foram ao longo da história do Brasil conduzidas para o embranquecimento dos seus descendentes, o que intensificou a imigração de europeus para as terras brasileiras. A autora traça um perfil dos espaços ocupados por essa comunidade no início dos anos 2010 e que ainda persiste nos dias atuais. A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado; 75% da população mais pobre são negros e negras; a renda per capita de famílias negras é 200% menor que a renda de famílias brancas; e que, apesar de ser mais de 54% da população nacional, os negros são minoria no Congresso, na Academia, na Televisão e em todos os espaços de poder da sociedade.

A posição ocupada pelos afrodescendentes brasileiros sempre foi a de desvantagem em detrimento aos brancos. A falta do acesso à educação, saúde e moradia de qualidade, às oportunidades de trabalho mantendo-os no subemprego, empurrando para a criminalidade, fizeram com que os índices da marginalização do negro fossem alarmantes.

Diante dessas questões apresentadas, entendo que este capítulo de análise foi o que mais potencializou a minha pesquisa, pois o curso deste Mestrado trata diretamente com as bases de estudo do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade. O enfoque das categorias encontradas nas discussões construídas no grupo focal foi decisivo para demonstrarem o quanto a construção étnica-racial das pesquisadas sofreu interferências nas vivências de cada interlocutora, de acordo com cada contexto vivenciado com suas famílias.

As discussões no item 3.1, apontam as práticas preconceituosas raciais e étnicas, evidenciando os marcadores cruzados que atingem as lésbicas, especialmente, as negras, de classe popular e masculinas.

No item 3.2, as interlocutoras trataram de como o discurso religioso judaico-cristão, entendido como um marcador étnico da branquitude, afeta a construção identitária das lésbicas partícipes da pesquisa, inclusive algumas delas evidenciam a lesbofobia intrafamiliar advinda desse discurso e se autoculpabilizam por conta de sua sexualidade, embora questionem alguns dos discursos dessas religiões em relação à lesbianidade.



#### 4.1 “Ela é negra, usa tranças, se veste como um menino praticamente e, quando a gente sai, o olhar é visivelmente voltado para ela”: interseccionando sexualidade, raça, classe e gênero.

**Eu me considero negra, e minha avó por parte de pai ela era índia, a vó por parte de mãe era bem branca e ela era racista, e ela casou com um “cabra” bem negro, e aí a maioria da minha família, dos meus tios são bem brancos, cabelo liso e tudo mais, e só tem dois negros que é a minha mãe e o irmão dela, e os outros são brancos” (SAKURA, 26 anos, lésbica, preta, graduanda em Letras, professora de Espanhol, grifo nosso).**

No Brasil se diz que “o racismo aqui é velado”. Todavia, questionamos essa ideia de um racismo não perceptível e defendemos que o racismo é evidente, estrutura a sociedade e repercute diretamente na população negra que é mais atingida. É um cenário em que as pessoas racialmente identificadas como negras convivem com vários tipos de violências e constrangimentos todos os dias.

Apesar do racismo em nossa sociedade, ficou explícito para algumas lésbicas participantes da pesquisa de que a raça e etnia não são uma questão que as afeta tanto quanto o ser lésbica, para outras, entretanto, ser negra e lésbica as colocam em lugar de maior marginalização. Entendemos que a branquitude se torna responsável por inviabilizar o reconhecimento étnico das sujeitas.

Em uma sociedade onde a branquitude polariza os discursos regulatórios de sexualidade, falar de lésbica negra é desafiar o modelo da “normalidade” da categoria de mulheres e de branca. Não obstante, a mentalidade pós-colonial, a mulher negra sempre foi tratada como uma subcategoria de mulher, num espaço delimitado para serviço doméstico e objeto de desejo pelo corpo.

Maria Aparecida Silva Bento, psicóloga social, dedicou-se ao estudo dos impactos sociais no Brasil causados por meio da branquitude para manter o negro ocupando espaços de opressão e discriminação, gerando desigualdades de classe, intelectual e econômica. Bento reitera de que, “no Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (BENTO, 2002, p. 1).

Entretanto, nos jornais diários como são gritantes os índices de criminalidade, a evasão escolar, o número de desempregados, os menores salários e a falta de representatividade política que a(o) negra(o) brasileira(o) ocupa. Aliás, vivemos numa sociedade de privilégios para brancos.

E quando se fala sobre a lésbica negra adentra-se a um espaço político importante da linguagem que determina efeitos de racismo na trama social contemporânea das mulheres. Embora reconhecendo a heterogeneidade que existe na categoria de lésbicas que vai desde raça e etnia à classe e geração.

Audre Lorde (1997), escritora caribenha-americana, feminista, mulherista<sup>53</sup>, lésbica e ativista dos direitos civis, destaca em seus escritos suas experiências particulares. Sua teorização está baseada nas diferenças de opressão que se inter-relacionam, criando um sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação.

Logo, a mulher lésbica negra é enredada nesses cruzamentos discriminatórios, já que as diferentes categorias que se inter cruzam produzem, em geral, opressões intensificadas e, portanto, “geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. [...] como dupla ou tripla discriminação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Pensar as interseccionalidades entre marcadores como identidade sexual, raça e classe social implica em se atentar que as categorias nem sempre são fenômenos mutuamente excludentes, pois sugere padrões que expõem as lésbicas em várias condições de subordinação continuamente por meio dos embates notados nas demonstrações públicas e institucionalizados de desigualdades, discriminações e vulnerabilidades sociais.

Crenshaw (2002), por meio do conceito de interseccionalidade, nos aponta o quanto as identidades sociais como sexualidade, etnia/raça, classe, religião e outras atravessam as identidades de gênero e produzem outras configurações.

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres. (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Na análise de Crenshaw, “a incorporação do gênero, no contexto da análise do racismo, não apenas traz à tona a discriminação racial contra as mulheres” (2002, p. 173), mas também outros tipos de abusos e violações dos direitos humanos. No caso dessa investigação incluímos também as questões de classe social e de identidade sexual. Uma lésbica negra da periferia é

---

<sup>53</sup> Mulheres afro-americanas que se definem como “feministas negras” e como “mulheristas” (COLLINS, 2017).

tida como a margem da margem, vivenciando diferentes processos discriminatórios continuamente.

Para discutir a questão étnica/racial no universo lésbico, no segundo grupo focal, realizado no dia 27 de outubro de 2018, abordei sobre como o grupo se compreendia em termos de identidades étnico-raciais e como essas identidades se imbricavam com a construção da lesbianidade. Serão apresentados trechos do grupo focal em que se podem ser discutidos os discursos produzidos pelas participantes da pesquisa.

A pergunta que norteou o momento do diálogo entre elas foi: E quanto às características raciais, como vocês se veem? Como vocês se identificam em termo de origem social e cultural? Primeiramente algumas delas falam um pouco de como se definem em termos raciais e depois elas adentram como isso afeta a forma como as lésbicas são vistas pela sociedade.

PESQUISADORA: E como você se define?

MARCELA: A gente nunca vai ter um grupo homogêneo, a gente sempre vai ter um grupo heterogêneo.

MASLOUVA: Eu acho que o fato não é ser branca ou preta. O fato não é branco ou preto, parda ou negra, independente do que seja, acho que o que importa é ser lésbica. Pra sociedade não importa se você é branco, preto, azul, amarelo, não importa. O que importa é que você é lésbica, hoje é a questão da sua orientação, que no Brasil infelizmente é um Brasil de gente, o Brasil é um país indígena e negro, o Brasil é isso aí e aquele povo ruim de Portugal, mas boa parte do Brasil ele é negro, é um país preconceituoso pra caralho, é um país muito preconceituoso, é um país extremamente preconceituoso, elitista. **O maior preconceito do Brasil hoje não é só pela cor, hoje o maior preconceito, e acho que é uma das coisas que tá mais em ascensão agora, principalmente nesta época de política, é a sexualidade, é eu ser mulher ou não, entendeu?**

TINA: **A mulher lésbica negra é bem pior, já é mais uma diferenciação de minoria que é marginalizada, que além de ser mulher, ela é lésbica e ainda é negra.**

MARCELA: Ela faz parte de três, porque assim, se a gente for olhar pelo exemplo. Pegando um exemplo, branco e uma pessoa que foi além de seu tempo, Maísa. Ela dizia, se eu tivesse que nascer de novo eu nasceria negra, homem, e talvez gay, por que para ela, essa era a forma de dizer assim, eu cheguei e eu quero mudar, e vai ser dessa forma, então a sociedade encara isso. A sociedade vai dividindo os grupos dessa forma: negros, homossexuais, **então se a pessoa ela é homossexual, ela é negra e ela é mulher, ela faz parte de três minorias. Se a gente for classificar, então vai ser sempre quem vai ser mais apontada, vai ser sempre a mulher negra e homossexual.**

SAKURA: É basicamente o que Marcela falou, eu acho que é isso. **Lá na universidade tem um professor que é gay, ele é negro, então assim, o olhar que alguém tem sobre ele por ele ser negro e gay é um olhar diferente do**

**que o olhar para quem é negro e hétero. Assim também é com a gente, mulheres, então se ela trabalha em um local público e é bem aceita por ser branca do cabelo liso e ter um aspecto mais... “padrão de beleza” ... É um padrão mais aceitável na sociedade, ela vai ter facilidades na vida dela que uma pessoa que é negra e lésbica não vai ter.**

(2º grupo focal realizado no dia 27 de outubro de 2018, grifo nosso).

Marcela começa a discussão evidenciando que a categoria lésbica nunca será um grupo homogêneo, mas heterogêneo, pois existem diferenças internas ao grupo.

Porém, Maslouva chama atenção para a questão das sexualidades e homossexualidades que foram extremamente atacadas e marginalizadas pelo momento político das eleições em detrimento da questão racial. Para ela, a questão racial não é um problema, o que é passível de ser contestado. Talvez, Maslouva não evidencie o preconceito étnico-racial, pois ocupa uma posição privilegiada por ser branca e aí não experiêcia ou visualiza o quanto os marcadores étnico-raciais regulam nossa sociedade.

Diferente de Maslouva, Tina, Marcela e Sakura concordam que a interseccionalidade das categorias de mulher lésbica e negra, pertencentes a três minorias classificatórias, produz uma maior exposição de discriminação do que a mulher lésbica e branca e, portanto a maior exclusão social.

Para essas últimas, as lésbicas negras estarão mais expostas ao desempoderamento pelos eixos do racismo e lesbofobia por evidenciarem atributos tidos como marginais e produzindo a desconfiança e aversão das pessoas. Crenshaw(2002) nomeia essas intersecções sexistas geradoras de violência de uma “subordinação interseccional intencional” afirmando que “os exemplos mais conhecidos de opressão interseccional são geralmente os mais trágicos: a violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia” (CRENSHAW, 2002, p. 178).

Existe uma lógica explícita de que as lésbicas negras tendem a ser vistas como subalternas da lesbianidade, num *continuum* poder da colonialidade de manter a mulher negra cativa em detrimento da branca, característica da “casa-grande<sup>54</sup>”. Para Ariana Mara Silva, “a construção simbólica desses sentidos implica a inferiorização de grupos inteiros e as violências

---

<sup>54</sup> Casa-Grande & Senzala é um livro do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, publicado em 1933. Freyre apresenta a importância da casa-grande na formação sociocultural brasileira, assim como a da senzala na complementação da primeira. Além disso, Casa-Grande & Senzala enfatiza a formação da sociedade brasileira no contexto da miscigenação entre os brancos, principalmente portugueses, dos escravos negros das várias nações africanas e dos diferentes povos indígenas que habitavam o Brasil. Na opinião de Freyre, a própria arquitetura da casa-grande expressaria o modo de organização social e política do Brasil, o patriarcalismo.

cotidianas e preconceitos diversos são naturalizados e internalizados sem reflexões críticas” (SILVA, 2017, p. 118), perpetuando a discriminação racial.

Ainda na continuidade desse segundo grupo focal, elas trazem a categoria classe social que se intersecciona com outros marcadores, provocando novas formas de subordinação.

MASLOUVA: [...] se ela é intelectual e ela tem posses, ela não vai passar a mesma situação que uma pessoa sem posses. **Vai passar por que a primeira diferença hoje que existe é a social, do rico e do pobre. É uma diferença escancarada, o rico independente de quem seja, sendo rico, não sofre nada, o pobre, seja quem for, vai comer o pão que o diabo amassou.**

MARCELA: **Taís Araújo é rica, bonita, atriz global e sofre preconceito até hoje.**

MASLOUVA: **Pela cor dela, pra ela é foda, é difícil, mas uma mulher pobre, tu acha que é mais fácil? Tu acha que uma pobre que sofre como ela sofre?**

SAKURA: Foi o que eu falei, isso agrega minorias...

TINA: O que ela quis dizer foi a questão do professor. Eles exercem a mesma função, só que **o olhar direcionado ao que é negro é totalmente diferente do olhar do outro que é branco.**

SAKURA: Sobre a questão de escolaridade, não sei se vocês viram, mas recentemente **teve uma reportagem de uma advogada que ela estava lá exercendo os trabalhos dela, no direito dela, e ela foi expulsa, tirada à força pelos seguranças. Você ser negra, mulher, ter escolaridade, não te impede de sofrer agressões e coisas desse tipo.**

SANDRA: Dani é negra e ela sofre preconceito pra caramba, principalmente quando a gente sai. **Ela é negra, usa tranças, se veste como um menino praticamente e quando a gente sai, o olhar é visivelmente voltado para ela.** Se estamos aqui conversando, às vezes ela vai, e quando eu vejo o povo foca mais nela, em relação a isso, esse olhar é de preconceito, principalmente quando a gente entra em lojas, e aí as vezes ela fica lá fora para estacionar a moto, **quando eu entro as pessoas vêm logo para me atender, e ninguém encosta nela.**

MARCELA: Isso, infelizmente, eu acho que nunca vai acabar.

MASLOUVA: Eu nem sou negra, nem posso me considerar negra igual meu pai, queria eu ter a cor que meu pai tem, ter o olho que meu pai tem, o cabelo, mas eu não sou considerada negra, e passo por isso, imagine, cansei de entrar em várias lojas aqui em Jequié, e passei preconceito inúmeras vezes, já passei por isso em Conquista, já passei por isso em Jequié e isso vai acontecer sempre, mesmo eu supostamente sendo branca, supostamente do cabelo liso.

SANDRA: Mas eu já passei por uma situação em uma loja aqui, que essa loja eu não piso os pés nem aqui nem na China.

MASLOUVA: Eu sei que tem gente que já foca na cor da pele na orientação sexual e a gente consegue perceber porque em algumas pessoas é nítido, **mas**

**a maioria das pessoas, neste diferenciação social, ela não olha para sua pele, olha para o que você tá vestida. É fato, isso chega a ser nojento, porque você tem que saber como se vestir como se portar para ser bem atendido, sendo que você não precisa ir bem vestido, para ser bem atendido por que você é cliente...** Isso é obrigação, eu nunca tinha trabalhado com vendas. Há cinco meses atrás quando eu comecei, uma das coisas primordiais nos nossos treinamentos era isso pode ser um adolescente, ou pode ser um adulto, pode estar descalço ou pode estar vestido, pode estar da forma que for, ele tem que ser bem atendido, por que muitas vezes é o pobre que vai comprar. **Hoje, infelizmente, o que as pessoas mais vão olhar é o que você tá vestido e depois a cor dele, sua postura.**

MARCELA: Eu costumo dizer que teu olhar te engana, e isso serve para qualquer coisa na vida.

SAKURA: Há pessoas que são racistas e outras que não. **Se um negro entrar em uma loja de um racista mesmo todo de ouro, ele vai sofrer racismo do mesmo jeito.**

(2º grupo focal realizado no dia 27 de outubro de 2018, grifo nosso).

No primeiro grupo focal realizado no dia 06 de outubro de 2018, Daniela evidenciou que as lésbicas bofes eram mais discriminadas do que as ladies por apresentarem uma performance masculina que está desalinhada daquilo que se espera para as mulheres. No segundo grupo focal, compreendi que, para além disso, os marcadores de classe e racial ao cruzarem entre si e com outros interferem, sobretudo, na construção das subjetividades das lésbicas.

Sandra assume que sua companheira Daniela é lida, em um primeiro momento, por conta de três marcadores que se cruzam nesse emaranhado envolvendo sexualidade, raça e gênero e, portanto, é constantemente tratada com desprezo e aversão, especialmente nas lojas que elas frequentam, o que não acontece com Sandra.

Talvez ser negra e masculinizada coloque Daniela em um lugar de maior rejeição do que Sandra, em um lugar de subordinação e, portanto, sem qualquer privilégio. Segundo Bento(2002), “no campo da teoria da discriminação como interesse, a noção de privilégio é essencial. A discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito” (BENTO, 2002, p. 2-3).

Discutir a leitura feita sobre a lésbica negra masculinizada é uma questão importante para esse debate, visto que, existe uma tríplice marcação negativa em relação às normas de sexualidade, raça e gênero. Portanto, a Daniela contesta a hegemonia heteronormativa dos parâmetros estabelecidos para se pensar o papel a mulher em nossa sociedade.

Outra questão que gerou debate no diálogo é o quanto pertencer a uma classe social mais favorecida pode diminuir ou impedir o preconceito racial. Marcela traz o exemplo da atriz Taís Araújo que mesmo sendo uma mulher heterossexual e de classe média, isso não diminuiu o racismo que ela vivencia no seu cotidiano. Ao trazer o caso Taís Araújo, elas se reportam sobre as diferentes situações de racismo que a atriz vivencia, inclusive em 2015, ela foi alvo de vários comentários racistas e discursos de ódio em seu *Facebook*. Frases como “Te pago com banana” ou “Me empresta seu cabelo aí pra eu lavar louça”<sup>55</sup> foram postadas na sua página, evidenciando o quanto o racismo é estrutural em nossa sociedade operando nas diferentes classes sociais.

Outro exemplo recente, se configura na filha de Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso que foi vítima de racismo. Titi<sup>56</sup>, filha do casal global, foi alvo de preconceito racista na internet. A menina de 4 anos foi agredida em um vídeo gravado pela blogueira e socialite Day McCarthy. Titi é adotada e negra. Seu pai se manifestou nas redes sociais, em resposta ao crime de racismo a blogueira com uma frase da professora e filósofa americana Ângela Davis: “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”.

Sakura traz o episódio ocorrido em setembro de 2018 em que a advogada Valéria Lúcia dos Santos que fora algemada, arrastada e expulsa de um tribunal pela juíza leiga Ethel de Vasconcelos após discussão e que sua condição de ocupar uma profissão que atua como defensora das leis não foi suficiente para impedi-la de ser retirada do recinto por policiais militares. Fica, então, o questionamento: de que forma a identidade étnico-racial da advogada como negra interferiu na forma como a juíza agiu? Como a juíza agiria se fosse uma advogada branca? Ou se fosse um advogado branco?

Em nossa sociedade, o racismo é crime desde a Constituição de 1988<sup>57</sup>. A bancada antirracista e seus aliados conseguiram aprovar na Constituição de 1988 a proposta que tornou a prática do racismo crime sujeitos a pena de prisão, inafiançável e imprescritível. Com essa norma constitucional, foi aberto o caminho para o resgate da cidadania da população negra.

Em 1989, o Congresso aprovou a proposta do deputado Luiz Alberto Caó (lei 7.716/89) que passou a ser conhecida como Lei Caó. Essa lei explicitou os crimes de racismo de acordo com o novo conceito da Constituição. A legislação brasileira já definia desde 1951 com a Lei Afonso Arinos (lei 1.390/51), os primeiros conceitos de racismo, apesar de não classificar como crime e sim como contravenção penal (ato delituoso de menor gravidade que o crime).

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://cutt.ly/2jHoWTx>.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://cutt.ly/wjHoY9l>.

<sup>57</sup> Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://cutt.ly/YjHoHHz>

Entretanto, mesmo com os mecanismos legais, o racismo ainda se evidencia em nossa sociedade e recentemente com a intensificação da onda conservadora fundamentalista, muitas pessoas se sentiram autorizadas em marginalizar a comunidade negra retomando por meio de diferentes formas de violência, o ódio contra negras e negros.

Para a feminista negra e educadora Tatiana Nascimento, cenários que envolvem práticas brutais contra a mulher negra existem com o intuito de condenação a não existência e a subalternidade. Para Tatiana, mesmo que a mulher negra possa negar a sua:

[...] própria referência em sua vida, por mais que essa vida seja forjada em termos de disputas raciais e étnicas com uma hegemonia embranquecedora, pois é hegemônica, mas não é total, não é a opressão sufocante à qual não há resistência possível. (NASCIMENTO, 2017, p. 140).

Por outro lado, o racismo pode ganhar maiores contornos quando se intersecciona com a lesbofobia, o classismo e o sexismo, tornando as lésbicas negras de classes populares e masculinizadas um alvo maior dessas violências.

Maslouva se posiciona entendendo que a classe social é um fator preponderante frente a outros marcadores, colocando isso como centralidade. Embora entenda que o pertencimento em uma determinada classe social nos constrói de uma determinada maneira na sociedade, não posso por outro lado, desconsiderar como outros marcadores como raça continuem produzindo efeitos nas(os) sujeitas(os), mesmo que ascendam socialmente. Por outro lado, ser uma lésbica negra pobre difere de uma lésbica negra de classe média ou alta.

No trabalho de Gilberta Soares, ela argumenta que:

[...] conhecer a experiência de mulheres lésbicas, negras e de camadas urbanas de baixa renda significa visibilizar sujeitos em posição de subalternidade, potencializada na intersecção entre os marcadores de sexualidade, gênero, raça, classe social e geração. (SOARES, 2016, p. 21).

De modo que, lésbicas negras de baixa renda sofrem maiores discriminações e preconceitos sociais pelas práticas racistas institucionalizadas e econômicas, pois lhes são negado o direito à equidade racial e de classe em comparação com as lésbicas brancas e de classe média. Em sua tese de doutorado, Gilberta Soares conclui que discutir sobre “as mulheres lésbicas, negras e de camadas urbanas de baixa renda significa visibilizar sujeitas(os) em posição de subalternidade, potencializada na intersecção entre os marcadores de sexualidade, gênero, raça, classe social e geração” (SOARES, 2016, p. 21). Este estudo de Soares trouxe grandes evidências de que as lésbicas negras masculinizadas de baixa renda são ainda mais agredidas.



Por meio da perspectiva decolonial, Tanya L. Saunders (2017) nos instiga a pensar em uma epistemologia negra sapatão em que se questione o projeto colonial que transformou aqueles e aquelas que não eram brancos, cristãos, heterossexuais e de classe média em não humanos, incluindo-se aqui as lésbicas negras. Neste olhar colonial, a lésbica negra é um não humano associada a um corpo com uma sexualidade imoral que precisa ser corrigida ou eliminada ou com um corpo que deve estar subjugado aos desejos dos homens cisgêneros brancos. Isso intensifica o ódio contra as lésbicas negras, em especial, quando são masculinizadas.

Em outro trabalho, realizado por Igor Leonardo de Santana Torres e Lilian Alves Moura de Jesus (2017), isso também é problematizado. Ele e ela realizaram uma análise interseccional a fim de discutir como os entrelaçamentos entre marcadores sociais de sexualidade, gênero, raça e classe social intensificam os processos de sobreposição das opressões subsidiando, por exemplo, a violência policial que matou Luana Barbosa dos Reis, uma mulher negra, lésbica e moradora da periferia de Ribeirão Preto-SP, no dia 09 de abril de 2016.

Luana ia levar seu filho de 14 anos para um curso de informática quando foi surpreendida por três policiais que abordaram-na para revista. Ela solicitou uma policial feminina para revistá-la, mas os policiais não atenderam ao pedido dela e começaram a agredi-la enquanto ela avisava que era mulher e que não havia feito nada. Ao revidar a agressão que estava sofrendo, Luana foi mais torturada chegando à delegacia praticamente desfigurada. Ela morreu cinco dias após ser internada no hospital e o laudo médico confirmou a morte por isquemia cerebral decorrente do espancamento. No mesmo dia em que foi espancada, Luana já tinha sido enquadrada quatro vezes pela polícia. Luana era uma pessoa que questionava os padrões de gênero esperado para as mulheres. Por ser uma lésbica masculinizada, negra e da periferia isso a empurrou para o lugar de abjeto, alguém visto sempre em atitude suspeita, um marginal em potencial como tantos outros homens negros da periferia do nosso país.

No texto, Torres e Jesus (2017) também trazem um relato da irmã de Luana que diz o quanto o fato dela ser lida como homem negro pobre a ameaçava em festas, pois às vezes os rapazes queriam agredi-la e como isso também contribuiu para a sua morte violenta e cruel. Concordo com as autoras quando dizem:

A polícia participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social que, no caso brasileiro, é racista, LGBT+fóbica e criminalizante da pobreza. Somado a isso tem-se a violência estrutural/oficial transmutada em agressão direta aos indivíduos, especialmente aos pobres e negros, devido à ausência de controles institucionais internos e externos ao aparelho policial. A consequência desse descontrole generalizado (alinhado ao corporativismo dos

agentes do Estado) é o surgimento de formas de vitimização e insegurança que favorecem a intolerância e servem como álibis para abusos policiais. (TORRES; JESUS, 2017, p. 143).

Ao trazer o caso de Luana, posso relacionar com as várias situações de discriminação que Daniela vivencia também por ser uma lésbica negra masculinizada. Conforme dito pela sua companheira Sandra, muitos a rechaçam com o olhar e a desprezam ao não atendê-la nos vários estabelecimentos. O regime político da cisheteronormatividade opera de tal forma que produz continuamente tantas Danielas e Luanas como abjetos, não-sujeitas ou vidas que não importam.

As lésbicas negras além de vivenciarem as violências até aqui relatadas, também são estigmatizadas diante da erotização excessiva e da hipersexualização dos seus corpos. Esse estigma ficou evidenciado no relato de assédio sofrido por Daniela advindo de uma professora que trabalhava na mesma escola que ela. Acompanhe o recorte deste depoimento:

**DANIELA:** No começo do ano eu fui chamada pra trabalhar num colégio lá perto de casa. Eu dei aula numa sala, aí no segundo horário pra outra, dei aula e não vi essa professora da sala [inaudível]... **Sabe quando você dá de cara com a pessoa, tipo “Ui!”. “Oi, tudo bem?” e veio passando a mão em mim. “Tudo”. “Prazer, meu nome é “fulana”, é Dani, né?” aí eu falei “Sim”. Eu cheguei em casa, ela mandou solicitação no Facebook. Eu aceitei. Já sei qual é a pergunta, é se eu gosto de mulher... sim, eu gosto de mulher”. “Ah, tu já teve relação a três?” Eu falei “como assim? Oi? Ei? Hã?”, “Com homem e com mulher ao mesmo tempo?” Eu falei “Aiii, que nojo. Não”! Aí bom “Fiz um bolo de chocolate, tá lá na sala dos professores, bora lá comer”, “Só a gente?”, “É”, “Ah, tá bom, depois eu vou”. Minha mãe já pegou ela fazendo chamada de vídeo pra mim. Na hora que eu atendi, tá a mulher com os ‘peitão’ assim. Tipo, eu “Jesus Cristo, estou com minha mãe, no meu quarto”. “Ah, não quer vir aqui em casa não, pra gente tomar uma Skol?” Eu falei: “Não estou bebendo não. Cadê teu marido?”, “Tá trabalhando”, Ela dava em cima de mim, me falava que tinha curiosidade – “Ah, eu tenho tanta curiosidade de ficar com mulher, que não sei o quê...”. Eu falei: “Ah, tá bom, sei”, “Deve ser bom, né?”.**

(1º grupo focal realizado no dia 06 de outubro de 2018, grifo nosso).

No primeiro grupo focal realizado no dia 06 de outubro de 2018, Daniela trouxe esse caso de assédio que ela vivenciou quando era professora. Conforme Daniela, a colega da escola a assediou de várias maneiras: mandou solicitação no *Facebook*, fez um bolo de chocolate, perguntou se ela já teve relação sexual a três, mostrou os seios em uma ligação de vídeo e convidou-a para tomar uma cerveja na casa dela. Na fala de Daniela, percebemos como o corpo negro feminino lésbico é objetificado.

Ariana Mara Silva (2017), ao investigar as construções identitárias de quatro lésbicas negras ativistas do movimento de mulheres e de lésbicas brasileiro, por meio da história de vida,

ressaltou a presença de uma hipersexualização dos corpos das mulheres negras, como se essas tivessem uma sensualidade libidinosa e uma sexualidade depravada e incontrolável. Algumas militantes relataram que outras lésbicas brancas as viam também como um fetiche e que eram assediadas por mulheres heterossexuais casadas.

Existe uma estigmatização por associar à mulher negra como animais sexuais, como coisa do sexo fácil. Isso é intensificado no imaginário masculino do erotismo e potencializado na quantidade de estupro sofrido na grande maioria das mulheres negras em detrimento das brancas.

No próximo subitem, apresento como a religião é um elemento construtor de discriminação na produção da identidade lésbica.

#### **4.2 “A igreja católica te condena, a igreja evangélica te condena”: o discurso religioso judaico-cristão afetando a construção da identidade lésbica**

Às vezes eu penso: se amar é pecado, será que Deus vai me abominar por amar uma pessoa do mesmo sexo que o meu? Eu não pedi pra ser assim e todas às vezes eu pergunto a Deus por que Ele me fez desse jeito e por que eu nasci assim? Eu não pedi pra ser lésbica e não escolhi de uma hora pra outra”  
(**DANIELA, 21 anos, lésbica, negra, possui o Ensino Médio, professora de capoeira**).

Ao analisar os grupos focais realizados, uma instância de regulação que apareceu como instituição reguladora foi a religião, assim, entendo que o discurso religioso afeta a construção identitária das lésbicas pesquisadas e, portanto, de suas subjetividades. Percebo que num dado momento das discussões ficou evidenciado no grupo focal no primeiro encontro que tinha como tema Identidade Lésbica, que as interlocutoras problematizaram suas percepções identitárias por meio de elementos construtores étnicos religiosos que fazem parte da cultura a que pertencem.

Neste caso, o discurso religioso judaico-cristão foi preponderante em alguns dos enunciados ensinando as lésbicas em como viver suas vidas. É sabido que a religião ocidental judaico-cristão produziu a homossexualidade como algo não divino, portanto antinatural para aquelas(es) que tinham relações sexuais com o mesmo sexo.

Trarei agora um trecho do primeiro grupo focal realizado no dia 06 de outubro de 2018, no qual o discurso religioso opera na produção das lésbicas e em seus modos de viver a sua sexualidade. Esse trecho é longo porque nossa intenção é apresentar também como elas vão construindo os enunciados sobre a regulação da instituição religiosa em suas vidas.

MASLOUVA: Marcela tem base religiosa, porque Marcela é crente (Cristã), não segue nenhuma igreja, mas quando quer frequentar, frequenta a evangélica, vai comigo, de vez em quando, na católica, porque a gente reveza um domingo na católica, um domingo na evangélica. A gente faz esse mistozinho dentro de casa. Mas ela tem o apego. Ela dá o dízimo dela todo mês. Ela tem totalmente fé, e tudo o que acontece na vida dela, ela agradece. Quando acontece alguma coisa ruim, ela volta, ora, pede, e sabe que tudo tem seu tempo certo pra acontecer. **E Marcela hoje é muito mais apegada a esse sentimento do que eu que nasci, vivi, morei a vida inteira ali. E ela acha que isso é coisa do demônio. Mainha acha que isso é coisa do demônio “Na bíblia fala que o homem é pra mulher, e a mulher foi feita do homem”. Eu fico tentando entender o porquê, direto eu pergunto isso pra Marcela, quando eu tô muito chateada eu pergunto pra Marcela “Por que que a religião, o protestantismo, catolicismo, por que elas têm esse poder, essa coisa tão forte, tão enraizada nas pessoas, que conseguem cegar as pessoas?”**, e eu não tô falando de Deus, não. Porque Deus, ele é único, absoluto, ele é amor acima de qualquer coisa. Eu tô falando da religião, daquela bíblia, daquilo que prega. **As pessoas leem uma coisa na bíblia e interpretam de forma totalmente diferente. Não tem nada a ver isso, velho, que você tá lendo aqui. Não é assim que as coisas funcionam, mas tem aquele poder enraizado, aquela coisa encruada que fazem cegar, faz machucar, gente. É muito doloroso, eu já cansei de chorar. Nossa! Perdi as contas de quantas vezes...**

MARCELA: **A gente já tá tão acostumada com isso que quando a gente se identifica que a gente é lésbica, a gente pensa: “O que eu tenho de errado? O que eu fiz de errado?”**. Mas no período que eu comecei a ler e começar a entender, muitas vezes... o que tá na bíblia não é o que o povo fala dela. **A gente vê que todo mundo tem os seus erros, ou todo mundo tem os seus apegos.** Davi era apegado às mulheres dele, por exemplo. **Então se a gente souber interpretar, a gente vai perceber que cada um tem seus apegos, então não adianta o católico ou protestante virar pra mim e falar “Você tá errada”.** Nossa, eu tô errada, beleza. **Mas se a gente for seguir os mandamentos, lá também tá “Não adulterarás”, e tu adultera. “Não fornicarás”, e tu fornicar. Entendeu? “Não roubarás”, “Não desejarás a mulher do outro”, tá tudo lá. Então a gente só lê o que é conveniente pra gente.** E é isso que às vezes, quando o religioso, ele vem debater comigo, eu falo “olha, eu não sou leiga, mas eu não vou discutir com você, que é leigo. Volta lá, lê de novo e depois a gente conversa”, porque você acaba perdendo tempo com essas pessoas. **Eu costumo dizer sempre: as pessoas perdem o foco de Jesus, pra hoje trazer de volta o egocentrismo. Hoje ninguém tem mais... é... o cristianismo, hoje, é o egocentrismo – “É assim, tem que ser do meu jeito. Se não for do meu jeito tu não tá aceito. A igreja católica te condena. A igreja evangélica te condena, tu não segue os padrões, é dessa forma, se tu não é assim, problema é seu, agora, a gente vai te julgar, a gente vai te apontar”. É assim que funciona.**

SAKURA: Não. Tipo assim. Desde que eu tinha 7 anos de idade, meu pai e meus irmãos iam pra igreja evangélica. Aí ele ficou indo até uns 10 anos, quando ele se separou de minha mãe, só que minha irmã continuou indo, só que pra outra igreja. **Aí, durante minha adolescência, às vezes eu ia, mas nunca fui, nunca me considerei evangélica. Só depois de... em 2012 que eu fui e, de fato, até me batizei, e aí foi depois de uma decepção terrível na**

**minha vida. Passei 2 anos, de 2012 a 2014. Aí eu vi que não era pra mim, porque eu não conseguia seguir aquilo.** Então eu falei “Não é pra mim, não vou mais”, mas é como vocês disseram, tenho esse lado espiritualizado, sabe, embora eu não seja religiosa. **Mas quanto a isso, nunca me condenei por achar que é certo e não é certo, nada disso, e minha mãe até hoje fica falando que eu não vou pra igreja.** Ela tem isso. Ela também não é evangélica, mas ela vai de vez em quando...

RAFA: Bom, eu também cresci no meio católico, minha família participa de vários grupos da igreja católica, no JUEC<sup>58</sup>, então também vim de lá, também, daquela base. E quando eu comecei a ter os primeiros, que a gente sente diferente, vamos dizer assim, a gente vai se questionando. **Aí o padre vai falando certas coisas, e a gente vai se questionando “o que que tá acontecendo comigo? Por que isso tá acontecendo?” E a gente vai tendo aqueles questionamentos.** E é isso. Eu vim dessa base, meus pais, minha mãe, meu avô também é muito católico, e aí tem esses questionamentos...

MASLOUVA: [Inaudível] diferente de Marcela, eu sou muito emoção. Eu me deixo abater demais, às vezes, por coisas assim, que exteriormente podem ser pequenas, mas naquele momento pra mim foi algo que me deixei me abater muito, eu fico muito pra baixo. Eu sou muito emoção. Já Marcela não. Ela consegue, tipo assim, ela sente, claro que sente, too mundo sente, é do ser humano, mas ela consegue, de forma objetiva, se sair daquilo. Eu não. Eu fico... Nossa, mãe do céu! **Aí eu volto e falo “meu Deus, o que que eu fiz? Porque isso tá acontecendo? Será que isso é um erro de verdade? Será que é tão errado, é tão ruim, é tão feio ser dessa forma?”** [Voz ao fundo – Meu Deus, tira isso da minha cabeça... essas coisas que a gente fica tentando seguir aquelas palavras que eles falam, aquela leitura do catolicismo, e a gente fica se questionando].

(1º grupo focal realizado no dia 06 de outubro de 2018, grifo nosso).

Maslouva é quem, inicialmente, traz o quanto a religião interfere na construção identitária delas, apontando que para a sua religião católica e também para a evangélica, religião de sua namorada Marcela, a lesbianidade é tida como prática demoníaca e não divina. A lesbianidade é entendida dessa forma, pois, a bíblia desaprova a relação entre duas mulheres ou dois homens. Como dito por Maslouva: “Na bíblia fala que o homem é pra mulher, e a mulher foi feita do homem”, sendo assim, não pode haver um relacionamento entre mulheres ou entre homens.

Apesar de trazer essa citação da bíblia, Maslouva não concorda com a forma como as igrejas utilizam dos escritos bíblicos, interpretando segundo os seus interesses e, mais do que isso, segundo ela, essa forma de olhar para os ensinamentos religiosos torna as pessoas cegas, não enxergando mais nada, além disso. É interessante que ela reitera que não está questionando Deus em si, mas as pessoas que disseminam essas religiosidades.

<sup>58</sup> Sigla de um grupo da Igreja Católica intitulado Juventude Unida em Cristo.

Marcela reitera o que Maslouva disse e acrescenta que as(os) adeptas(os) dessas religiões judaico-cristãs leem a bíblia conforme a conveniência para elas(es) tirando o foco de Jesus e, de alguma forma, julgando as outras pessoas e condenando-as. Além disso, ela relata que todas as pessoas têm seus erros ou apegos, como o adultério, o roubo, a fornicção, e que, por isso, não deveriam julgar as outras pessoas, como ela que é lésbica. De alguma forma, ao fazer isso, Marcela configura a lesbianidade como um apego ou um erro.

De outro modo, Marcela diz que ela e Maslouva se autoquestionam sobre o que apresentariam de errado ou o que fizeram erroneamente, perguntas essas também feitas por Rafa para si mesma. Perguntas como: “o que está acontecendo? Ou por que isso está acontecendo?” ainda as perseguem.

Para o neurologista e psiquiatra alemão, Wilhelm Griesinger, muitas formas de melancolias são causadas pelo temor da simbolização religiosa, assegurando que:

[...] dá-se o nome de melancolia religiosa a essa forma de melancolia em que o delírio gira principalmente em torno das representações religiosas, da ideia de que se cometeram grandes pecados, do medo de suplícios do inferno, da ideia de que se é rejeitado por Deus, etc. (GRIESINGER, 2002, p. 37).

De alguma forma, há um discurso religioso de autoculpabilização, como se a identidade lésbica fosse um castigo ou mau por terem cometido algum erro. Nesse enunciado a lesbianidade seria entendida como uma imperfeição, algo indesejável, sem beleza e que atinge aquelas que não praticaram o que as igrejas entendem como correto, assim ser lésbica passa a ser visto como prática errada.

Analisando as interlocutoras quando demonstram culpa e, portanto o castigo como punição por sua orientação sexual, isso nos remeteu a obra foucaultiana, “*Vigiar e Punir*”. Trata-se de um estudo do século XIX em que Foucault (1987) discute como o controle social é exercido nas instituições para manipular as(os) sujeitas(os) por meio da coerção e do suplício moral, forjados a partir das regulações normativas.

Entendemos que o discurso religioso é operante e potente, logo, captura algumas participantes e, de alguma forma, regula a vivência da lesbianidade causando várias inquietações. Uma delas é que na família se questionam a identidade das pesquisadas com base nesses argumentos, ou seja, nos discursos religiosos que entendem a lesbianidade como pecado, passível de ser corrigido.

Para sustentar analiticamente nossas percepções discursivas, recorreremos ao antropólogo Marcelo Tavares Natividade, um dos estudiosos do assunto, ao afirmar que:

[...] o tema da exclusão da diversidade sexual pelas religiões despontou, por meio de uma crítica à homofobia supostamente presente na tradição cristã e à consequente vinculação de tal prática sexual ao tema do pecado, da “abominação”, da antinatureza. (NATIVIDADE, 2010, p. 92).

De alguma maneira, Marcela, Maslouva e Rafa ainda não se desvencilharam desse discurso, já que se pegam muitas vezes construindo-o para si mesmas. Talvez, a ideia de transgressoras da lei divina ainda persista em seus pensamentos. Esse discurso religioso que torna a lesbianidade como demoníaca ou como erro causa dor e sofrimento conforme apresenta Maslouva que, ademais, não tem ideia de quanto já chorou por conta disso.

Preconizando o discurso eclesástico, o professor em Ciências Religiosas, Dr. Lucas Edgardo Leal (2017), em um trabalho científico intitulado *Identidad sexual y pertenencia eclesial. Derroteros de visibilidad en trayectorias de gays católicos*, retrata que os avanços conquistados pela Argentina como reconhecimento de vanguarda legislativa da Lei de Educação Sexual Integral, em 2006; a Lei de Matrimônio Igualitário, em 2010; e a Lei de Identidade de Gênero, em 2012 não foram suficientes para que a Igreja Católica valorizasse e reconhecesse a comunidade LGBTTI+, utilizando-se ainda de discursos que persistem em estigmatizar a diversidade de gênero e sexual.

Para o autor, a religião judaico-cristã ainda tem favorecido e sustentado o patriarcalismo e a ordem regulatória heteronormativa. Em suas palavras:

El más habitual supone una relación antagónica entre la religión y la diversidad sexual. La religión, desde esta perspectiva, tiende a ser considerada como un factor principal en el sostenimiento y legitimación del patriarcado y la heteronormatividad como sistemas de dominación. (LEAL, 2017, p. 264).

Tal assertiva nos leva a ponderar que o discurso religioso construído na Argentina é semelhante ao produzido no Brasil. Inclusive, há um paradoxo, uma contradição quando a comunidade LGBTTI+ vivencia uma crença (assumindo-se cristãs/cristãos) que nega a sua existência. Para superar esse conflito, muitas(os) sujeitas(os) fazem uma (re)interpretação destes discursos com o pensamento de que ‘Deus é amor’, ainda que as(os) mantenha em espaços discriminados das igrejas sem uma rede de apoio eclesial.

No caso de nossa pesquisa, o discurso religioso judaico-cristão afeta a construção identitária de algumas lésbicas participantes no sentido de gerar uma inconformidade em torno da sua identidade, visto que não foi algo escolhido, se configurando como um espaço de muitos desconfortos. Ao tempo que gera tensões de autorejeição e conflitos por não recusarem a própria religiosidade, embora questionem alguns dogmas dessa religiosidade, como exemplo aquele que entende a lesbianidade como abominação demoníaca e, portanto, prática do pecado.

Isso significa que esse discurso religioso judaico-cristão tem força e que não se pode desconsiderar. Entretanto, para Foucault (2008) todo discurso é histórico, podendo ter suas fissuras e desdobramentos pela interpretação que as(os) sujeitas(os) fazem dos elementos do discurso, ainda que sejam de caráter sagrado. Segundo sua análise:

O sujeito do discurso pode ocupar (como sujeito que observa sem mediação instrumental, como sujeito que tira da pluralidade perceptiva os únicos elementos da estrutura, como sujeito que transcreve esses elementos em um vocabulário codificado etc.), há um certo número de coexistências entre os enunciados que são excluídos (como, por exemplo, a reativação erudita do já dito, ou o comentário exegético de um texto sacralizado). (FOUCAULT, 2008, p. 81).

Por exemplo, Rafa era envolvida em um grupo católico em que a participação de lésbicas e gays é mantida pela relação muito mais pelo divino e não tanto pelo que se ouve das pessoas. Ela afirmou que:

**RAFA: “... tem um grupo que eu sempre participei da igreja católica. A gente vê pessoas que são gays, lésbicas, e continuam lá ainda. [Inaudível] eu acho que a gente não pensa dessa forma em relação ao que, na bíblia não tá falando sobre isso, que não nos negou. Então a gente, pelo que eu vejo, todo mundo preza, pelo amor, o que mede a gente dentro dali. Se a gente fosse pelo que o padre fala, pelos outros que estão ali, que convive, que preza, a religião católica, eles, se a gente for seguir por aquilo que eles falam, muitas pessoas não estariam ali frequentando, porque eu vejo pessoas que são, que frequentam mas não prezam desta forma, de ser subjugado pelo que o padre fala. Se fosse assim, muita gente não iria. Então eu acho que preza o amor mesmo, a relação com Deus. Com Jesus”.**

(1º grupo focal realizado no dia 06 de outubro de 2018).

Rafa nos relata que no grupo não se reconhece tudo aquilo que o padre fala e preza, mas pelo amor incondicional por Deus e Jesus. De qualquer maneira, conforme o discurso religioso judaico-cristão, a norma é a forma de proibir as vivências amorosas e sexuais dessas sujeitas. Mesmo quando há certa aceitação dessas lesbianidades, elas são pensadas a partir de um modelo heteronormativo “moldado por uma complexa malha de regulações que abarcam distintos saberes e poderes, incluindo o religioso”. (NATIVIDADE, 2010, p. 91).

Contudo, na contramão do discurso religioso trazido por Maslouva, Marcela e Rafa, Sakura rompe com o controle desse discurso e escapa da regulação das práticas religiosas judaico-cristãs em detrimento de sua autoatribuição lésbica. Ela descreve as significações de religiosidade do período em que esteve ligada à igreja evangélica, traçando sua trajetória desde a infância e suas percepções enquanto lésbica. Ela frequentava a igreja e chegou a se batizar, mas depois reconheceu que aquela religião não era para ela.



Embora ela tenha experienciado a igreja evangélica, ela já não se vê como tal e reitera que nunca se condenou por acreditar que ser lésbica poderia ou não ser correto.

Neste contexto, recorri ao filósofo francês Jacques Derrida (1995), em sua obra “*Salvo o Nome*”, como uma proposta de desconstrução do impossível ao humano, numa linguagem teológica negativa. Trata-se de uma crítica a uma religião institucional, pois é uma representação política.

Para Derrida, a desconstrução da religião se apresenta num atitude não teísta<sup>59</sup>, com um pensamento que procede de uma teologia radical ao querer afirmar o desejo de Deus, “simulando saber que é um discurso de teologia negativa, com seus traços determinados e sua inclinação própria” (DERRIDA, 1995, p. 11), com efeito de uma visão sociopolítica, institucional ou até mesmo eclesial<sup>60</sup>.

Desta forma, posso dizer que Sakura rompeu com as religiões judaico-cristãs por estas vincularem-se aos conceitos e práticas heteronormativas. Assim, como a heteronormatividade, nesses termos, os dogmas religiosos ferem a integridade humana de liberdade para vivenciar sua lesbianidade.

---

<sup>59</sup> O teísmo compreende a crença em um Deus criador considerado onipotente e onisciente (LUCA-NORONHA; SANT’ANNA, 2018, p. 504).

## 5 E AGORA? O QUE ESSA PESQUISA DEIXOU DE RASTROS E QUE NOVOS CAMINHOS TOMAR?

Quando comecei meus estudos de aproximação com as sujeitas desta pesquisa, não tinha como imaginar o efeito que me causaria. Fui me transformando e me colocando como mulher em cada história ouvida e sentida. Pude vivenciar com oito mulheres que, iguais a mim, temos muito a aprender e a conquistar, falo dos meus 54 anos de idade. Cheguei até aqui e me pergunto: “*E agora José?*”

O poema *José* de Carlos Drummond de Andrade foi publicado originalmente em 1942, na coletânea *Poesias* e retrata o estado de incompletude do indivíduo. *Incompletude*, esta é a sensação que experimento neste momento por entender que poderia adentrar muito mais às discussões, entretanto, faz-se necessário entender que este estudo é fruto de problematizações originadas das minhas inquietações vividas nas quatro paredes da minha clínica nas sessões de psicologia. Em determinado momento, comecei a atender muitas mulheres em conflitos com suas emoções e afetadas psicologicamente por questionarem sua sexualidade. Explorei, *a priori*, pedagogicamente para embrenhar-me em outros espaços.

Este trabalho é o primeiro de muitos que virão na UESB e que ele sirva de convite para debates, discussões e desconstruções dos estereótipos relacionados às multiplicidade de ser lésbica. Com a pesquisa tentei responder a questão norteadora e explorar os seus objetivos, mas hoje percebo que chego até aqui com a convicção que foi para além das análises porque o resultado também em mim e, quem sabe nelas, é extraordinário.

Como primeiro efeito, o reconhecimento da mulher lésbica como cidadã participativa, sócio e politicamente atuante como membro de uma sociedade; autora da sua própria história e agente dos enfrentamentos e conquistas diárias; e como segundo efeito, a resistência da lésbica em encarar e superar os discursos patriarcais e machistas e cisheteronormativos, aqueles que vão de encontro à liberdade de direitos e subalternizam a mulher.

Destarte, apresento pontos de análises evidenciados nas falas das interlocutoras: a produção da lésbica é algo que vem e volta várias vezes no texto apresentado e nas discussões do grupo focal. A discussão de produção de lésbica feminina é algo recorrente nas discussões. Não existe uma única maneira de ser lésbica, há aquelas que estão mais relacionadas com a identidade de lésbica bofe ou masculinizada, sendo as mais vulneráveis e que são mais perseguidas de alguma forma, são mais contestadas e mais questionadas, e isso vai repercutindo

em outros espaços. Em nosso trabalho, as lésbicas masculinizadas sofreram maior preconceito no trabalho, na família, na escola e nas relações sociais.

Nos diálogos sobre as identidades étnico-raciais, algumas das participantes não identificaram que as questões de etnia/raça afetem as construções das lésbicas tanto quanto as de classe social. Talvez a branquitude ainda produza o pensamento de que a etnia e raça não são marcadores que estruturam as relações sociais e, com isso, produzam efeitos nas pessoas conforme suas identidades étnico-raciais. Por outro lado, algumas lésbicas ressaltaram o quanto ser lésbica negra de classe popular e masculinizada te empurra para um lugar marginal, não só na sociedade como um todo, mas também entre as lésbicas. Muitas dessas lésbias são violentadas continuamente por transgredirem o regime cisheteronormativo burguês e branco.

Nesta produção da identidade étnico-racial das lésbicas participantes da pesquisa, percebemos o quanto a religiosidade judaico-cristão afeta as vivências delas. Elas nos contaram com riqueza de detalhes as dificuldades que ainda têm em entender o porquê da rejeição por parte desses discursos religiosos. A repulsa dessas igrejas causa dor e sofrimento em muitas delas que tentam enfrentar esses processos. Apesar disso, algumas ainda insistem em estar nessas religiosidades e, quando podem se expressar, algumas delas se posicionam, mesmo contrariando padres e pastores.

Neste trabalho, assumimos as perspectivas pós-críticas e pós-estruturalistas e, portanto, entendemos que a pesquisa é movimento, nós somos movimento e a roda continua girando. O tempo não para e a vida de nossas participantes também se modifica cotidianamente. A vida cobra vida e num processo de negociação social, após dois anos dos encontros do grupo focal, nos dias atuais, o cenário de vivências de cada uma das lésbicas participantes desta pesquisa teve considerável mudança. Acompanhem.

Sandra e Daniela estão morando juntas, alugaram uma casa com o objetivo de construir uma família depois de enfrentarem muitas questões com familiares de ambas. Sandra está trabalhando em uma loja de animais e Daniela está desempregada. Após consolidarem o desejo de viverem como casal, passado algum tempo, suas famílias as recebem sem interferências, aliás, apoiam quando necessário. Com as questões das religiões judaico-cristãs, buscaram nos braços da Umbanda a paz de espírito, uma religião de matriz africana que não as negam, encontraram o acolhimento para viverem suas religiosidades. Dizem que estão muito felizes.

Maslouva está trabalhando como promotora de vendas. Na relação familiar, afirma que não pode dizer que é 100% aceita na família como lésbica, mas que as atitudes de ambos os lados mudaram e percebe que o respeito vigora. Continua na religião Católica, mas não

praticante. Anseia por concluir o curso de Direito, está se organizando para ter seu transporte próprio, conquistar seu espaço e sua casa.

Marcela trancou o curso de Psicologia por três semestres para cuidar da mãe doente, retornará no próximo semestre. Está trabalhando como atendente de telefonia. Com seus familiares mantém a boa convivência, apesar das adversidades. Cristã, não crê numa religião opressora, mas no amor do Cristianismo que cura qualquer ferida. Busca seu crescimento pessoal porque já entendeu que terá que passar pelo percurso completo. Marcela e Maslouva mudaram-se para Jequié, vivem juntas, mas separadas em companhia das suas famílias. Como disse Marcela: “amadurecendo o relacionamento” de três anos.

Rafa terminou seu curso de Educação Física. Continua morando em Itagi com a família. Está desempregada e trabalha autonomamente como designer. Diante da religião Espírita está com algumas dúvidas doutrinárias com a certeza de acreditar em Deus. Encontra-se em relacionamento sério, prefere não comentar e preservá-lo. Com a participação no grupo focal aprendeu algumas coisas que a fizeram mudar algumas formas pensar. Sua questão maior é com a família por terem julgamentos preconceituosos. Continua no “armário”.

Sakura está trabalhando, encontra-se num relacionamento sério. No trato com a família, continua morando com a mãe que mantém as mesmas condutas de preconceitos discriminatórias baseada na religião; professa a religião protestante. Continua no “armário” para a família, mas para as outras pessoas não.

Tina está trabalhando na sua área em uma cidade próxima de Jequié, como enfermeira. Está casada. Mantém residência em Jequié, saiu de casa da mãe e estão morando num apartamento próprio em cima da casa da família. Quanto à família, continuam apoiando suas escolhas e aceitando sua relação conjugal e gostam da sua companheira. É católica por se convencer de que o amor de Deus vai além do preconceito das pessoas. Aposta num futuro de conquistas, buscando estabilidade com a companheira para terem uma(o) filha(o).

Souza está cursando sociologia à distância, está desempregada, assumindo o cargo como presidenta de um partido político do município. Solteira, está bem com seus sentimentos. Agnóstica, diz respeitar todas as religiões e se vale na fé em Deus e Jesus, acreditando que o amor é que representa esse Deus. Moradora da periferia, ela vive com sua mãe e seu pai que não aceitam sua orientação sexual, com exceção da irmã que a apoia. Acredita na luta da causa e encara os enfrentamentos dos retrocessos sem medo. Ela se candidatou à vereadora nas eleições municipais, mas não foi eleita. Saiu do “armário”, assumindo-se para a família e para a sociedade, o que tem a deixado mais tranquila com seus sentimentos.

Após aproximação com realidades invisibilizadas e silenciadas de um grupo de lésbicas, afirmo que este estudo é mais um convite ao debate contemporâneo necessário para perceber e (re)conhecer outras verdades ignoradas que reclamam serem respeitadas e reivindicam sua existência. Entendo que ainda existam no universo lésbico elementos por pesquisar e aprender. Assim, dando a devida importância de uma obra científica, finalizo essa escrita, pensando em tantas outras possibilidades que me instigam a continuar essa viagem que foge ao previsto como pesquisadora. Portanto, trata-se de um trabalho inacabado.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para Educar Crianças Feministas**: um manifesto. Tradução: Denise Bottmann. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ANJOS, Karen Priscila Lima. **Cartografando lesbianidades**: jogos performativos de gênero e subjetivação nas experiências de/entre mulheres. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2016.
- ARAÚJO, Emerson Pinto de. **Capítulos da história de Jequié**. Salvador: GSH Editora, 1997.
- AVENA, Daniella Tebar. **A violência doméstica nas relações lésbicas**: realidades e mitos. p. 99-107. São Paulo - Aurora, 7: 2010. Disponível em: [www.pucsp.br/revistaaurora](http://www.pucsp.br/revistaaurora). Acesso em: 9 jul. 2020
- BACCI, Irina Karla. **Vozes lésbicas no Brasil**: a busca e os sentidos da cidadania LGBT. Universidade de Brasília – UnB. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM. Brasília. Dissertação de Mestrado. 2016.
- BALLESTRIN, Luciana. **Para transcender a colonialidade**. Edição:43. 04 nov. 2013. Entrevista de Luciana Ballestrin concedida ao site IHU On-Line: Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5258-luciana-ballestrin>. Acesso em: 12 jul. 2020
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed. 2009.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. Teorias da etnicidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 185-228.
- BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Organizadoras). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BERTONCELLO, Valdecir; VELHO, Ana Paula Machado; VERMELHO, Sônia Cristina. **Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 4, p. 863-881, out./dez. 2015.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. *In*: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- BERNARDI, Marcello. **A deseducação sexual**. Tradução de Antônio Negrini. Summus. São Paulo, 1985.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Espanha: Bella Terra, 2009.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo; *In*: LOURO, G. L.(org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Ana Maria. **Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homoerotismo feminino**. *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, v. 45, n. 195, 2010.

BRUNET, Ariane; TURCOTTE, Donald: **Radicalisme et Séparatisme, Amazones d'hier, Lesbiennes d'aujourd'hui**. vol. IV, n° 4, mayo 1986.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e, além disso**. *Cadernos Pagu*, 51, 2017.

CÔRTEZ, Rita de Cássia Santos. **Homossexualidades e Etnicidades: um estudo com base em narrativas de um estudante homossexual negro**. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Jequié. 2017.

COTARD, Jules. **Do delírio das negações**. Antonio Quinet (Org.). **Extravios do desejo: depressão e melancolia**. ed. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DERRIDA, Jacques. **Salvo o nome**. Tradução Nícia Adan Bonatti. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

DIAS, Maria Berenice. **Liberdade sexual e direitos humanos**. Instrução Normativa nº 25/2000. Disponível em: <https://cutt.ly/CjARwaU>. Acesso em: 20 jul. 2020

DIAS, Maria Clara. PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

DINIS, Nilson Fernandes. **O amor entre mulheres: a tolerância esconderia mais preconceito?** *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 5. n. 1, p. 142 – 151, jan/jul. 2014.

DUNKER, C. I. L. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica laciana a partir do perspectivismo animista. **Tempo Social**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 115-136, 2011.

FACCHINI, Regina; BARBOSA, Regina Maria. **Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: Promoção da Equidade e da Integralidade**. 2006.

FREUD, S. (1937a) Análise terminável e interminável. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. 23, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 481 ed. rev. - São Paulo: Global, 1993.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223, novembro/2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. Organizador Luiz Amaral Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Párbola Editorial, 2013.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 27ª Edição, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FRANCHINI, Bruna S. O que são as ondas do feminismo? *In*: **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/QkpxFCJ>. Acesso em: 9 jul. 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. p. 30-42. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER Silvana Vilodre. (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. SOVIK, Liv. Tradução: Adeline La Guardia Resende *et. al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LACOMBE, Andrea. Sobre saias, calças e bonés: expressão de gênero, geração e Sedução entre mulheres que “gostam de mulher”. **Revista Antropolítica**. Niterói, n. 34, p. 53-68, 2013.

LEAL, Lucas Edgar. Identidad sexual y pertenencia eclesial. Derroteros de visibilidad en trayectorias de gays católicos. Sexualidad, Salud y Sociedad **Revista Latinoamericana**, n. 26, p. 262-278, ago./ 2017.

LERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **A utilização do Grupo Focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde**. Ver Esc Enf USP, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividade. Tese de Doutorado. 248 p. Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em História. Brasília, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ - Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Conhecer, pesquisar, escrever**. Educação, sociedade & Cultura, nº 25, p. 235-245, 2007.



LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, p.541-553, v. 9, nº2, 2001.

LOURO, G. L; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LORDE, Audre. “Who Said It Was Simple” de From a Land Where Other People Live [De uma Terra onde Outra Gente Vive]. 1973. Fonte: The Collected Poems of Audre Lorde **Poemas Escolhidos de Audre Lorde**, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. PARAÍSO, Marluce Alves, (Organizadoras). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2012.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. **Caminhos Investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Marisa Vorraber Costa e Maria Isabel Edelweiss Bujes (Organizadoras). DP&A editora. Rio de Janeiro, 2005.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Autentica Editora: UFOP – Universidade Federal do Ouro Preto. Belo Horizonte, 2012.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira** [S.l: s.n.], 2004. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ. Disponível em: <https://cutt.ly/xjAQ0Bz>. Acesso em: 17 jul. 2020.

NASCIMENTO, Tatiana. Quem nomeou essas mulheres “de cor”? Políticas feministas de tradução que mal dão conta das sujeitas negras traduzidas. **Translatio**. Tradução e Diásporas Negras. Porto Alegre, n. 13, Junho de 2017.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. **Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal**. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 30(2): 90-121, 2010.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. Editora Brasiliense. São Paulo. 2004.

NAVARRO-SWAIN, T. **Feminismo e lesbianismo**: a identidade em questão. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 12 (1999), p. 109 -120, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/tkpdUTI>. Acesso em: 17 jul. 2020.

NOGUEIRA, G.; COLLING, L. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade. *In*: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

OLIVEIRA, Luana F. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). *In*: **Periódicus**, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. p. 06-19, 2017.

PIASON, Aline da Silva. **Mulheres que amam mulheres**: trajetórias de vida, reconhecimento e visibilidade social às lésbicas. Dissertação de Mestrado. Faculdade Psicologia, Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS. Porto Alegre, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Reconsiderando etnia**. Sociedade e Cultura, v. 6, N. 2, JUL./DEZ. 2003.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). *Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017 – **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>. Acesso em: 22 jul. 2020

QUINET, Antonio. **Extravios do desejo**: depressão e melancolia. ed. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução de Carlos Guilherme do Valle, a partir do original: RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. Bagoas. n. 05, 2010.

ROSO, Adriane. **Grupos focais em Psicologia Social**: da teoria à prática. *Psico*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 155-169, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2004.

SARDENBERG, Cecília. Conceituando “**Empoderamento**” na **Perspectiva Feminista**. Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SANTOS, Bianca Chetto; LACERDA, Laís de Almeida; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Estupro corretivo na América-Latina: analisando a violência sexual contra pessoas LGBTTQIS. *In*: CALAZANS, Márcia Esteves de; MALOMALO, Bas’Ilele; PIÑEIRO, Emilia da Silva. (Orgs.). **As desigualdades de gênero e raça na América Latina no século XXI**. [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. Um vivo demônio capaz de sugerir as maiores desordens: mulheres bem e mal procedidas em pecados no sul da capitania da Bahia. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** – UESB, 2019, v.4, n° 7, Jan./Jun. 2019.

SANTOS, Vitor Tadeu Nascimento. **Ser negro numa sociedade totalmente racista e ainda ser gay é pior [...]**": construções identitárias de homossexuais negros. 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Jequié, 2016.

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Periódicus**, n. 7, v. 1, p. 102-116, maio-out, 2017.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007.

SILVA, Ariana Mara. Lésbicas negras, identidades interseccionais. **Periódicus** - Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017.

SILVA, Elizabete Bianca Tinoco. **Mecanismos de defesa do Ego**. FUNEDI, 2010. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0212.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

SMIGAY, Karin Ellen Von. **Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência**: desafios para a psicologia política. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. II, p.32-46, Jun. 2002.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos têm sexo?** Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador. 2016.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. **Feminismo e lesbianismo**: quais os desafios? Labrys: Estudos Feministas, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002.

SOARES, Rosângela. **Fica comigo Gay**: o que um programa de TV ensina sobre uma sexualidade juvenil? P. 136- 148. In *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Guacira Lopes Louro; Jane Felipe, Silvana Vilodre Goellner (organizadoras). 9 ed. Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Editora UFMG: Belo Horizonte. 2010.

TORRES, Igor Leonardo de Santana; JESUS, Lilian Alves Moura de. Uma análise interseccional da morte: Luana Barbosa e a insubordinação às estruturas. **Periódicus**, v.1, n. 7, p. 134-156, maio/out. 2017.

TURCOTTE, Louise. Prólogo: un cambio de perspectiva. *In*: WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona: Egales, 2006.

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia**: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019.

VERGUEIRO, Viviane. GUZMÁN, Boris Ramírez. Colonialidade e cis-normatividade: conversando com Viviane Vergueiro. **Iberoamérica Social**: revista-red de estudios sociales, v. 2, n. 3, 15-21, 2014.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual**: perdas, ganhos e desafios. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Ediciones Abya-Yala Quito-Ecuador, noviembre 2013.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Guacira Lopes Louro (Org). Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona: Egales, 2010.



**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**  
**Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.996, de 02.05.2006**  
 Órgão de Educação e Relações Étnicas/ODEERE  
 Programa de Pós-graduação, em Nível de Mestrado Acadêmico, em Relações Étnicas e  
 Contemporaneidade- PPGREC



**APÊNDICE A - Formulário de Identificação**

**AS IDENTIDADES ÉTNICAS DE UM GRUPO DE MULHERES LÉSBICAS  
 NO INTERIOR BAIANO**

**PESQUISADORA: MARIA CRISTINA NASCIMENTO DE SOUZA**  
**ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR MARCOS LOPES**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Pseudônimo na Pesquisa:** \_\_\_\_\_

**Cor:** \_\_\_\_\_ **Etnia:** \_\_\_\_\_

**Local de Nascimento:** \_\_\_\_\_

**Data de Nascimento:** \_\_\_\_\_ **Idade:** \_\_\_\_\_

**Escolaridade:** \_\_\_\_\_ **Religião:** \_\_\_\_\_

**Profissão:** \_\_\_\_\_ **Estado Civil:** \_\_\_\_\_

**Como você se identifica na questão de Gênero?**

\_\_\_\_\_

**Como você se identifica na questão da Orientação Sexual:**

\_\_\_\_\_

**AUTODESCRIÇÃO**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**  
**Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.996, de 02.05.2006**  
 Órgão de Educação e Relações Étnicas/ODEERE  
 Programa de Pós-graduação, em Nível de Mestrado Acadêmico, em  
 Relações Étnicas e Contemporaneidade- PPGREC  
 Fone: (73) 3526 - 2669 – E-mail: [ppgrec@uesb.edu.br](mailto:ppgrec@uesb.edu.br)



## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezada Participante,

Eu, Maria Cristina Nascimento de Souza, convido-a a participar da pesquisa intitulada “*AS IDENTIDADES ÉTNICAS DE UM GRUPO DE MULHERES LÉSBICAS NO INTERIOR BAIANO*”. Esse estudo tem como objetivo investigar sobre as sexualidades a partir da vivência lésbica das participantes da pesquisa.

Ressaltamos que essa pesquisa será obrigatoriamente suspensa, se ocorrer ao perceber algum risco mínimo (desconforto) associado como possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase da pesquisa.

Em relação ao agravo imediato ou tardio, ao indivíduo ou à coletividade, direto ou indireto, decorrente do estudo científico, garantido que danos previsíveis serão evitados como constrangimento durante a realização do mesmo.

Antes da realização e durante os encontros, serão assegurados a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Será garantida o sigilo que assegura a privacidade da participante quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Sua participação é voluntária e não envolve remuneração, tendo você como participante total liberdade de tirar dúvidas durante a pesquisa, excluir do material, informação que tenha sido dada ou desistir da participação em qualquer momento do estudo, caso se sinta desconfortável ou constrangida durante o processo sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. O benefício resultante do projeto será em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa e ampliação do conhecimento da área.

A sua participação será registrada por meio das reflexões e narrativa através da técnica de grupo focal, através de temas livres de interesse mútuo que serão sugeridos pelas

participantes, com a utilização de um gravador de voz. Fica acordado que seu nome será inteiramente preservado e que as informações fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fins de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Após a leitura e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a sua participação será formalizada por meio da assinatura em duas vias, sendo uma retida por mim enquanto pesquisadora e a outra via por você enquanto participante. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco (05) anos, e após esse tempo serão destruídos

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Professor Dr. Marcos Lopes de Souza pelo telefone (73) 99141-1558 ou com a pesquisadora Maria Cristina Nascimento de Souza, pessoalmente ou no telefone (73) 99153-8463, bem como, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia CAP -1º andar Av. José Moreira Sobrinho, S/N - Bairro: Jequiezinho. CEP: 45.206-510, Jequié – Bahia, Telefone: (73)3528-9727. Endereços eletrônicos: [cepuesb.jq@gmail.com](mailto:cepuesb.jq@gmail.com) ou [cepiq@uesb.edu.br](mailto:cepiq@uesb.edu.br).

Jequié, \_\_\_/\_\_\_\_/2018.

---

Participante da pesquisa

---

Pesquisadora

---

Pesquisador Responsável